

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SUSTENTABILIDADE

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA À LUZ DA *GLOBAL
REPORTING INITIATIVE (GRI)***

TADEU COELHO GONÇALVES DE SOUZA

Campinas

2018

TADEU COELHO GONÇALVES DE SOUZA

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA À LUZ DA *GLOBAL
REPORTING INITIATIVE (GRI)***

Campinas

2018

TADEU COELHO GONÇALVES DE SOUZA

**RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA À LUZ DA *GLOBAL
REPORTING INITIATIVE (GRI)***

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Sustentabilidade (PPGS) do Centro de
Economia e Administração (CEA) da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
em Sustentabilidade.**

Área de Concentração: Sustentabilidade

**Linha de Pesquisa: Ciência, Sociedade, Políticas Públicas
e Sustentabilidade**

Orientador: Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto

Coorientadora: Profa. Dra. Sueli do Carmo Bettine

Campinas

2018

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa – CRB 8/7313
Sistemas de Bibliotecas e Informação – SBI – PUC-Campinas

t332.146.2 Souza, Tadeu Coelho Gonçalves de.

S729r

Relatório de sustentabilidade: proposta de aplicação em uma instituição de ensino superior comunitária à luz da Global Reporting Initiative (GRI) / Tadeu Coelho Gonçalves de Souza. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.

153 f.

Orientador: Samuel Carvalho De Benedicto.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Economia e Administração, Pós-Graduação em Sustentabilidade.

Inclui anexo e bibliografia.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Universidade e faculdades - São Paulo (SP). 3. Sustentabilidade - Relatórios. 4. Indicadores ambientais. I. Benedicto, Samuel Carvalho De, II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Pós-Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

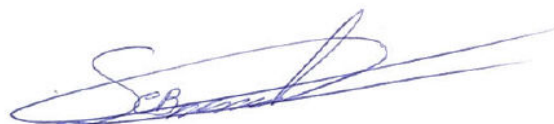
CDU – t332.146.2

TADEU COELHO GONÇALVES DE SOUZA

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE: PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIA À LUZ DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI)

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 07 de fevereiro de 2018.



Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto
(Orientador - PUC-CAMPINAS)



Profa. Dra. Sueli do Carmo Bettine
(Co-Orientadora PUC-CAMPINAS)



Prof. Dr. Gideon Carvalho de Benedicto
(UFLA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder, em toda a minha vida, saúde e capacidade de realização. Obrigado Deus por guiar meus passos, me proteger, iluminar e me dar forças nos momentos em que mais precisei.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) pela confiança depositada em meu trabalho, pela oportunidade concedida para a realização desse Mestrado e, também, por todo carinho e incentivo.

Aos meus Orientador/Co-Orientadora Prof. Dr. Samuel Carvalho De Benedicto / Prof^a. Dra. Sueli do Carmo Bettine pelos esclarecimentos e instruções indispensáveis à elaboração deste trabalho e, também, aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade, com os quais tive o privilégio de conviver e aprender algo para a vida inteira.

A minha Família maravilhosa pelo eterno apoio, incentivo e companheirismo, não só neste Curso, como durante a minha vida toda.

Aos meus grandes, verdadeiros e queridos Amigos que estiveram sempre ao meu lado colaborando para a realização deste Mestrado (incentivos, críticas, elogios, sugestões, puxões de orelha, etc.) e encontram-se presentes, diariamente, na minha vida.

Aos professores que colaboraram com suas críticas e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Aos colegas de Curso pelo carinho, respeito e apoio recebido.

Ao Prof. Razera pelo incentivo, companheirismo e pela revisão gramatical deste material.

Aos demais que sempre estiveram dispostos a trocar ideias e informações sobre materiais de pesquisa e que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho. Muito obrigado.

“Ninguém é suficientemente perfeito, que não possa aprender com o outro e, ninguém é totalmente destituído de valores, que não possa ensinar algo a alguém”.

(São Francisco de Assis)

RESUMO

A sustentabilidade tem se tornado uma importante ferramenta frente à competitividade de mercado. Assim como em todas as áreas, a sustentabilidade também deve ser vista como uma estratégia para as Instituições de Ensino Superior (IES). Daí, então, a relevância dos relatórios de sustentabilidade, os quais divulgam informações sobre os impactos de uma determinada IES no meio ambiente, na economia e na sociedade. Os relatórios dão forma tangível e concreta às questões abstratas, ajudando a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias. Essa nova ideia de integrar informações estratégicas sobre sustentabilidade a outros dados financeiros e materiais representa uma evolução significativa e positiva. O grande impasse é: como dar o pontapé inicial? Como iniciar os relatos de sustentabilidade de uma maneira mais simples e fácil, de forma que as organizações ou IES tenham maior interesse em criar seus respectivos relatórios? Este estudo está ancorado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, considerada como o principal instrumento de comunicação do desempenho ambiental, econômico e social das organizações. Para a *GRI*, a sustentabilidade só pode ser alcançada por meio de um equilíbrio entre as necessidades ambientais, econômicas e sociais, desde que não comprometa o seu desenvolvimento futuro. O presente trabalho tem o objetivo realizar de um estudo de caso em uma IES Comunitária, sem fins lucrativos, situada no interior do estado de São Paulo, para verificar a possibilidade de elaboração e implantação de um relatório de sustentabilidade, baseado nas diretrizes desenvolvidas pela *GRI*. Foram elencados indicadores de sustentabilidade voltados às dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade, divididos em: Fatores extraídos do PDI da Universidade; Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI e Fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela Universidade. Os dados coletados permitem afirmar que as diretrizes de um relatório de sustentabilidade, conforme constam na cartilha *GRI*, podem ser aplicados na IES estudada, uma vez que são universalmente aplicáveis a empresas de todos os tamanhos, tipos e setores do mercado. Entretanto, para estar em condição de produzir o seu próprio relatório de sustentabilidade, a IES estudada precisa realizar algumas ações, tais como: tomada de decisão para produzir o seu próprio relatório de sustentabilidade; organização das informações relatando as suas ações estratégicas, deliberadas e emergentes, em documentos, conforme já mencionado anteriormente; treinamento de pessoas para organização das informações e produção do relatório; conscientização e mobilização da comunidade acadêmica para o engajamento em ações sustentáveis; publicação do relatório de sustentabilidade; adoção de estratégias para que as ações sustentáveis sejam inseridas e praticadas cada vez mais, tornando-se parte da cultura nos *campi* da instituição, e; estabelecimento de metas sustentáveis anuais para que, a cada ano, o relatório de sustentabilidade seja ampliado e aprimorado, de acordo com as instruções da cartilha *GRI*. A elaboração do seu próprio relatório de sustentabilidade permitirá à Universidade estudada auferir benefícios que somam valores positivos, proporcionam o aumento das chances de fidelização junto ao mercado e, também, possibilitam a análise periódica dos dados para comparação de desempenho junto à outras organizações.

Palavras Chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Instituição de Ensino Superior, Relatórios de Sustentabilidade, Indicadores, *GRI*.

ABSTRACT

Sustainability has become an important tool in relation to market competitiveness. As in all areas, sustainability must also be seen as a strategy for Higher Education Institutions (HEIs). Therefore, the relevance of sustainability reports, which disseminate information about the impacts of a given HEI on the environment, the economy and society. The reports give tangible and concrete form to the abstract questions, helping to better understand and manage the effects of the development of sustainability on its activities and strategies. This new idea of integrating strategic information on sustainability with other financial and material data represents a significant and positive development. The big impasse is how to kick-start? How to start sustainability reporting in a simpler and easier way, so that organizations or HEIs are more interested in creating their reports? This study is anchored in the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI), considered the main instrument of communication of environmental, economic and social performance of organizations. For GRI, sustainability can only be achieved through a balance between environmental, economic and social needs, as long as it doesn't compromise its future development. The present work has the objective of carrying out a case study in a nonprofit oriented Communal IES, located in the interior of the state of São Paulo, to verify the possibility of elaboration and implementation of a sustainability report, based on the guidelines developed by GRI. Sustainability indicators related to the economic, social and environmental dimensions of sustainability were divided into: factors extracted from the University's PDI; factors adopted by the University that are not included in the PDI and factors included in the GRI booklet - not adopted by the University. The data collected allow us to state that the guidelines of a sustainability report, as they are included in the GRI booklet, can be applied in the HEI studied, since they are universally applicable to companies of all sizes, types and sectors of the market. However, in order to be able to produce its own sustainability report, the HEI studied needs to take some actions, such as: the decision making to produce its own sustainability report; organization of the information, reporting on its deliberate and emerging strategic actions in documents, as mentioned previously; training of people to organize information and report production; awareness and mobilization of the academic community for engagement in sustainable actions; publication of the sustainability report; adoption of strategies so that the sustainable actions are inserted and practiced more and more, becoming part of the culture in the campuses of the institution, and; annual sustainability targets so that, each year, the sustainability report is expanded and improved according to the instructions of the GRI booklet. The elaboration of its own sustainability report will allow the studied University benefits that add up to positive values, increase the chances of loyalty to the market, and also allow the periodic analysis of the data to compare performance with other organizations.

Key Words: Sustainability, Sustainable Development, Institution for Higher Education, Sustainability Reporting, Indicators, GRI.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico das conferências e relatórios relacionados ao meio ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável (1968-2015).

Quadro 2: Descrição dos princípios relativos ao conteúdo e qualidade no Relatório *GRI*.

Quadro 3: Dimensões, subdivisões e indicadores da *GRI*.

Quadro 4: Instituições de Ensino Superior que publicam RS com base na *GRI*.

Quadro 5: Classificação da Pesquisa.

Quadro 6: Faculdades e Cursos da UCC em 1958.

Quadro 7: Criação de Cursos da PUC-Campinas na década de 1970.

Quadro 8: Fatores de sustentabilidade – Dimensão econômica.

Quadro 9: Fatores de sustentabilidade – Dimensão social.

Quadro 10: Fatores de sustentabilidade – Dimensão ambiental.

Quadro 11: Fatores e Dimensões da Sustentabilidade – Quadro Geral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Componentes do Desenvolvimento Sustentável.

Figura 2: Níveis de aplicação da *GRI*.

Figura 3: Visão geral das diretrizes da *GRI*.

Figura 4: A estrutura do relatório de sustentabilidade da *GRI*.

Figura 5: Alunos matriculados de 1944 a 2012.

Figura 6: Grupos de Pesquisa (2006-2012).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERES – *Coalition for Environmentally Responsible Economics*

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

DS – Desenvolvimento Sustentável

GRI – *Global Reporting Initiative*

IES – Instituição de Ensino Superior

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não-Governamental

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RMC – Região Metropolitana de Campinas

RS – Relatório de Sustentabilidade

TBL – *Triple Bottom Line*

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade	21
2.2	As dimensões do desenvolvimento sustentável	25
2.2.1	Dimensão econômica	29
2.2.2	Dimensão social	30
2.2.3	Dimensão Ambiental.....	35
2.3	Relatórios de sustentabilidade: sua importância para as organizações	36
2.4	Global Reporting Initiative – GRI	40
2.5	Relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes da GRI	50
2.6	Limitações relativas aos relatórios de sustentabilidade com base na GRI.....	53
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	55
3.1	Caracterização da Pesquisa	55
3.2	Coleta, Análise e Interpretação de Dados	56
3.3	Caracterização da IES Estudada.....	57
3.3.1	Perfil Institucional.....	57
3.3.2	Missão da Universidade	64
3.3.3	Finalidades Estatutárias.....	66
3.3.4	Áreas de Atuação Acadêmica e Inserção Regional.....	67
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
4.1	Dimensão econômica:	72
4.1.1	Fatores extraídos do PDI da Universidade:.....	72
4.1.2	Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI:	73
4.1.3	Fatores constantes da cartilha GRI - não adotados pela Universidade:	74
4.2	Dimensão social:	75
4.2.1	Fatores extraídos do PDI:.....	75
4.2.2	Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI:	80
4.2.3	Fatores constantes da cartilha GRI - não adotados pela Universidade:	80
4.3	Dimensão ambiental:.....	83
4.3.1	Fatores extraídos do PDI da Universidade:.....	83
4.3.2	Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI	84
4.3.3	Fatores constantes da cartilha GRI - não adotados pela Universidade	84
4.4	Discussão dos resultados.....	88
4.5	Proposta de Relatório de Sustentabilidade para Universidades	94
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6.	REFERÊNCIAS	108
	ANEXO A – DIMENSÕES, SUBDIVISÕES E INDICADORES DA GRI – G4	116

1. INTRODUÇÃO

Observa-se o aumento no surgimento de novas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e, também, do número de vagas ofertadas para seus respectivos Cursos. Diante disso, para que essas IES tornem-se ainda mais competitivas no mercado de efetivo crescimento e de oferta maior que a demanda, deve-se procurar pelo aperfeiçoamento contínuo de seus serviços e processos, a fim de adaptar-se à realidade de mercado (DE BENEDICTO et al., 2012). Dentre as diversas estratégias adotadas pelas IES, uma que merece destaque é a adoção de práticas sustentáveis. Uma maior consciência da sociedade frente à degradação ambiental foi presenciada ao final do século XX. Conferências Internacionais, como a Rio 92, foram organizadas para discutir perspectivas, onde as organizações começaram a aprimorar suas visões, antes puramente econômicas, para que seus processos de avaliação e divulgação de desempenho fossem ajustados estrategicamente em relação às imposições ambientais e as transformações sociais cada vez mais constantes (ROBINSON, 2000).

Devido aos diversos eventos, ocorridos ao longo dos tempos, o termo sustentabilidade tornou-se cada vez mais presente no ambiente empresarial (PERALTA, 2011). A definição de sustentabilidade mais difundida é a da Comissão *Brundtland* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992), a qual considera que o Desenvolvimento Sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (ARRUDA; QUELHAS, 2010).

Nos anos 2001 a 2005 foi realizado um estudo denominado *Millennium Ecosystem Assessment* (Avaliação Ecológica do Milênio), para avaliar as consequências das mudanças nos ecossistemas sobre o bem-estar humano e estabelecer uma base científica que fundamentasse as ações necessárias para assegurar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas, bem como suas contribuições para o bem-estar humano. Tal estudo envolveu centenas de cientistas do mundo inteiro, inclusive do Brasil, e trouxe à tona a crítica situação ambiental mundial, mostrando, entre outros resultados, que aproximadamente 60% dos ecossistemas do planeta estão degradados ou sendo utilizados de maneira insustentável. A partir deste estudo, o conceito de desenvolvimento sustentável tomou uma nova dimensão e importância (WACHHOLZ, 2014).

Para um melhor entendimento do conceito, Molina (2001) traçou nove princípios para alcançar o Desenvolvimento Sustentável: (1) Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; (2) Melhorar a qualidade de vida humana; (3) Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra; (4) Reduzir, ao mínimo, o esgotamento de recursos não renováveis; (5) Permanecer dentro dos limites de capacidade de sustentação da terra; (6) Modificar atitudes e práticas pessoais; (7) Facultar às comunidades os cuidados do seu próprio meio ambiente; (8) Proporcionar um quadro nacional para integração de desenvolvimento e conservação; (9) Constituir uma aliança mundial.

O desenvolvimento sustentável assume uma postura de defesa ao meio ambiente, necessitando de se desenvolver em harmonia, levando em consideração as limitações ecológicas do planeta, sem destruir o ambiente, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com suas necessidades, como a melhoria da qualidade de vida e das condições de sobrevivência. Segundo Philippi (2001), para os ambientalistas, o desenvolvimento sustentável requer novas prioridades, definidas pela sociedade, por meio de ética do comportamento humano e de interesses sociais, coletivos, englobando um conjunto de mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e a miséria social a partir de suas causas, o que não vem ocorrendo atualmente.

Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida por um período indeterminado de tempo, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a sociedade depende. O desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra e respeita a capacidade de produção dos ecossistemas, enfoca a sustentabilidade ecológica com o uso mais eficiente do potencial dos recursos existentes nos diversos ecossistemas, redução do consumo, redução da poluição (PHILIPPI, 2001).

A preocupação em obter um desenvolvimento sustentável amplia, por consequência, a forma de atuação das empresas, passando a envolver, além das considerações meramente econômicas, preocupações de caráter ambiental e social (ASHLEY, 2013).

A elaboração dos relatórios de sustentabilidade tornou-se então uma prática consolidada na avaliação e divulgação da sustentabilidade nas organizações e, também, nas IES. De acordo com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (INSTITUTO ETHOS, 2014), os relatórios de sustentabilidade podem ser definidos como demonstrativos anuais dos projetos, benefícios e ações sociais dirigidos a todos os *stakeholders*¹, sendo eles empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade, cuja função é tornar públicas a responsabilidade e preocupação da empresa em relação às pessoas e à vida no Planeta, criando vínculos com a Sociedade.

Nessa perspectiva, conceitualmente, o relatório de sustentabilidade pode ser entendido como um documento que tem, por objetivo, medir e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização, sendo esta uma empresa, uma Organização Não Governamental (ONG) ou uma Instituição governamental. Tendo em vista este objetivo, a ONG *Global Reporting Initiative (GRI)* desenvolveu uma estrutura de documento, embasada em uma série de diretrizes, visando à criação de relatório de sustentabilidade. A *GRI* estrutura-se em uma rede independente composta por milhares de indivíduos e organizações distribuídos em mais de 30 países e com sede em Amsterdã – Holanda, sendo parceiro oficial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. No Brasil, a *GRI* conta com a parceria da UniEthos e do Núcleo de Estudos em sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a *GRI* (2013), por meio de aprendizagem contínua, pesquisa e ciclos regulares de reuniões, unindo centenas de parceiros, num processo voluntário e *multistakeholder*, são atribuídos aos relatórios de sustentabilidade mesma seriedade e utilidade que os relatórios e balanços financeiros possuem, conferindo-lhes o status de documento. Nesse contexto, pode-se entender a atuação dos *stakeholders* como a participação consensual de alunos, professores, funcionários e fornecedores.

A *GRI* tem como visão, propor que os relatórios de sustentabilidade tornem-se tão rotineiros quanto são os tradicionais relatórios financeiros ou de gestão. Tal visão se encontra em processo de consolidação, uma vez que a *GRI* tornou-se uma importante referência para a elaboração de relatório de sustentabilidade e a adesão das organizações empresariais aos padrões

¹ *Stakeholders* - pessoa ou grupo de relacionamento que legitima as ações de uma organização e tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização.

de publicação de relatórios, aos moldes da *GRI*, tem crescido no mundo todo (MARIMON et al., 2012).

As diretrizes da *GRI* dispõe de princípios e indicadores para uma elaboração padronizada de um relatório de sustentabilidade, o que possibilita a comparabilidade, além de estimular a demanda e a busca das informações pelas partes interessadas (*GRI*, 2013), uma vez que a prática da sustentabilidade amplia a responsabilidade do negócio para além de suas próprias atividades (SAVITZ, 2007).

Deste modo, sendo as IES importantes veículos de disseminação da conscientização frente ao desenvolvimento sustentável, e por seu papel multiplicador das ações vivenciadas (KRAEMER, 2004; SALGADO, 2006), um relatório de sustentabilidade pode auxiliar na concretização de um novo conceito de Universidade, aquela que se enquadra no “Modelo da sustentabilidade” (RAMOS; PIRES, 2013).

As diretrizes da *GRI* para elaboração de um relatório de sustentabilidade podem ser utilizadas por toda e qualquer organização, independentemente de porte ou setor na economia, sendo também, as mais utilizadas em âmbito mundial (INSTITUTO ETHOS, 2012), porém, em função das particularidades das atividades de alguns setores, a própria *GRI* apresenta suplementos setoriais que objetivam um relato que siga o contexto, a realidade e a especificidade de cada Setor (*GRI*, 2013). Apesar das particularidades que o contexto educacional possui, como por exemplo, a questão da infraestrutura abordada por Tauchen e Brandli (2006), ou ainda, o foco das IES em seu papel de agente de desenvolvimento social, como descrito por Cassol (2006) e Kraemer (2004), o setor de educação atualmente não possui um suplemento setorial com indicadores específicos, apresentando a necessidade do desenvolvimento de um instrumento alinhado a este contexto, ou seja, uma estrutura de indicadores que propicie uma elaboração simplificada e abrangente de um relatório de sustentabilidade para as IES.

Cabe às IES preparar-se para transformar as mudanças em oportunidades para si em relação à concorrência. Este enfoque só existirá se houver um modelo de monitoramento ambiental (LEVY; MARANS, 2012). A preocupação em obter um desenvolvimento sustentável amplia, por consequência, a forma de atuação das organizações, passando a envolver além das considerações

meramente econômicas, preocupações de caráter ambiental e social (OLIVEIRA et al., 2012; SPIRA; TAPPESER; MEYER, 2013).

Alshuwaikhat e Abubakar (2008) ressaltam que as Universidades ocupam um local de destaque perante as comunidades que as abrigam, haja vista o envolvimento direto no desenvolvimento tecnológico, na geração de conhecimento e informação e na formação de estudantes. Além disso, é considerado um local propício para discussões, manifestações e desenvolvimento de ações, tendo como objetivo, auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, humana e sustentável.

A nova revolução em prol da sustentabilidade (ELKINGTON, 2011) evidencia nas IES a importância da adoção de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável em todas as suas frentes de atuação (LEAL, 2011).

A partir do contexto apresentado, surgem diversas interrogações, as quais resumem o problema de pesquisa a ser investigado: Quais as possíveis práticas de sustentabilidade, baseadas nas diretrizes da *GRI*, podem ser evidenciadas em uma IES Comunitária? Quais as contribuições que essas diretrizes podem dar às IES na elaboração de um relatório de sustentabilidade?

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso em uma IES Comunitária, sem fins lucrativos, situada no interior do estado de São Paulo, para verificar a possibilidade de elaboração e implantação de um relatório de sustentabilidade, baseado nas diretrizes desenvolvidas pela *GRI*.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, necessita-se de um aprofundamento nos referenciais teóricos relacionados ao assunto, avaliando a possibilidade de criação e implantação do referido relatório de sustentabilidade dentro de uma IES Comunitária situada no interior do estado de São Paulo, uma vez que esta prática ainda é pouco comum no Brasil. Neste contexto, são elencados os seguintes objetivos específicos: (i) Analisar a aplicabilidade dos Relatórios de sustentabilidade em IES, baseados nas diretrizes estabelecidas pela cartilha *GRI*; (ii) Destacar os principais indicadores de Sustentabilidade (Ambientais, Econômicos e Sociais); (iii) Alinhar os indicadores da cartilha *GRI X PDI* da Universidade X Ações já praticadas na IES, e; (iv) Avaliar a

possibilidade de criação e implantação do relatório em uma IES Comunitária, situada no interior do Estado de SP.

Como apontado pela UNESCO, ao criar a década da educação para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005), além do papel educativo e de pesquisa, as IES devem ser modelos multiplicadores das iniciativas de sustentabilidade em escala local. Tal década foi proposta para criação de um clima social envolvendo os educadores na tarefa de conscientização das pessoas sobre a situação de emergência planetária e capacitando os processos de decisão necessários para estancar a degradação ambiental. As mudanças nos currículos, nas práticas de ensino e nas pesquisas ainda não atendem os problemas que são de escala global, que exigem abordagens mais holísticas (VILCHES et al., 2012).

Passada a década da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014), ainda se fazem necessários avanços no que se refere à ecologização das IES e sensibilização de todos os *stakeholders* (BEURON; ALMEIDA; MADRUGA, 2016). Seria importante que as Universidades apresentassem um alinhamento entre as práticas e os ensinamentos aos alunos. Mesmo sem a amplitude de uma indústria, as IES apresentam impactos ambientais que precisam ser mitigados, assim como trabalhar questões relacionadas com a esfera social e econômica (CARVALHO; SILVA, 2014).

O contexto atual exige da Universidade a contribuição para a discussão da sustentabilidade, principalmente por se tratar de um ambiente educativo e não simplesmente produtivo, como as indústrias e outros setores. Por meio delas, espera-se impulsionar novas posturas coletivas que dependem da mudança de consciência, de novos conhecimentos, e de equilíbrio e diálogo com a sociedade. Entretanto, cabe às Universidades ir além das reflexões e discussões teóricas sobre este tema. As mesmas devem vivenciar a sustentabilidades em seu cotidiano (BEURON; ALMEIDA; MADRUGA, 2016).

Muitas reflexões ambientais, sociais, culturais e econômicas se desenvolvem nas Universidades. O avanço do conhecimento científico, da pesquisa, do poder tecnológico que ali emerge, exige novos paradigmas educacionais e novas práticas sustentáveis da própria Universidade. A Universidade não pode ter medo da reforma do pensamento. É função da

Universidade formar cidadãos críticos, reflexivos, éticos e capacitados para atuar em uma sociedade cada vez mais exigente e sustentável. Entretanto, a própria Universidade deve também adequar-se a esta sociedade exigente e sustentável (WACHHOLZ, 2014).

Assim, pode-se dizer que os *Campi* universitários assemelham-se a pequenos núcleos urbanos devido as suas instalações que ofertam atividades diferenciadas (Ensino, alimentação, centros de convivência, etc.). Essa organização típica de *Campi* expõe a necessidade de um sistema de gestão da sustentabilidade (TERMIGNONI, 2012).

Tendo em vista que o contexto educacional possui peculiaridades, como por exemplo, a questão da infraestrutura e o foco no seu papel de agente de desenvolvimento sustentável (TERMIGNONI, 2012), percebe-se a necessidade do desenvolvimento de um instrumento de promoção e aferimento da sustentabilidade, alinhado especificamente ao seu contexto (DERRICK, 2013).

A presente Dissertação se encontra estruturada em 06 (seis) capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo contempla a fundamentação teórica, dividida em 06 (seis) tópicos contendo revisões bibliográficas em profundidade relacionadas à: (i) Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; (ii) As dimensões do desenvolvimento sustentável; (iii) a importância dos relatórios de sustentabilidade; (iv) *Global Reporting Initiative – GRI*; (v) Relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes da *GRI*, e; (vi) Limitações relativas aos relatórios de sustentabilidade com base na *GRI*. No terceiro capítulo são delineados os procedimentos metodológicos da pesquisa referentes ao estudo empírico. Este capítulo está dividido em 03 (três) tópicos: (i) Caracterização da pesquisa, ou seja, uma pesquisa de natureza qualitativa ancorada em um estudo exploratório, e; (ii) coleta, análise e interpretação de dados, condizente com uma descrição analítica, baseados nas diretrizes da *GRI*, e; (iii) caracterização da IES estudada. O quarto capítulo se encontra dividido em 03 (três) tópicos: (i) os resultados coletado na IES estudada; (ii) as discussões referentes ao estudo realizado e proposições de possíveis práticas de sustentabilidade, e; (iii) a apresentação de um *template* com um roteiro sugestivo para a elaboração de relatório de sustentabilidade em uma IES. No quinto e último capítulo foram expostas algumas considerações finais ressaltando os principais resultados do estudo, bem como suas limitações propostas para novos aprofundamentos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão destacadas as bases conceituais que fundamentam o estudo à luz de diversos estudos já realizados por outros autores sobre a temática aqui tratada. Inicia-se tratando das diferentes abordagens sobre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como, os conceitos e as dimensões do desenvolvimento sustentável. Em seguida, serão apresentadas as bases teóricas sobre a importância dos relatórios de sustentabilidade, informações sobre a *GRI* e os relatórios de sustentabilidade baseados nas suas diretrizes.

2.1 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Ao pensar em sustentabilidade, precisa-se levar em conta a complexidade que encerra o homem, sua história, valores, conceitos e tantos outros fatores que compõem sua totalidade como um ser humano. Sua humanidade constituída de um aparato de variáveis, a relação do homem com o ambiente em que vive os fatores que influenciam diretamente nesta relação desde a herança familiar e cultural, as características geográficas, a cultura predominante neste ambiente, à visão de mundo e a expectativa em relação ao futuro. Portanto, a sustentabilidade, no sentido amplo da expressão, somente é compreendida se for captada nas suas múltiplas dimensões (VIEGAS, 2014).

As preocupações com o meio ambiente não são fatos recentes. Sua origem surgiu no século XVII quando foram observadas mudanças nas percepções da relação homem-natureza. Nos séculos XVI e XVII, na Inglaterra, foram identificadas diversas formas de manifestação de segmentos sociais em defesa da natureza. Tais atitudes se multiplicam com a consolidação da sociedade urbano-industrial nos séculos XVIII e XIX devido ao agravamento de problemas ambientais provocados pelo novo modo de vida e produção (CABRAL, 2007).

Num contexto mais recente, nas últimas décadas do século XX, em discussões encaminhadas pelo Clube de Roma, em 1968, se propôs uma conciliação entre os defensores do crescimento econômico e os defensores do meio ambiente, intitulada eco desenvolvimento, com o propósito de unir a equidade social, o crescimento econômico e os cuidados ambientais. Tinha-se por finalidade um estudo daqueles que se constituíam nos maiores desafios para a humanidade à época: a desigualdade social; os maus tratos ao meio ambiente; o acelerado crescimento urbano;

o questionamento dos valores pelos jovens; o desemprego; e tantos outros abalos que assolavam as nações naquele período. O Clube de Roma, formado por multiprofissionais, empresários, cientistas e industriais, após as reflexões sobre a crise, incentivou a ONU a uma maior preocupação com o assunto, culminando a primeira Conferência Mundial sobre o homem e o meio ambiente em 1972 (CALLENBACH et al., 1993; CAPRA, 1996).

Uma das motivações para a realização da Conferência de Estocolmo, realizada em março de 1972, foi a publicação do livro *The Limits to Growth*, alertando sobre a importância da busca de um equilíbrio global, por meio de medidas que fossem capazes de controlar o crescimento da população e estimular a preservação do meio ambiente. Tal fato causou grande impacto entre a comunidade científica, por apresentar cenários catastróficos de como seria o Planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época, alertando para o fato de que a sociedade moderna caminhava para a autodestruição. A partir daí, outros relatórios alertaram, com frequência, para a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente (DONAIRE, 1995).

Em 1984, foi criada uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), sob a coordenação da primeira ex-ministra norueguesa *Gro Harlem Brundtland* e composta por muitos especialistas e que, encerrou seus trabalhos em 1987, com a elaboração do relatório final com o título “Nosso Futuro Comum”. Neste relatório, foram explicitados quais seriam os esforços necessários para que as Nações construíssem um modelo de desenvolvimento que contemplasse não apenas crescimento econômico, mas, também preservação do meio ambiente, segurança e paz. Este documento contém a mais conhecida definição de desenvolvimento sustentável: “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (CMMAD, 1991, p. 49). Como pode ser visto a seguir, esta já era considerada uma visão de longo prazo:

[...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações pessoais, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade

internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo para ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (CMMAD, 1991, p. 19).

Com o relatório *Brundtland*, surgiu a necessidade de continuidade das discussões, as quais foram efetivadas pela Conferência conhecida como Cúpula da Terra ou ECO-92, no Rio de Janeiro em 1992. Um marco nas discussões sobre desenvolvimento sustentável pela maciça participação de 170 governantes, esta conferência foi motivadora da elaboração de vários documentos, detalhando a participação cooperativa dos Estados, dos indivíduos e o compromisso dos dirigentes mundiais em promover a sustentabilidade, o que na prática, ocorreu de forma precária. Dos debates desta conferência resultaram dois documentos muito importantes: a Carta da Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, onde estão relacionadas quais as intenções dos países presentes em adotar ações que pudessem priorizar o desenvolvimento sustentável (KRAEMER, 2000).

A constatação da prevalência dos ideais capitalistas de lucros cada vez maiores sobre a preservação do ambiente motivou mais uma convocação, por parte da ONU, em Joanesburgo, na África do Sul, no ano de 2002. A RIO+10, considerada a maior reunião sobre o tema da Gestão Ambiental, produziu o documento conhecido por Protocolo de KIOTO, listando as obrigações dos países mais industrializados e, portanto, maiores usuários dos recursos naturais e também maiores poluidores e produtores de resíduos, em assumirem também a maior parte das despesas com pagamentos de tributos e responsabilidades pela não preservação do Meio Ambiente, comprometendo o futuro das gerações vindouras. Diante disso, o clima otimista da ECO-92, transformou-se em frustração pelo boicote das maiores potências mundiais, às principais decisões sobre a utilização de energias alternativas (VIEGAS, 2014).

Conforme fatos apresentados por Oliveira Filho (2004), o tema da sustentabilidade não obteve a força esperada pelos organizadores, escapando às mais importantes discussões a noção de cooperação. Entretanto, se por um lado, a RIO+10 não teve a receptividade esperada pelos organizadores, esta representou um divisor de águas no entendimento do que se discutia, até aquele momento, sobre desenvolvimento sustentável, com a compreensão deste em 03 (três)

perspectivas: Ambiental, Econômica e Social (*Triple Bottom Line*) e a erradicação da pobreza entre seus principais objetivos.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou força, nas últimas décadas, mas ainda carece de esclarecimento e melhor definição, pois é usado de forma equivocada, conforme argumentam estudiosos. Na busca de uma melhor definição e operacionalização deste conceito, em junho de 2012, realizou-se a RIO+20, no Rio de Janeiro, com o objetivo de refletir sobre os avanços e retrocessos do binômio “desenvolvimento e sustentabilidade” (VIEGAS, 2014).

Em 2015, realizou-se a COP21 ou Cúpula do Clima de Paris, onde se reuniram representantes de 195 países, cujo objetivo era fechar o primeiro acordo Global para tentar frear a Mudança Climática. Pela primeira vez, cada país se comprometeu a reduzir as emissões, fortalecer a resiliência e se unir em uma causa comum para combater a mudança climática. Os Estados Unidos e a China, os maiores poluidores do Planeta, também se comprometeram com ações concretas globais para a redução de emissões. No acordo firmado, os países ricos se comprometem desembolsar pelo menos US\$ 100 bilhões por ano, a partir de 2020, para projetos de redução de emissões nos países emergentes (ONUBR, 2015).

O Quadro 1 apresenta, em ordem cronológica, um resumo das principais Conferências e Relatórios relacionados à preocupação Ambiental e ao Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 1: Conferências e relatórios relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável (1968-2015).

ANO	AÇÃO
1968	Conferência da Biosfera da <i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i> (UNESCO), Paris.
1972	Realização, em junho de 1972, da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo; Criação, em dezembro de 1972, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que coordena os trabalhos da ONU em nome do meio ambiente global.
1983	Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão <i>Bruntland</i>) sob a presidência da médica e ex-primeira Ministra da Noruega, <i>Gro Harlem Bruntland</i> .
1987	Publicação do Relatório <i>Brundtland</i> (Nosso Futuro Comum) a partir do qual foi difundindo o conceito Desenvolvimento Sustentável.
1988	O PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) se uniram para criar o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), que se tornou importante fonte para a informação científica relacionada às mudanças climáticas.

1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Cúpula da Terra de 1992 ou Rio-92), que resultou na “Carta da Terra” e na “Agenda 21”.
1997	Discussão e abertura do Protocolo de Kyoto (protocolo de um tratado internacional com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa), que estabelece metas obrigatórias para 37 países industrializados e para a comunidade europeia para reduzirem as emissões de gases estufa.
2002	Realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) para realização de balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Chamada de “cúpula de implementação” foi concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis.
2012	Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20.
2015	Realização da COP21 ou Cúpula do Clima de Paris com o objetivo de fechar o primeiro acordo global para tentar frear a Mudança Climática

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Almeida (2007), Van Bellen (2008), Viegas (2014) e ONUBR (2015).

Almeida (2007) afirma, em relação aos eventos realizados pela ONU até 2002 que, se por um lado não trouxeram o resultado esperado, por outro, elevou-se bastante o nível de consciência ambiental da sociedade. Ressalte-se que diversas iniciativas políticas surgiram, multiplicando-se os defensores das ideias de preservação e cuidado com o ambiente. Conseqüentemente, o termo desenvolvimento sustentável faz parte do cotidiano de famílias, de organizações e da rotina de diversas Instituições. Além disso, constam, frequentemente, nos documentos oficiais, projetos de pesquisa e nas plataformas de governos.

Embora seja de fundamental importância tratar a sustentabilidade sob uma ótica multidimensional, incluindo as dimensões política, cultural e espacial, para fins deste trabalho, será considerada a sustentabilidade sob a ótica do tripé da sustentabilidade, ou seja, os pilares ambiental, econômico e social, conhecidos como *Triple Bottom Line (TBL)*.

2.2 As dimensões do desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável demonstra a necessidade da sociedade se relacionar de uma nova maneira com o ambiente visando à conservação das suas características essenciais para o desenvolvimento da vida humana. Para Lozano (2008, p. 1838) “os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade surgiram como alternativas para ajudar a entender, combater e reduzir as disparidades econômicas, a degradação ambiental e as doenças sociais atuais e potencialmente futuras”.

Diversos estudos (Tais como: LELÉ, 1991; VAN BELLEN, 2008; ROGERS; KAZI; BOYD, 2008; LOZANO 2008) apontam que os conceitos e definições relativos ao desenvolvimento sustentável, envolvem perspectivas diferenciadas e, conseqüentemente, geram interpretações diversas.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu internacionalmente na década de 1970, nos estudos da União Internacional para a Conservação da Natureza. O Relatório *World's Conservation Strategy* de 1980 considera aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como, fatores econômicos, dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas. O foco do conceito é a integridade ambiental. Apenas a partir da definição do Relatório *Brundtland*, a ênfase desloca-se para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social (VAN BELLEN, 2008).

Em 1973 surgiu o termo Ecodesenvolvimento criado por Maurice Strong, embasado nos princípios formulados por Ignacy Sachs. O Ecodesenvolvimento busca transformar o desenvolvimento em uma soma positiva com a natureza, tendo por base a justiça social, a eficiência econômica e a prudência ecológica. Considera a poluição em decorrência do estilo econômico atual e necessário para uma relação entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi mundialmente difundido no Relatório de *Brundtland* de 1987, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. O conceito inclui a visão humana ao expor a preocupação com as gerações futuras. Então, o conceito ampliou a sua abrangência além da dimensão ambiental, adicionando as questões econômicas e sociais como pilares de seu tripé (ELKINGTON, 2011).

Elkington (2011) expõe que a comissão de *Brundtland* inclui nos seus objetivos principais a reativação do crescimento econômico, porém, de uma nova maneira; o atendimento às necessidades vitais de alimento, abastecimento de água, energia e empregos; aumento e conservação dos recursos naturais; novos rumos à tecnologia e gerenciamento de riscos; incorporação das questões ambientais nas tomadas de decisão.

Van Bellen (2008) argumenta que a definição do Relatório de *Brundtland* é a mais adotada globalmente, sendo utilizada pelo Banco Mundial, Agências Internacionais como Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a *International Union for Conservation of Nature (UICN)*, União Mundial pela Natureza, Agências de Desenvolvimento Internacionais e Organismos de Pesquisa e Fomento, Grupos de Ativistas, entre outros.

Segundo Van Bellen (2008), além da definição do Relatório de *Brundtland*, o conceito de desenvolvimento sustentável que embasa a Agenda 21 também é mundialmente conhecido, relatado e aceito. A Agenda 21 Global (1992) expõe no seu preâmbulo que:

... caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dediquem mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível de vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. (MMA, 1992).

Em duas décadas vários autores (Tais como: BARBIER, 1987; CONSTANZA; PATTEN, 1995; PEARCE; ATKINSON, 1998) buscaram conceituar o termo desenvolvimento sustentável que, por si só, é muito genérico e de difícil operacionalização. Para Rogers, Peter e Boyd (2008), o desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico de mudança em que a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e mudanças institucionais são coerentes com as necessidades futuras, bem como com os presentes.

As diferentes conceituações tendem a dar maior importância a uma das dimensões da sustentabilidade, possuindo objetivos diferenciados segundo Rogers, Peter e Boyd (2008). A dimensão econômica busca maximizar as receitas mantendo um constante ou crescente estoque de capital; a ecológica busca manter a resiliência e robustez dos sistemas físicos e biológicos e, a social-cultural busca manter a estabilidade social e cultural do sistema.

E mesmo dentro de uma definição em que há influência de uma das dimensões, como, por exemplo, a ambiental, os aspectos abordados também diferem, como a consideração da utilização de recursos renováveis, manutenção dos processos ambientais, destino dos resíduos, entre outros.

Lozano (2008) separou as definições de desenvolvimento sustentável em cinco perspectivas, quais sejam: (i) dos economistas convencionais; (ii) da não degradação ambiental; (iii) integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos; (iv) intergeracional, e (v) holística. Para o autor, a melhor perspectiva é a holística, pois, resulta da união entre as perspectivas integradora e intergeracional. Enquanto a perspectiva integradora contempla aspectos essenciais para o desenvolvimento (meio ambiente, economia e sociedade) no curto e longo prazo, a perspectiva intergeracional amplia a temporalidade para um patamar longitudinal. Desse modo, a perspectiva holística torna-se mais abrangente e adequada à realidade da sociedade atual. Nota-se, portanto, que o autor não descaracteriza o tripé da sustentabilidade, apenas acrescenta um importante componente ao tripé (*Triple Bottom Line*).

A visão do tripé da sustentabilidade que considera as dimensões ambiental, econômica e social é a mais utilizada nos mecanismos existentes que visam à incorporação das questões relacionadas à sustentabilidade. Porém, é necessário cuidado ao serem escolhidas as dimensões a serem consideradas em determinado sistema. Para Jara (1998), o conceito de desenvolvimento sustentável, traz além das três dimensões (social, ambiental e econômica), a cultural e política. O autor faz uma ressalva que o “sustentável” para um país em desenvolvimento, necessariamente, não é critério para um país desenvolvido da pós-modernidade. O autor afirma que o conceito é abrangente e integral e, necessariamente, distinto, quando aplicado às diversas formações Sociais e realidades históricas.

Bossel (1999) considera nove dimensões da sustentabilidade: ambiente, material, ecológica, social, econômica, jurídica, cultural, político e psicológica. O autor salienta que algumas formas de desenvolvimento sustentável podem ser mais ponderadas evitando uma desestruturação. Assim, numa sociedade justa e equitativa, por exemplo, é provável que seja mais segura do que uma materialmente sustentável por meio de uma ditadura brutal.

A Agenda 21 Brasileira (MMA, 2004) considera quatro dimensões complementares à econômica, considerando os pressupostos do Relatório de *Bruntland*: a ética, temporal, social e prática. A referida agenda afirma que a dimensão ética é onde se destaca o reconhecimento de que no almejado equilíbrio ecológico está em jogo mais que um padrão duradouro de organização da sociedade; está em jogo a vida dos seres e da própria espécie humana. A perspectiva temporal

destaca a importância de um planejamento em longo prazo, enquanto que a social evidencia a importância da erradicação da desigualdade da sociedade para o alcance do desenvolvimento sustentável. Por fim, a dimensão Prática enfatiza a necessidade da troca de hábitos de comportamento, consumo e produção.

Sachs (2008) amplia o *Triple Bottom Line*, traduzido para o português como a linha dos três pilares, para cinco dimensões. Além da ambiental, social e econômica, o autor inclui as dimensões territorial e política. A territorial está relacionada com a distribuição espacial das atividades, recursos e população enquanto que a política está ligada à liberdade e à governança democrática.

Verifica-se, portanto, que o desenvolvimento sustentável é um fenômeno estudado em diferentes dimensões ou perspectivas. Cada uma delas contribui para o entendimento conceitual do fenômeno e a implementação de práticas que possam assegurar ao Planeta Terra um futuro habitável e promissor.

Neste trabalho, as dimensões adotadas serão as do *Triple Bottom Line* enfatizado por Elkington (2011), ou seja, a ambiental, social e econômica.

2.2.1 Dimensão econômica

De acordo com Elkington (2011), na visão convencional, a dimensão Econômica se resume ao lucro da empresa, portanto para calculá-la os contadores utilizam apenas dados numéricos. A abordagem sobre esta dimensão requer uma busca de sustentabilidade econômica da empresa em longo prazo. É preciso entender como as empresas avaliam se suas atividades são economicamente sustentáveis, e isso passa necessariamente pela compreensão do significado de capital econômico. Segundo o autor, em uma visão simplista, o capital de uma empresa é a diferença entre seus ativos e suas obrigações e pode ser encontrado de duas formas principais: capital físico e capital financeiro.

Ao avaliar essa dimensão, levando-se em consideração o conceito de desenvolvimento sustentável, será preciso incutir na ideia de capital econômico, os conceitos de capital humano e intelectual, que, conforme Elkington (2011) foram incorporados gradativamente ao entendimento

de capital econômico, sem mencionar os conceitos de capital natural e social que, a longo prazo, passam a ser fundamentais para a avaliação dessa dimensão.

O desenvolvimento é sustentável, na dimensão econômica, quando a qualidade de vida tiver preponderância sobre a preocupação com a quantidade de produção (JARA, 1998). Segundo Van Bellen (2002, p. 220), “a crise surge quando a economia, ou subsistema econômico, cresce de tal maneira que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa os seus limites”. Nessa visão, a sustentabilidade econômica inclui a distribuição e destinação dos recursos naturais, sendo o capital natural, parte do sistema como um todo. A dimensão social, tratada a seguir, se relaciona com as questões ambientais e econômicas.

2.2.2 Dimensão social

Quanto à dimensão social, Sachs (2008) salienta a diferença existente em muitas empresas e comunidades em seu entorno, sendo o principal objetivo dessa dimensão diminuir essa diferença. Segundo Strobel (2005) os principais enfoques dessa dimensão são a qualidade de vida e o bem-estar humano.

De acordo com Sen (2010, p. 18) a dimensão social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como forma de expansão de liberdades substantivas. Isto “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos”.

Existe um debate sobre a inclusão ou não de medidas sociais no conceito do desenvolvimento sustentável, já que dependendo da definição adotada existem componentes, como as dimensões culturais e históricas, que dificilmente são mensuradas (VAN BELLEN, 2008). A inclusão de aspectos sociais nos debates e práticas de sustentabilidade tem sido marginal, comparada com o foco nas outras duas dimensões do desenvolvimento sustentável (LOURENÇO; CARVALHO, 2013). Diversos estudos mostram uma tentativa de concentrarem-se mais nas discussões sobre os aspectos econômicos e ambientais e menos na dimensão social da

sustentabilidade (BRENT; LABUSCHAGNE, 2007; SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010; VIFELL; SONERYD, 2012).

Segundo Mendes (2009, p. 54), no passado, “a sustentabilidade social era utilizada para encobrir o interesse sobre a sustentabilidade ecológica, sustentando que a pobreza seria a causadora da agressão à natureza”. Segundo essa visão, a pobreza estaria “relacionada com a má distribuição de renda, de formação e de oportunidades resultando em uma exploração equivocada dos recursos naturais”. Assim, “o crescimento populacional entre os extratos mais pobres” aumentaria o problema. Ou seja, “uma região com fraca dotação de recursos, baixo nível de formação e sem capital disponível”, geraria pobreza e baixa capacidade de poupança “que levaria novamente a um pequeno nível de investimento e de formação”. Entretanto, Rattner (2001) questiona este círculo vicioso da pobreza, pois considera que mobilização e ação social podem proporcionar desenvolvimento. Foladori (2002) também ressalta que a pobreza, como causadora e vítima da degradação ambiental, é uma concepção que perdeu força a partir da segunda metade dos anos 1990. Estudos demonstraram vários aspectos que conduzem à degradação, incluindo as ações empresariais, a falta ou ineficiência das políticas públicas e os baixos investimentos governamentais.

No nível empresarial, a sustentabilidade social pressupõe que as organizações adicionem valor para as suas comunidades, a partir do desenvolvimento do capital humano de indivíduos e do capital social das comunidades. Deve ainda envolver a administração de recursos sociais, incluindo pessoas e suas competências e habilidades, instituições, relacionamentos e valores sociais (AHMED; MCQUAID, 2005; DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Para Mendes (2009, p. 54) a sustentabilidade social abrange a necessidade de recursos materiais e não materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições da população, reduzindo-se o índice de GINI², ampliando-se a homogeneidade social; a possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. Segundo Sachs (2008) a

² Este índice permite avaliar a diferença da concentração de renda numa localidade, região e sociedade. O índice é obtido por meio da curva de Lorenz, na qual a relação entre os percentuais de renda e de produção são avaliados. Seu valor varia de zero a um, sendo que um valor mais próximo de zero indica uma melhor distribuição (MENDES, 2009).

dimensão social pode ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento orientado por outra visão, a de uma sociedade mais equilibrada. O objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista maior equidade na distribuição do “ter” (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados.

Nesse sentido, Elkington (2011) afirma que a agenda com a história mais longa nas empresas é a social, devido às questões de trabalho como a escravidão, más condições do trabalho e trabalho infantil. Se o desenvolvimento sustentável, em sua dimensão social, não considerar o capital humano na forma de saúde, educação, habilidades, condições de trabalho, direitos humanos, igualdade na distribuição de riquezas, o tripé estaria comprometido. O autor afirma que, quando se pensa na pobreza, na escravidão e no trabalho infantil, pode-se considerar que as iniciativas sociais tenham uma história mais ampla que as iniciativas ambientais.

A dimensão social possui forte relacionamento entre o envolvimento da empresa e bem estar das comunidades em seu entorno; desenvolvimento de projetos sociais; combate as desigualdades sociais em seus múltiplos aspectos; respeito aos direitos humanos e aos grupos minoritários, dentro e fora da empresa; respeito aos direitos dos funcionários; promoção da segurança e qualidade de vida dos funcionários. A dimensão social mostra que o ser humano, dentro ou no entorno das organizações, deve ser considerado como um componente significativo no debate sobre a questão da sustentabilidade (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

De acordo com Lourenço e Carvalho (2013), trazer as questões relacionadas aos aspectos sociais e à gestão das pessoas na organização é quase resgatar um humanismo versus um ambientalismo restrito. É pensar no *socius* para além do *bios*. Permite mostrar o dilema como contraponto de questões que não devem ser negligenciadas, mas que podem estar juntas, em um esforço constante das organizações, dos meios acadêmicos, da mídia e dos governos para olharem o tema de forma mais integral.

As questões pertinentes à sustentabilidade social e à gestão das pessoas na organização relacionam-se à sua força de trabalho e consistem em quatro categorias: estabilidade de emprego, práticas de emprego, saúde e segurança e desenvolvimento de capacidades (LOURENÇO;

CARVALHO, 2013). A categoria estabilidade de emprego inclui oportunidades de emprego e compensação; prover aos colaboradores oportunidades de emprego consistentes, que não sejam influenciadas por incertezas cíclicas ou sazonais, crises econômicas ou de mercado (LABUSCHAGNE; BRENT, 2005). Altos níveis de instabilidade empregatícia, trabalho temporário, precarização do ambiente e das condições de trabalho, baixos salários, falta de acordos contratuais e ausência de benefícios são condições que afrontam a dimensão Social da sustentabilidade (RUBIO; CHAMORRO; MIRANDA, 2008).

Na categoria práticas de emprego são incluídas práticas de disciplina e segurança, contrato de trabalho, equidade na contratação, desenvolvimento e utilização de fontes de trabalho. Estas devem estar de acordo com as leis do país, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos e outras Declarações de Direitos Humanos e padrões de Práticas justas no trabalho (LOURENÇO; CARVALHO, 2013). O gênero e a equidade racial também são tratados dentro desse critério, bem como a legitimidade das fontes de trabalho. A questão da diversidade relaciona-se à equidade e as formas de evitar a discriminação, as formas justas de promoções e incentivos e a processos transparentes e justos de avaliação de desempenho (NKOMO; COX JUNIOR, 2007).

A categoria saúde e segurança tem seu foco voltado à saúde e segurança da força de trabalho; estabelece medidas de prevenção; realiza tratamentos relacionados aos incidentes de saúde e/ou segurança no trabalho (LABUSCHAGNE; BRENT; ERCK, 2005).

A categoria desenvolvimento de capacidades pressupõe a criação de oportunidades para o desenvolvimento de novas habilidades, novos produtos e processos e novas capacidades tecnológicas. Isto inclui também o desenvolvimento de carreira e foca no treinamento dos colaboradores e na provisão de aconselhamento de carreira e oportunidades de educação (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

Quando se trata do impacto das operações de uma organização nas comunidades nas quais realiza as suas operações, a dimensão social da sustentabilidade está associada ao critério “comunidade externa”. Este critério pode ser dividido em três categorias: capital humano, produtivo e comunitário (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010).

A categoria capital humano relaciona-se a iniciativas das organizações em melhorar a saúde pública, educação e segurança humana em geral. A organização deve empenhar-se para proporcionar aos indivíduos em seu entorno um ganho de saúde e bem-estar psicológico. Isto poderá envolver desde o não lançamento de substâncias poluidoras e tóxicas no ar, no solo e nas águas, até a promoção de ações concretas voltadas para a saúde coletiva. A educação considera o impacto sobre as oportunidades de educação e o efeito possibilitado pelas oportunidades do treinamento & desenvolvimento e de compartilhamento de informações no nível da comunidade (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

Segundo Labuschagne, Brent e Erck (2005), a categoria capital produtivo envolve recursos e a infraestrutura ofertada pelas organizações aos membros da comunidade em seu entorno, tais como: habitação; infraestrutura de serviços, que envolve água e fontes de eletricidade, bem como, o desperdício de serviços; mobilidade da infraestrutura, que considera transporte público e a quantidade, qualidade e responsabilidade em redes do transporte, por exemplo, estradas públicas; e, serviços regulamentares e também públicos.

Para Lourenço e Carvalho (2013, p. 24) a categoria capital comunitário relaciona-se aos efeitos “das iniciativas da organização no apoio a projetos sociais e os relacionamentos com outras instituições, estabelecendo redes de confiança, reciprocidade e suporte, considerando as características culturais da comunidade em que a organização atua”. Isto envolve os seguintes aspectos: Estímulo sensorial (estética, níveis de ruído e odor); Segurança; Propriedades culturais; Crescimento e prosperidade econômica (oportunidades de negócio); Coesão social; Patologias sociais; subsídios e doações; e, Patrocínio (suporte, apoio) a projetos comunitários”. Segundo os autores, estes aspectos “apresentam importância máxima na avaliação da sustentabilidade social de um projeto”, pois se encontram no âmago da sustentabilidade e permitem às comunidades perceberem “a qualidade de seu ambiente e seu modo de vida”.

Um importante aspecto a ser considerado na dimensão social do desenvolvimento sustentável é o conceito de capital social. Segundo Putnam (2008, p. 1) o “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos. O capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e capital humano”. Ainda segundo Baquero e Cremonese (2006) o capital social é

uma capacidade que surge da prevalência da confiança em uma sociedade ou em partes dela. Isso envolve a capacidade das pessoas trabalharem juntas, em grupos ou organizações, para um objetivo comum. Essa união da sociedade visando o desenvolvimento pode ser benéfica para que o objetivo das ações seja atingido. A sustentabilidade em longo prazo pode ser verificada por meio da relação entre os membros da organização e os seus consumidores. Essa relação de transparência gera mais resultados para a organização, pois a consciência adquirida pela sociedade atual faz com que a relação entre ambos seja estreita e ainda aumente o anseio de as empresas participarem cada vez mais de ações em prol social e assim aumentar a capacidade de dissipar a desigualdade social.

A próxima dimensão a ser tratada é a ambiental, que também se relaciona diretamente com a questão social e econômica.

2.2.3 Dimensão Ambiental

Para Van Bellen (2002) a dimensão ambiental está relacionada ao impacto das atividades humanas no meio ambiente. O meio ambiente, segundo Barbieri (2004), é tudo que envolve ou cerca os seres vivos. Os problemas ambientais, para o autor, são originados pelo uso do Meio Ambiente para ter os recursos necessários para a produção de bens e serviços.

Para Almeida (2007, p. 280) “o conceito de sustentabilidade parte da premissa de que há uma resiliência nos ecossistemas e, portanto, uma capacidade de uso”. Os ecossistemas possuem quatro características: organização entre as partes, heterogeneidade do comportamento espacial, resiliência e variabilidade dinâmica, sendo as relações entre as partes mais elucidativas.

Os Ecossistemas estão ligados ao conceito de riqueza natural ou capital natural. Segundo Elkington (2011) as empresas precisam saber avaliar se são ambientalmente sustentáveis e, para isso, é preciso compreender primeiramente o significado da expressão capital natural. O conceito de riqueza natural é complexo, pois inclui o ecossistema e funções como a contribuição da água, gases, flora e fauna. O capital natural pode ser visto conforme duas óticas, o capital natural crítico, voltado para a manutenção da vida e dos ecossistemas, e o renovável ou substituível, que pode ser renovado, recuperado ou substituído.

O conceito de riqueza natural não é de fácil definição. Elkington (2011, p. 488) comenta essa dificuldade utilizando o exemplo de uma floresta. Ali não basta contar o número de árvores para se avaliar seu capital natural, é preciso avaliar, entre outros aspectos, a “riqueza natural que sustenta o ecossistema da floresta”, os benefícios por ela gerados, a flora, a fauna e os produtos dela extraídos, que podem ser comercializados.

Elkington (2011) defende a existência de duas formas principais de capital natural: O ‘capital natural crítico’, que seria aquele fundamental para a perpetuidade do ecossistema, e o capital natural renovável ou substituível, sendo este, no entendimento do autor, os recursos naturais renováveis, recuperáveis ou substituíveis. Após a compreensão dos conceitos acima, ainda segundo o autor, as empresas precisam: identificar quais as formas de capital natural impactadas pelas suas operações, avaliar se elas são sustentáveis, se o nível de estresse causado é sustentável e, finalmente, se o equilíbrio da natureza está sendo afetado de forma significativa.

Assim, se em alguns casos o desenvolvimento sustentável implica novas modalidades para crescer, em outros, deve-se pensar também em abrandar um pouco a marcha, por alguns limites razoáveis e até mesmo retroceder antes que seja tarde. Sabe-se que é insustentável o comportamento daqueles que consomem e destroem cada vez mais, enquanto outros ainda não podem viver de acordo com a sua dignidade humana. Por isso, chegou a hora de aceitar um decréscimo do consumo de algumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes. Segundo Bento XVI, é preciso que as sociedades tecnologicamente avançadas estejam dispostas a favorecer comportamentos caracterizados pela sobriedade, diminuindo as próprias necessidades de energia e melhorando as condições da sua utilização (FRANCISCO, 2015).

2.3 Relatórios de sustentabilidade: sua importância para as organizações

Os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, econômico e ambiental das organizações corporativas. Todavia, o seu método de estruturação, sendo adotado, proporciona um compromisso dos *stakeholders* da entidade, a um discernimento dos principais impactos, reflexão a definição dos indicadores e a comunicação com os públicos de interesse.

Elaborar relatório de sustentabilidade que tratam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações vem sendo uma prática incorporada por empresas localizadas em diversos países. A adesão a estes relatórios é voluntária e tem por objetivos: apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática; divulgar os riscos e oportunidades; e construir uma reputação corporativa mais transparente. Estas informações também podem servir às demandas crescentes da sociedade e, principalmente, como resposta às cobranças dos *stakeholders* para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente em que estão inseridas.

A divulgação de um relatório de sustentabilidade por parte de uma dada organização tem por objetivo evidenciar se os discursos de responsabilidade socioambiental divulgados pelas organizações, por meio de suas propagandas, correspondem verdadeiramente com as suas práticas (CUNHA; RIBEIRO, 2008). Como a sociedade passou a exigir a responsabilização social pelas organizações, chegou-se, assim, ao ponto de se tornar necessária a divulgação periódica desses relatórios (IGALENS, 2004).

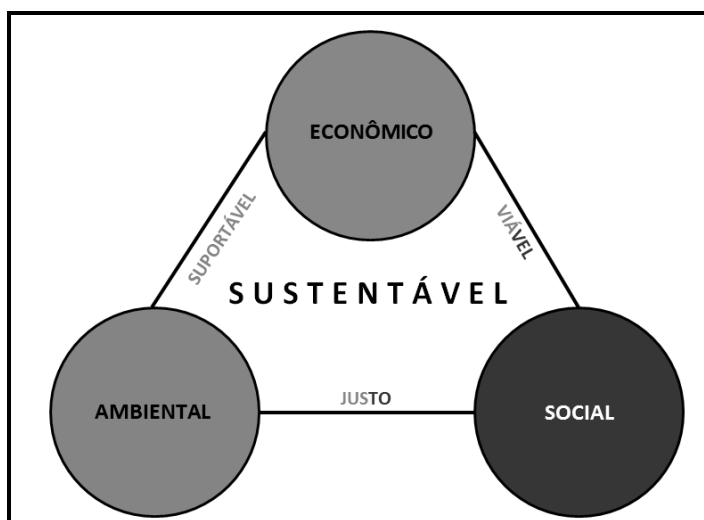


Figura 1: Componentes do Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Elkinton (2011).

A atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia o desenvolvimento sustentável e só pode ser alcançado se os três componentes evoluírem harmoniosamente (BCSD, 2007), em que a resultante está nas questões

ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, que é amplamente usada pelas organizações, inclusive como modelo de sustentabilidade para seus negócios (ELKINGTON, 2011).

Um relatório de sustentabilidade é o único capaz de comunicar de forma integrada as três dimensões, dando maior transparência e expandindo o diálogo das Empresas com a Sociedade e demais *stakeholders* (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Conforme a *GRI* (2012), a *Global Reporting Initiative* é uma organização cujo principal trabalho consiste na criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatório de sustentabilidade. As suas diretrizes são, na atualidade, a principal referência para a elaboração destas publicações, não só devido ao processo compartilhado de desenvolvimento e gestão, mas também aos fundamentos de seu conteúdo, que dialoga com as principais referências internacionais em sustentabilidade, tais como a declaração internacional dos direitos humanos, o pacto global da ONU e os objetivos de desenvolvimento do milênio, que são: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD, 2014).

Diversas organizações, principalmente empresas³, têm optado em desenvolver relatório de sustentabilidade, com base no modelo de diretrizes criado pela *GRI*, devido a diversos fatores tais como a padronização, bem como, a possibilidade de adaptação que a estrutura oferece para os mais diversos segmentos.

O relatório de sustentabilidade se dá pela prática de medir, divulgar e prestar contas para os interessados internos e externos do desempenho organizacional, de governança e dos impactos econômicos, ambientais e sociais visando o desenvolvimento sustentável. Esse documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata das informações relatadas, divulgando resultados

³ De acordo com Campos *et al.* (2013), destacam-se como elaboradoras de relatórios *GRI*, empresas tais como a Natura, CPFL Energia, Samarco Mineração, a Petrobrás, Banco Real, Aracruz Celulose, Bunge, Duratex, Medley, Banco Itaú, Wal-Mart Brasil, dentre outras.

obtidos dentro de um período de tempo, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização; incluindo informações tanto positivas como negativas (*GRI*, 2013).

De acordo com a *GRI* (2013), dentre as razões que as organizações têm para a divulgação de um relatório de sustentabilidade podem-se destacar:

- a) Aumento da compreensão sobre os riscos e oportunidades que enfrentam;
- b) Melhora da reputação e a fidelidade à marca;
- c) Compreensão aos interessados do desempenho e impactos de sustentabilidade;
- d) Ênfase na relação entre desempenho organizacional financeiro e não financeiro;
- e) Influência na estratégia e política de gestão em longo prazo e planos de negócios;
- f) Padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação de desempenho com respeito às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- g) Demonstração de como a organização influencia e é influenciada pelas expectativas relativas ao desenvolvimento sustentável;
- h) Comparação do desempenho organizacional interno e entre outras organizações;
- i) Conformidade com normas nacionais ou requisitos da bolsa de valores.

Um relatório de sustentabilidade pode ser definido como um documento anual produzido voluntariamente pela empresa após um esforço de “auditoria interna” para mapear seu grau de sustentabilidade. Essa “auditoria” busca entender a gestão da ação e avaliá-la, conforme critérios ambientais, sociais, econômicos e inclusive de governança (INSTITUTO ETHOS, 2012). Além disso, mostra-se uma vantajosa ferramenta operacional, como plataforma orientadora para as mudanças, possibilitando estabelecer objetivos e metas, transformações operacionais, controle de externalidades, comunicar impactos positivos e negativos, e reunir informações que podem

influenciar na política, na estratégia e nas operações da organização continuamente (BINKOWSKI, 2008; LEGITIMUS, 2012).

A seguir, será apresentado, de uma forma mais aprofundada, o que é a *GRI* e quais as suas finalidades.

2.4 *Global Reporting Initiative – GRI*

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização não-governamental (ONG) internacional composta por uma rede *multistakeholders* (rede diversificada em público de interesse), cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade no mundo todo. Criada em 1997 pela ONG norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics - CERES*, na cidade de Boston - EUA, tendo como missão, o desenvolvimento e a disseminação global de diretrizes mais adequadas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Segundo a *GRI* (2013), a primeira versão das Diretrizes para relatórios de sustentabilidade, no modelo da *Global Reporting Initiative*, foi lançada no ano 2000 e desenvolvida dentro de um processo de engajamento voluntário de representantes do setor empresarial, ONGs, organizações trabalhistas, investidores institucionais, ativistas de direitos humanos, firmas de auditoria e consultoria, agências da ONU, entre outras. A segunda geração de orientações, conhecido como G2, foi lançada em 2002, na Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, em Johannesburgo - África do Sul. Nesse momento, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) abraçou *GRI* e convidou os estados membros da ONU para hospedá-lo, sendo que a Holanda foi escolhida para ser país anfitrião.

Em 2002, a *GRI* foi formalmente estruturada como uma organização, mudando-se para Amsterdã, sendo que a PNUMA passou a ser oficialmente uma colaboradora. Em 2006 foi lançada a terceira geração de diretrizes, sendo que sua elaboração teve a participação de mais de 3.000 especialistas de empresas, sociedade civil e do movimento sindical (*GRI*, 2013).

Após o lançamento da versão G3, a *GRI* expandiu sua estratégia construindo alianças tais como as firmadas com o Pacto Global das Nações Unidas, a organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, dentre outros. A presença regional da *GRI* foi estabelecida por meio de seus Pontos Focais - escritórios regionais - em uma série de "territórios-chave" (*GRI*, 2013). Em 2011, a *GRI* publicou as Diretrizes G 3.1, sendo esta uma atualização e conclusão do G3, com orientações reportando desempenhos relacionados às questões de gênero, comunidade e direitos humanos.

Em 2013 surgiu a nova versão do *GRI* – G4 que, diferentemente das atualizações anteriores, traz mudanças mais profundas na aplicação da sustentabilidade dentro das empresas. A reformulação de suas diretrizes busca atender novas e velhas necessidades, mapeadas pelos usuários e pela própria *GRI*, de forma mais amigável, com qualidade técnica e relevância.

Um relatório de sustentabilidade, baseado nas diretrizes estabelecidas pela *GRI*, pode permitir a divulgação dos resultados obtidos dentro de um determinado período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização, podendo ser usado também para (*GRI*, 2013): padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; comparação de desempenho dentro da organização e entre diferentes organizações ao longo do tempo.

De acordo com a *GRI* (2013), as diretrizes para o relatório de sustentabilidade possuem como referência uma série de documentos, acordos e normas internacionais, podendo-se destacar, entre outras: Declaração universal dos direitos humanos das nações unidas e seus protocolos; Pacto internacional de direitos civis e políticos; Convenção das nações unidas; Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais; Declaração da organização internacional do trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho, 1998; diretrizes da organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) para empresas multinacionais.

São inúmeros os benefícios para as organizações que elaboram e divulgam seus relatórios de sustentabilidade. Para a gestão corporativa da organização, o relatório de sustentabilidade pode representar o diagnóstico das principais fortalezas e debilidades no que tange o seu desempenho socioambiental. Para a imagem pública, o relatório de sustentabilidade é a oportunidade de transparência, melhoria da reputação e o aumento da fidelidade, motivação e compromisso de seus diferentes *stakeholders* (funcionários, colaboradores, fornecedores, acionistas e investidores).

Para que a organização elabore o documento, a *GRI* desenvolveu a estrutura de relatórios de sustentabilidade, visando proporcionar uma linguagem comum que pudesse ser aplicada por todos os tipos de organizações, colocando-as em um mesmo nível, auxiliando na discussão e comparação de seus desempenhos de sustentabilidade. A estrutura de relatórios de sustentabilidade da *GRI* possui quatro elementos, documentados, que direcionam a elaboração de relatório de sustentabilidade, sendo eles:

- 1) Diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade: princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre a elaboração do relatório de sustentabilidade. As diretrizes da *GRI* são desenvolvidas com a participação de grupos de trabalho internacionais, partes interessadas e consulta pública;
- 2) Protocolos de indicadores: fornecem definições, orientações para compilação e outras informações para assegurar a coerência dos indicadores de desempenho;
- 3) Suplementos setoriais: são publicações com interpretações e orientações sobre a aplicação, dos indicadores, em setores específicos;
- 4) Protocolos técnicos: orientam na elaboração do relatório de sustentabilidade incluindo o estabelecimento de limites.

Com base nestes 04 (quatro) elementos, elaborase o relatório de sustentabilidade, tendo-se em vista as diretrizes para a elaboração do relatório de sustentabilidade como o documento base para a realização dessa atividade.

De maneira resumida, um relatório de sustentabilidade nos moldes da *GRI*, deve constar em seu corpo: o perfil da organização, onde são relatadas Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança; Informações sobre a forma de gestão, em que são relatados os dados que objetivam explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização, numa área específica; e os indicadores de desempenho, que são essenciais para demonstração de informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social. A dimensão social se subdivide nas categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Para a elaboração do relatório de sustentabilidade, a organização pode optar por um dos três níveis de aplicação propostos pela *GRI*. Cada nível de aplicação estabelece um número de itens do perfil da organização estabelecidos pelas diretrizes, e pelos suplementos setoriais, se houver, a serem relatados, bem como o número de indicadores de desempenho que deverão ser respondidos.

Segundo a *GRI* (2013), existem os níveis de aplicação C (iniciante), B (intermediário) e A (avançado), sendo que, uma organização poderá, também, autodeclarar-se um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+), demandando para este caso, a realização de uma auditoria externa à organização, após a criação do relatório de sustentabilidade, para a devida certificação. A Figura 2 apresenta os níveis de aplicação, de maneira resumida, com suas respectivas exigências.

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da GRI RESULTADO	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da GRI RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final

Figura 2: Níveis de aplicação da GRI.

Fonte: Cartilha GRI (2013).

O nível “C”, por exemplo, estabelece um mínimo de 10 (dez) indicadores de desempenho que devem ser respondidos, enquanto o nível B exige um mínimo de 20 (vinte) indicadores. Já o nível A, considerado completo, exige o preenchimento de todos os indicadores de desempenho.

Por exemplo, uma empresa que esteja relatando pela primeira vez poderia decidir relatar no Nível C e produzir um relatório mais simples (contendo 10 indicadores relevantes), restrito a apenas alguns aspectos; uma grande organização que tem relatado há muitos anos, por outro lado, pode ter recursos e experiência para produzir um relatório bastante abrangente, de nível A. As organizações podem começar como organizações relatoras iniciantes (nível C) e subir para níveis mais elevados nos relatórios subsequentes.

A GRI estabelece os seguintes critérios para a elaboração do relatório de sustentabilidade:

- 1) A identificação dos temas e dos respectivos indicadores deve ser relevante; devem ser relatados com base nos princípios de materialidade, de inclusão dos *stakeholders*, de

contexto da sustentabilidade e com as orientações para o estabelecimento do limite do relatório. Na identificação dos temas, deve-se considerar a relevância de todos os aspectos do indicador suscitados nas diretrizes da *GRI* e nos suplementos setoriais, observando-se também, outros temas que sejam importantes para o relatório, se houver;

- 2) Cada princípio deve ter uma definição, uma explicação e um conjunto de testes para orientar seu uso. Os testes devem ser utilizados como ferramentas de autodiagnóstico e não como itens específicos de divulgação a serem relatados. Os princípios são de dois tipos: os que definem o conteúdo do relatório e os que asseguram a sua qualidade.

Os princípios que definem o conteúdo são:

- 1) Materialidade: os temas e os indicadores devem ser escolhidos para reportar os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização;
- 2) Inclusão de *stakeholders*: identificação dos *stakeholders* e explicação sobre as medidas que foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes;
- 3) Contexto de sustentabilidade: desempenho da organização no contexto dos limites e demandas relativos aos recursos ambientais ou sociais em níveis setorial, local, regional e global;
- 4) Abrangência: cobertura dos temas e indicadores relevantes refletindo os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos, permitindo que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Já, os princípios que buscam assegurar a qualidade do relatório são:

- 1) Equilíbrio: o relatório deverá refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral;

- 2) Comparabilidade: as questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permitam aos *stakeholders* analisarem mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações;
- 3) Exatidão: as informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os *stakeholders* avaliem o desempenho da organização relatora;
- 4) Periodicidade: o relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas;
- 5) Clareza: as informações deverão estar disponíveis de uma forma compreensível e acessível aos *stakeholders* que fizerem uso do relatório;
- 6) Confiabilidade: as informações e processos usados na preparação do relatório deverão ser coletados, registrados, compilados, analisados e divulgados de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e a materialidade das informações.

No Quadro 2, encontra-se uma breve descrição dos princípios que norteiam a definição de conteúdo e de qualidade do relatório *GRI*.

Quadro 2: Descrição dos princípios relativos ao conteúdo e qualidade no relatório *GRI*.

PRINCÍPIOS DA <i>GRI</i>	
CONTEÚDO	QUALIDADE
Materialidade: O Relatório deve abordar aspectos que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de <i>stakeholders</i> .	Equilíbrio: O Relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral.
Inclusão de Stakeholders: A organização deve identificar seus <i>stakeholders</i> e explicar no Relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.	Comparabilidade: A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.

<p>Contexto da Sustentabilidade: As informações sobre desempenho devem ser contextualizadas. A pergunta subjacente aos relatos de sustentabilidade é como a organização está contribuindo ou pretende contribuir no futuro para a melhoria ou deterioração de condições econômicas, ambientais e sociais, desdobramentos e tendências em nível local, regional ou global.</p>	<p>Exatidão: As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> possam avaliar o desempenho da organização relatora.</p> <p>Periodicidade: A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentadas.</p> <p>Clareza: A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que usam o relatório.</p>
<p>Abrangência: A cobertura de aspectos materiais e seus limites deve ser suficientemente ampla para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.</p>	<p>Confiabilidade: A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Cartilha *GRI* (2013).

A *GRI* lança “diretrizes para elaboração de um relatório de sustentabilidade”, a fim de obter um relato equilibrado e padronizado dos aspectos de sustentabilidade tratados pelas organizações. A estrutura do relatório de sustentabilidade, nos moldes da *GRI*, consiste em diretrizes de elaboração, conforme Figura 3.

Categoria	Econômica	Ambiental
Aspectos ^{II}	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho Econômico • Presença no Mercado • Impactos Econômicos Indiretos • Práticas de Compra 	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Energia • Água • Biodiversidade • Emissões • Efluentes e Resíduos • Produtos e Serviços • Conformidade • Transportes • Geral • Avaliação Ambiental de Fornecedores • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais

Categoria	Social			
Subcategorias	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo Produto
Aspectos ^{II}	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego • Relações Trabalhistas • Saúde e Segurança no Trabalho • Treinamento e Educação • Diversidade e Igualdade de Oportunidades • Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres • Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento • Não Discriminação • Liberdade de Associação e Negociação Coletiva • Trabalho Infantil • Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo • Práticas de Segurança • Direitos Indígenas • Avaliação • Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades Locais • Combate à Corrupção • Políticas Públicas • Concorrência Desleal • Conformidade • Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Segurança do Cliente • Rotulagem de Produtos e Serviços • Comunicações de Marketing • Privacidade do Cliente • Conformidade

Figura 3: Visão geral das diretrizes da GRI.

Fonte: Cartilha GRI (2013).

A estrutura das diretrizes apresentadas na Figura 3 possui dois objetivos: como relatar e o que se relatar, conforme mostra a Figura 4.

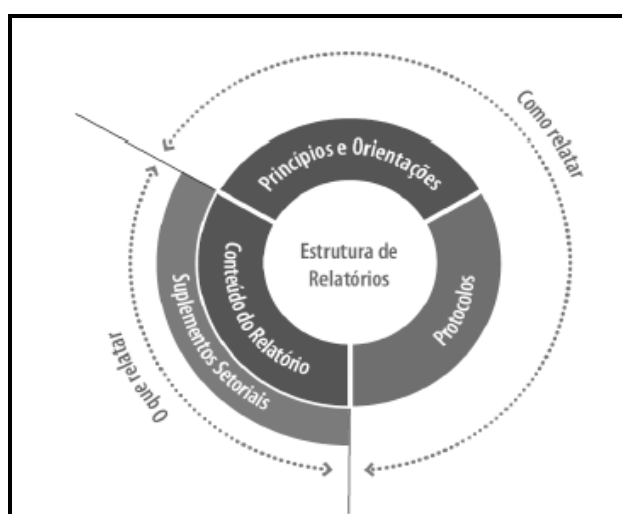


Figura 4: A estrutura do relatório de sustentabilidade da GRI.

Fonte: GRI (2013).

A elaboração do relatório de sustentabilidade nos moldes da *GRI* é baseada em princípios essenciais que visam o equilíbrio entre os itens econômicos, sociais e ambientais, além de proporcionar a comparabilidade temporal, garantir credibilidade e permear o colóquio entre as partes interessadas (*GRI*, 2013).

Os relatórios de sustentabilidade nos moldes da *GRI* passam por duas fases. A primeira reúne os princípios da definição e orientações (escopo, qualidade e limite do relatório). Na segunda estão elementos estruturantes do relatório: o conteúdo propriamente dito (como a apresentação do perfil da empresa), forma de gestão e os indicadores (econômicos, ambientais, sociais).

Os indicadores de desempenho da versão G4 estão divididos entre três dimensões, sendo, 34 ambientais, 09 econômicas e 47 sociais, totalizando 91 indicadores (Quadro 3).

Quadro 3: Dimensões, subdivisões e indicadores da *GRI*⁴.

DIMENSÕES	SUBDIVISÕES	TOTAL DE INDICADORES
Ambiental	12 Aspectos	34
Econômica	4 Aspectos	9
Social	30 Aspectos	48
TOTAL	46 Categorias	91

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na *GRI* versão G4 (2013).

As Diretrizes da *GRI* para elaboração do relatório de sustentabilidade podem ser utilizadas por toda e qualquer organização, independente de seu Setor na economia. Porém, para adaptar à realidade das organizações, a própria *GRI* dispõe de suplementos setoriais que objetivam um relato que possa seguir o contexto, a realidade e a especificidade de cada Setor (*GRI*, 2013). A *GRI* dispõe suplementos para os setores de eletricidade, serviços financeiros, mineração e metais, ongs, processamento de alimentos, construção & imobiliário, operadores de aeroportos, organizadores de evento, mídia e petróleo & gás (*GRI*, 2013). O setor educacional ainda não possui um suplemento setorial específico. Este é o desafio proposto neste trabalho: realizar um estudo diagnóstico e propositivo para implantação de um relatório de sustentabilidade em uma IES Comunitária, à luz das diretrizes estabelecidas pela *GRI*.

⁴ A descrição completa das dimensões, subdivisões e indicadores se encontra no Anexo 1 deste trabalho.

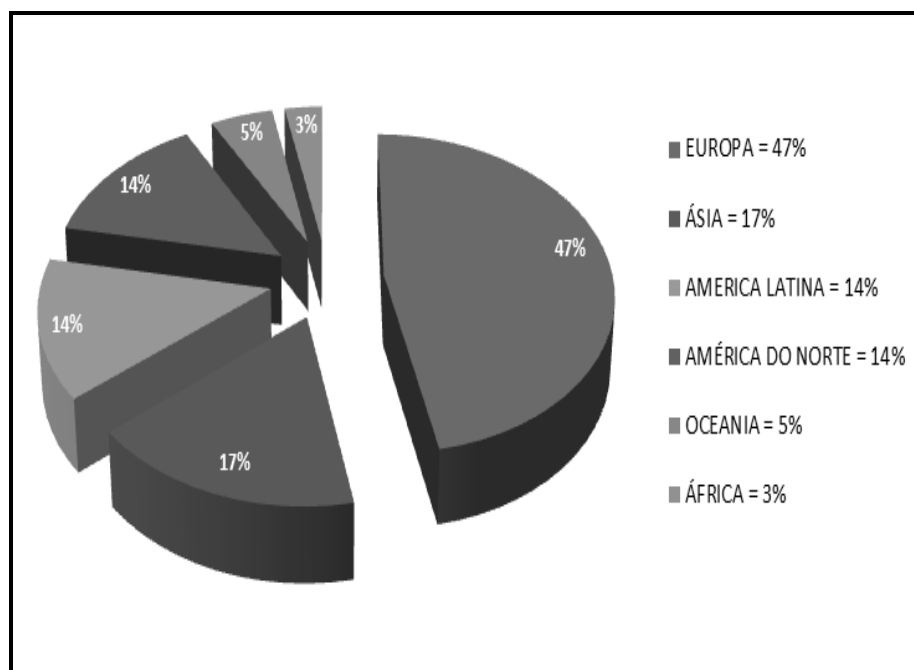
2.5 Relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes da GRI

O modelo de relatório de sustentabilidade da *GRI* é, atualmente, adotado pelas mais diversas organizações, tanto em nível internacional ou nacional (*GRI*, 2013).

De acordo com a *GRI* (2013), ao todo 6.250 organizações divulgaram 18.387 relatórios, com base nas diretrizes da *GRI*. O website da *GRI* possui o *Sustainability Disclosure Database*, um banco de dados que mantém todos os relatórios divulgados pelas mais diversas organizações. Para que o documento seja parte do banco de dados da *GRI*, faz-se necessário que a organização se cadastre na Instituição, de maneira que o relatório de sustentabilidade possa se tornar visível e passe a ser fonte de consulta para outros grupos.

De acordo com a *GRI*, até o ano de 2012, 47% dos relatórios de sustentabilidade divulgados eram originários de países da Europa, 17% de países asiáticos, 14% de origem norte-americana e outros 14% de organizações latino-americanas. A Oceania e África eram responsáveis por outros 5% e 3%, respectivamente. Essa estatística pode ser visualizada no gráfico 1 (*GRI*, 2013).

Gráfico 1: Distribuição de relatórios de sustentabilidade por continente.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na *GRI* (2013).

Em relação ao crescimento do número de publicações, por organizações sediadas em cada continente, a Europa e Ásia tiveram um crescimento de 3% em 2012, em comparação ao ano de 2010. As Américas Latina e do Norte registraram um decréscimo de 1% nesse período, ao passo que África e Oceania não registraram variação (*GRI*, 2013).

De acordo com a *GRI* (2013), em 2011, da totalidade de relatórios de sustentabilidade registrados na *Sustainability Disclosure Database*, os Estados Unidos possuíam o maior número de relatórios publicados e registrados na *GRI*, com 11% do total, seguidas da Espanha com 8%. Suécia e Brasil apareciam na terceira colocação, empatadas, com 6% do total. Em relação à atividade da organização relatora, o setor financeiro é a área que possui o maior número de relatórios de sustentabilidade publicados, com 2.108 publicações, incluindo todas as versões do modelo da *GRI*, inclusive os relatórios que, apesar de não seguirem totalmente as diretrizes propostas pela organização, possuem a *GRI* como referência.

No âmbito da iniciativa privada, no Brasil, algumas grandes companhias já produzem, regularmente, relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes propostas pela *GRI*. De acordo com Campos *et al.* (2013), destacam-se como elaboradoras de relatórios *GRI*, empresas tais como a Natura, CPFL Energia, Samarco Mineração, a Petrobrás, Banco Real, Aracruz Celulose, Bunge, Duratex, Medley, Banco Itaú, Wal-Mart Brasil, dentre outras.

Para o Setor público, na data base da *GRI* estão disponibilizados 308 relatórios, de diversas organizações, em todo mundo. No Brasil, de acordo com a data base da *GRI*, as únicas instituições que publicaram relatórios foram: Sistema estadual de meio ambiente e recursos hídricos de Minas Gerais, que publicou um único relatório no ano de 2009; a Secretaria de meio ambiente do estado de Tocantins, que publicou um único relatório que cobriu os anos de 2010 a 2012; e a Companhia de desenvolvimento habitacional e urbano do estado de São Paulo, que publicou no ano de 2011 um único relatório.

Para o setor educacional, seguindo os mesmos parâmetros conforme *GRI* (2013) estão disponibilizados na base da *GRI*, até o ano de 2014, 96 relatórios de sustentabilidade, em todo mundo. Em relação às IES brasileiras, na referida base, estão disponibilizados 06 relatórios publicados, sendo originários de IES privadas: Anhanguera Educacional, com publicações de

2009, 2011 e 2012; Fundação Dom Cabral, com publicação de 2011; Universidade Feevale, com publicações de 2010, 2011 e 2012.

Outras Universidades brasileiras, que não estão listadas na base, também já publicaram relatório de sustentabilidade. A Universidade São Francisco, de Bragança Paulista/SP, já publicou relatório para o ano de 2011, 2012 e 2013 publicando, anteriormente a estes Relatórios, Balanços Sociais relativos aos anos de 2009 e 2010. A Universidade Mackenzie publicou balanços sociais do ano de 2002 a 2010, e em 2011 e 2012, publicou os primeiros relatórios com base nas diretrizes da *GRI*.

A faculdade Estácio de Sá é outra IES que já publicou, no ano de 2012, o seu primeiro relatório. Cabe ressaltar que, todas as IES citadas, são organizações de capital privado. Assim sendo, verifica-se a completa ausência de informações que possam evidenciar a elaboração de relatório de sustentabilidade por Universidades públicas, no Brasil. O Quadro 4 ilustra o panorama de publicação das instituições relacionadas.

Quadro 4: Instituições de Ensino Superior que publicam relatório de sustentabilidade com base na *GRI*.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
Anhanguera Educacional
Fundação Dom Cabral
Faculdade Estácio de Sá
Universidade Feevale
Universidade Mackenzie
Universidade São Francisco

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na *GRI* (2013).

A estrutura para o relatório de sustentabilidade, nos moldes da *GRI*, consiste em um conjunto de materiais de orientação para a elaboração e divulgação dos relatórios. Tal estrutura abrange as diretrizes, os suplementos setoriais, os limites do relatório e os protocolos técnicos. As diretrizes podem ser aplicadas por qualquer organização, seja qual for seu tipo, tamanho, setor ou região em que se encontra. Essa estrutura é usada por milhares de organizações no mundo inteiro como referência na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade (*GRI*, 2013).

2.6 Limitações relativas aos relatórios de sustentabilidade com base na *GRI*

Um aspecto importante a ser considerado, despeito da ampla aceitação do modelo da *GRI* como referência para o desenvolvimento de relatório de sustentabilidade, encontra-se na literatura acadêmica, críticas referentes ao processo de elaboração dos relatórios, por parte das organizações, principalmente quanto à qualidade, periodicidade e outros quesitos essenciais para a legitimação do modelo *GRI* (CAMARGOS, 2012).

Rocha (2012) avaliou a estrutura de alguns relatórios de sustentabilidade pautados na *GRI* para ver se os mesmos são instrumentos adequados para a caracterização das empresas brasileiras como organizações sustentáveis. A pesquisa encontrou inconsistências nos relatórios. Segundo o autor, para atingir um certificador de sustentabilidade as empresas devem melhorar seus relatórios. Para superar tal contraste, o relatório com base na *GRI* deve ser feito com transparência, e não como um relatório capaz de atestar a aparente sustentabilidade de determinada empresa preocupada em melhorar sua imagem/credibilidade perante as pressões da sociedade.

Camargos (2012) aponta diversos limites na utilização do relatório pautados na *GRI*. O primeiro ponto é que, além de serem de natureza voluntária, as diretrizes são projetadas para atenderem organizações com graus variados de complexidade. Devido a esta flexibilidade, espera-se uma diversidade considerável entre os relatórios de diferentes organizações, o que pode prejudicar a comparabilidade. A tratar desta mesma temática, Lynch (2010) também aponta que um dos objetivos destacados pela *GRI*, é fornecer uma estrutura que permita a comparabilidade entre organizações. Entretanto, tal comparabilidade fica comprometida pela flexibilidade e diversidade dos relatórios e pela diferença entre organizações.

Para Camargos (2012) uma importante falha é o fato de que a natureza informal das diretrizes e a permissão da inclusão de informações adicionais permitem que as organizações selecionem quais informações serão divulgadas. Isto pode levar a uma representação imprecisa das atividades da organização. Pesquisa realizada por Guthrie e Farneti (2008) mostra que as organizações estudadas escolheram cuidadosamente quais dados seriam inseridos em seu

relatório anual, contradizendo as expectativas das partes interessadas em relação à transparência das informações.

Evidências empíricas apontam que as diretrizes *GRI*, muitas vezes, são utilizadas de maneira tendenciosa. Diversas organizações que adotam relatórios pautados na *GRI* não se comportam de maneira responsável em relação à igualdade social e direitos humanos, o que pode ser explicado por um equívoco de interpretação - consciente ou não - do conceito de desenvolvimento sustentável (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006).

Segundo Camargos (2012, p. 42) outro ponto passível de má interpretação é o sistema de classificação dos relatórios. Os níveis de aplicação das diretrizes avaliam o quão completa foi a utilização da estrutura de relatórios por parte das organizações e não o quanto a organização é sustentável. Desse modo, “uma organização avaliada com o nível “A” não é necessariamente mais sustentável que a organização avaliada por “B”. O nível “A” apenas demonstra que as diretrizes foram utilizadas de maneira mais completa pela organização”. Portanto, esta classificação não deve “ser usada como um padrão de referência, mas como um retorno para a própria organização relatora do “quanto os relatórios estão avançando ao longo do tempo”. Assim, se esta informação for “utilizada de maneira tendenciosa, pode criar um falso marketing, que reflete de maneira enganosa o desempenho de cada organização na busca pela sustentabilidade”. Entretanto, a autora afirma que os limites relativos ao uso da *GRI*, não inviabiliza o seu uso, desde que os dados apresentados sejam verdadeiros, pautados na realidade vivenciada pela organização.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta e descreve, de forma fundamentada, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a coleta e análise das informações, com vistas a analisar a possibilidade de implantação de relatório de sustentabilidade em uma IES Comunitária, tendo como base as diretrizes da *GRI*.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Navarrete (2004) explica que a busca qualitativa tem como ponto inicial a compreensão da intenção do ato social, ou seja, a estrutura de motivações que os sujeitos possuem o propósito que orienta sua conduta, os valores, sentimentos, crenças que o dirigem para uma finalidade determinada. Dessa forma, a análise qualitativa favorece a compreensão dos fatores relacionados com as decisões que, por sua vez, atribuem significado às informações utilizadas no processo de gestão.

Em relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva exploratória, à medida que busca identificar a aplicação da *GRI* no relatório de sustentabilidade em uma IES Comunitária. A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2009), tem como objetivo primordial descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Já a pesquisa exploratória ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática estudada, buscando-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro e proporcionar uma visão geral acerca do fato.

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa documental. A pesquisa documental, segundo Gil (2008), é justificada no momento em que se organizam informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. Para Silva e Menezes (2005), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, de forma que visa selecionar, tratar e interpretar as informações brutas, procurando extrair delas algum sentido e introduzir algum valor, podendo assim contribuir com a comunidade científica.

Quanto à dimensão do tempo, a pesquisa caracteriza como transversal. Esta se caracteriza como um estudo conduzido apenas uma vez e revela um instantâneo de um determinado momento (COOPER; SCHINDLER, 2016). Ou seja, este estudo retrata o estágio da sustentabilidade na Universidade apenas no ano em que foi estudada: 2017.

3.2 Coleta, Análise e Interpretação de Dados

Quanto à abordagem em relação às técnicas de coleta de dados, foram utilizados dados secundários. A classificação da pesquisa resume-se, então, na forma exposta no Quadro 5.

Quadro 5: Classificação da pesquisa.

CATEGORIA
Abordagem X Objetivo do Estudo
Abordagem X Problema da Pesquisa
Abordagem X Estratégia da Pesquisa
Abordagem X Dimensão do Tempo
Abordagem X Coleta de Dados

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Cooper e Schindler (2016).

Foram realizadas, para a consecução deste trabalho, pesquisa bibliográfica, e documental. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e web sites. Vale ressaltar que, embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas, exclusivamente, a partir de fontes bibliográficas. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir, ao investigador, a cobertura de uma série de fenômenos muito além daqueles que poderiam ser pesquisados diretamente.

No presente trabalho, a pesquisa documental buscou analisar diversos relatórios publicados por Instituições de Ensino Superior brasileiras, que serviram como *Benchmarking*. Diante disso buscou-se alinhar as diretrizes estabelecidas pela cartilha *GRI* ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade objeto de estudo, sempre viabilizando o balizamento das dimensões ambientais, econômicas e sociais, conforme define o *TBL (Triple Bottom Line)*.

Neste estudo, a análise de conteúdo foi eleita como técnica de análise dos dados coletados. Nos últimos anos, a análise de conteúdo vem tendo destaque entre os métodos qualitativos e ganhando legitimidade. A importância da análise de conteúdo para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

O percurso de análise deste trabalho toma como referência a obra de Laurence Bardin, literatura de referência atualmente em análise de conteúdo (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). O estudo seguiu as fases da análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2009, p. 121): (i) pré-análise; (ii) exploração do material, e; (iii) tratamento dos resultados, que envolve a inferência e a interpretação.

3.3 Caracterização da IES Estudada

Este tópico tem como objetivo realizar uma explanação sobre os dados históricos e atuais da IES estudada.

3.3.1 Perfil Institucional

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e do Hospital e Maternidade Celso Pierro (HMCP) - Hospital Universitário, reconhecida como entidade filantrópica e instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal, foi criada, aos 20 de maio de 1941, por iniciativa do Bispo D. Francisco de Campos Barreto, para manter e administrar os estabelecimentos de ensino da diocese, entre os quais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas, as chamadas "Faculdades Campineiras".

As Faculdades foram instaladas na antiga residência urbana do Barão de Itapura, Joaquim José Polycarpo Aranha, atualmente o *Campus* Central da Universidade, oferecendo um total de oito Cursos: Ciências Sociais e Políticas, Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas, Matemática, Geografia, História e Pedagogia. Posteriormente, seis novos

Cursos surgiram ainda na década de 1940: Economia (1942), Biblioteconomia, Química (1945), Odontologia, Serviço Social e Escola de Enfermeiras (1949). No início da década seguinte, são criados os Cursos de Enfermagem (1950) e Direito (1951).

Em 15 de agosto de 1955, as Faculdades Campineiras tornam-se a Universidade de Campinas, com aprovação do Conselho Federal de Educação. Em 1956, por decreto da Santa Sé, a Instituição é erigida canonicamente como Universidade católica, passando a denominar-se Universidade Católica de Campinas (UCC), sendo instalada, em 1958, quando o Monsenhor Emílio José Salim toma posse como o primeiro Reitor. Nesse momento, a UCC era constituída por 14 Cursos (Quadro 6).

Nesse aspecto, a UCC antecipava-se ao movimento de interiorização das IES no Estado de São Paulo, fruto da preocupação da comunidade campineira que buscou prover ensino superior para os seus jovens na própria cidade. Além disso, a Universidade já começava a mostrar sua vocação na formação de professores para os outros níveis educacionais, com as licenciaturas. Desde o princípio, a UCC demonstrava o seu direcionamento ao responder aos interesses da sociedade local, o que marcaria profundamente o seu projeto de Universidade Comunitária.

Quadro 6: Faculdades e Cursos da UCC em 1958.

FACULDADES	CURSOS
Filosofia, Ciências e Letras	Ciências Sociais e Políticas
	Filosofia
	Geografia
	História
	Letras (Clássicas, Neolatinas, e Anglo-Germânicas)
	Matemática
	Pedagogia
Ciências Econômicas	Economia
Serviço Social	Serviço Social
Odontologia	Odontologia
Direito	Direito
Enfermagem	Enfermagem

Fonte: Secretaria Geral da PUC-Campinas (PDI 2013-2017).

Na década de 1960, além da criação dos Cursos de Psicologia e Música (1964), Ciências Administrativas (1966), e Biologia, Jornalismo, Relações Públicas, Educação Física, Publicidade e Propaganda e Formação de Professor de Desenho (1969), inicia-se a organização de um conjunto de atividades relacionadas a Bibliotecas, Centros de Estudo, Museu e Teatro, coincidindo com uma intensa vida cultural.

A partir da década de 1970, a Universidade experimenta um dos maiores crescimentos de sua história, que se inicia com a construção do *Campus I* em terras doadas pelo agrônomo Caio Pinto Guimarães, dono da Fazenda Santa Cândida, em Campinas.

Aos 8 de setembro de 1972, a UCC obtém, do Papa Paulo VI, o reconhecimento como Universidade Pontifícia, passando a denominar-se Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), vinculando-a às diretrizes, objetivos e legislação canônica da Igreja Católica quanto ao Ensino Superior.

Em 1972, inicia-se a implantação dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o Curso de Psicologia Clínica e, posteriormente, com os mestrados de Linguística (1973), Filosofia (1976) e Biblioteconomia (1977).

Durante toda a década de 1970, são criados novos Cursos de Graduação (Quadro 7). No final da década, foi inaugurado o *Campus II*, que passa a congrega grande parte dos Cursos da Área da Biologia e da Saúde, além do Hospital Universitário, o “Hospital e Maternidade Celso Pierro”.

Quadro 7: Criação de Cursos da PUC-Campinas na década de 1970.

ANO	CURSOS
1970	Fonoaudiologia
1971	Educação Artística
	Artes Plásticas
	Desenho
	Engenharia Civil
	Formação de Professores para Educação Especial

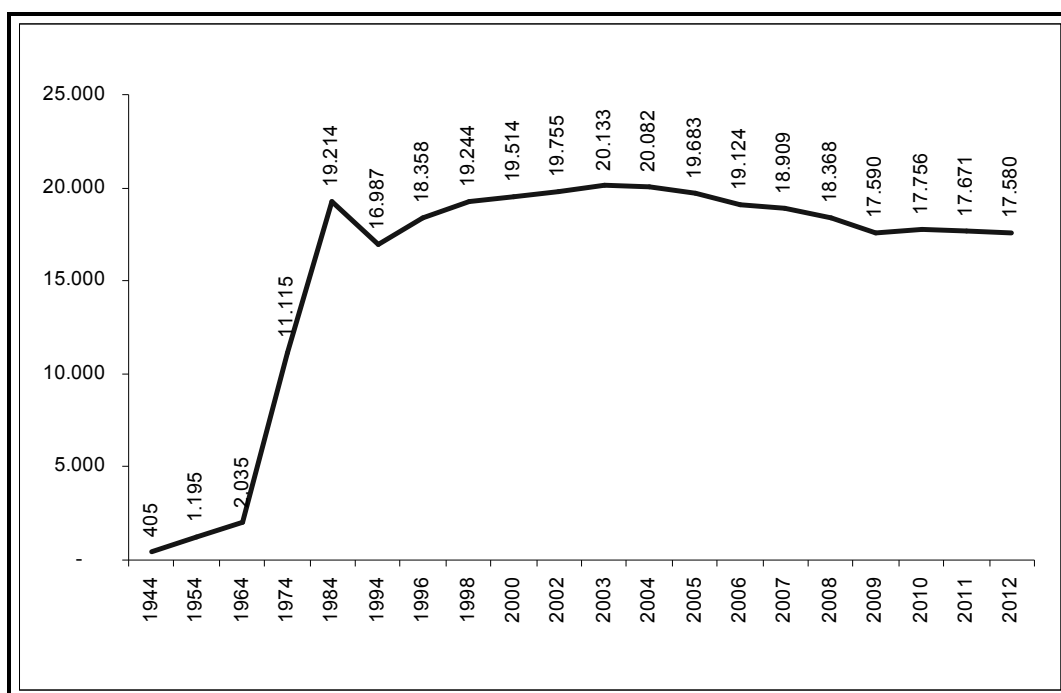
	Ciências Contábeis
1972	Fisioterapia
	Enfermagem
	Análise de Sistemas
1973	Turismo
	Arquitetura e Urbanismo
1974	Terapia Ocupacional
1975	Medicina
	Nutrição
	Ciências Farmacêuticas
1977	Engenharia Sanitária
1978	Teologia

Fonte: Secretaria Geral da PUC-Campinas (PDI 2013-2017).

O grande crescimento dos Cursos de Graduação, no período de 1960 a 1980, coincide com o mesmo movimento que ocorria na sociedade brasileira e, especialmente, no Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, a região de Campinas passa a se configurar como um importante espaço de crescimento e expansão da economia do Estado, a partir dos projetos de interiorização do crescimento econômico no eixo São Paulo - Campinas - Ribeirão Preto.

Nesse período, o número de alunos matriculados na Universidade experimenta um grande salto, crescendo mais de nove vezes em duas décadas, mantendo-se praticamente estável nas décadas seguintes. É a partir de 2005 que se observa uma tendência ao decréscimo do número total de alunos matriculados na Universidade, fato, em parte, justificado pelo elevado número de IES que têm oferecido Cursos na Região Metropolitana de Campinas, provocando uma diluição da demanda para os Cursos oferecidos pela Universidade (Gráfico 2).

Gráfico 2: Alunos matriculados de 1944 a 2012.



Fonte: PUC-Campinas (PDI 2013-2017).

Na década de 1980, inicia-se, ainda, o processo de elaboração do Projeto Pedagógico da Universidade e de seus Cursos de Graduação, numa conjuntura de crise econômica do país, inspirado na missão e nos propósitos da Igreja Católica para o Ensino Superior e nos desafios colocados, para esse setor, pela sociedade brasileira.

Esse movimento de reformulação do Projeto Pedagógico Institucional apontou para a necessidade de se organizar a Pesquisa, a Extensão e a Carreira Docente como estratégias para qualificar a PUC-Campinas como Universidade e melhor cumprir seus propósitos e sua missão. Iniciava-se uma nova fase para a Instituição, que já percebia a necessidade de integrar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Nessa década, foram implantadas as Coordenadorias de Pós-Graduação e de Estudos e Apoio à Pesquisa, os Núcleos de Extensão de Saúde e Educação, a Carreira Docente, a Assessoria de Planejamento da Reitoria, entre outros. Além de fomentar a Pesquisa e a Extensão, a Universidade passou a contar com docentes em regime de dedicação integral para o

desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Extensão e capacitação para a Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Ainda nesse período, foram implantados os Programas de Bolsa de Pós-Graduação da CAPES e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (1993).

A consolidação da Pesquisa e da Extensão ocorre durante a década de 1990. Entretanto, é a partir do início de 2002, com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação instalada, que se buscou construir um trabalho de sistematização e de reorganização das atividades ligadas à Pesquisa. Esse trabalho teve como objetivo acompanhar a formação de antigos e novos Grupos de Pesquisa e suas respectivas Linhas de Pesquisa, com vistas ao estabelecimento de diretrizes que apontem para uma integração entre as atividades-fim da Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

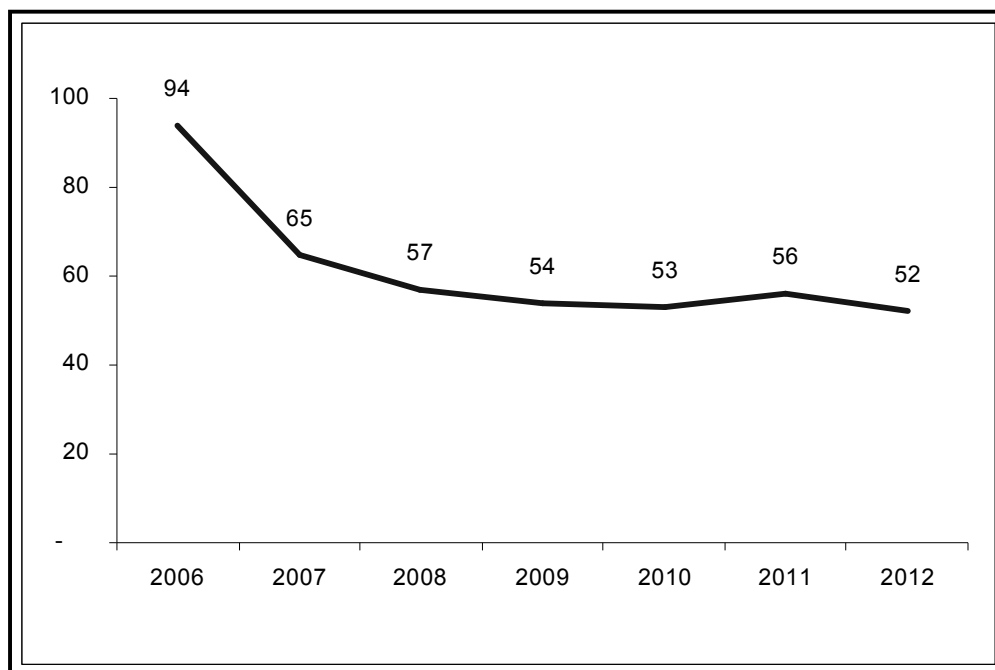
O processo de consolidação dos Grupos e Linhas de Pesquisa, presentes no Diretório do CNPq desde 2002, estimula o desenvolvimento de propostas de novos Programas *Stricto Sensu* que gradativamente podem gerar projetos interdisciplinares e interinstitucionais de Pesquisa, conforme demandas estabelecidas pela própria comunidade. Nessa perspectiva, a relação entre as Linhas de Pesquisa e os Projetos Pedagógicos das Faculdades se constitui em um contínuo processo de construção mútua que consolida a necessária integração entre Pesquisa e Ensino e, conseqüentemente, também com a Extensão.

A participação da PUC-Campinas no Diretório Nacional de Pesquisa teve início em 1992, e sua trajetória pode ser acompanhada com as indicações contidas no Gráfico 3.

Além disso, a própria estrutura organizacional da Universidade sofreu uma intensa modificação, principalmente a partir de 2001, como reflexo do seu amadurecimento institucional e da expansão de suas atividades acadêmicas.

No entanto, o crescimento ocorreu apesar de dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, determinadas pelas cíclicas crises econômicas, a partir do final da década de 1970, que também afetaram a Universidade, porém motivando-a para a capacitação de suas áreas administrativas na implementação de seu Projeto.

Gráfico 3: Grupos de Pesquisa (2006-2012)



Fonte: PUC-Campinas (PDI 2013-2017).

Em termos organizacionais, a partir do início da década de 1990, também foi implementada a cultura do Planejamento Estratégico Institucional e a consequente elaboração dos Planos de Gestão para os períodos de 1993-1996, 1997-2001, 2002-2005, 2006-2009 e 2010-2013, que imprimiram novas dinâmicas na Universidade, especialmente a qualificação do seu quadro gerencial, ainda em Curso.

A PUC-Campinas participa como membro do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Por ser comunitária pertence também à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (*ABRUC*) e, por ser uma Universidade confessional católica, participa da Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC) e da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC).

Analisando sua trajetória, como Universidade, é possível afirmar que a PUC-Campinas construiu uma sólida reputação na Graduação, principalmente voltada para a formação de profissionais que passam a atuar em nível loco-regional. Relativamente à Pesquisa e à Extensão,

sua tradição é mais recente e com características peculiares, voltadas principalmente à ação no campo social e das políticas públicas, confirmando sua vocação comunitária e voltada aos interesses regionais.

Nesses aspectos, a PUC-Campinas, além de ser reconhecida pela tradição e qualidade do Ensino, apresenta uma intensa atuação social, em sintonia com seu caráter católico e comunitário.

No conjunto, a trajetória histórica, as formas como as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão foram desenvolvidas e qualificadas, os modelos administrativos assumidos e os desafios colocados pelo desenvolvimento do setor de Ensino Superior no país configuram o quadro de referência para o presente Plano de Desenvolvimento Institucional.

3.3.2 Missão da Universidade

A Missão da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas possui inspiração cristã, guiando-se pela reflexão constante sobre o conhecimento humano à luz da fé católica, ao qual procura dar sua contribuição mediante as próprias investigações. A Missão da Universidade se expressa da seguinte forma:

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores ético-cristãos e considerando as características socioculturais da realidade, tem como missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, por meio de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à capacitação profissional de excelência, à formação integral da pessoa humana e à contribuição para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Para cumprir a sua Missão institucional, a PUC-Campinas procura nortear a execução de suas atividades pelos seguintes valores:

- **Solidariedade:** Vivenciar o processo de construção da pessoa como sujeito da ação educativa e social na comunidade acadêmica, a partir do compromisso, diálogo, respeito, cooperação com o outro, como expressão das atividades internas e externas do ser Universidade, na perspectiva de uma educação solidária, que contribua para o processo de transformação da sociedade.

- Respeito ao pluralismo e à diversidade: A postura crítica, de respeito às posições político-ideológicas e à liberdade de crença, e o espírito de diálogo, de maturidade e de debate estarão presentes em todas as ações desenvolvidas pela Universidade, que se pautará pelo reconhecimento da diferença como riqueza da comunidade acadêmica.
- Responsabilidade com o meio ambiente: A PUC-Campinas, em todas as suas atividades, privilegiará o compromisso com a preservação do meio ambiente e buscará desenvolver junto à comunidade universitária a consciência ecológica e o compromisso com a sustentabilidade.
- Desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira: O funcionamento, expansão e desenvolvimento da PUC-Campinas serão sustentados com os recursos que conseguir gerar com suas atividades ou com parcerias. Privilegia a condição de autofinanciamento e a geração de excedentes que possam ser distribuídos dentre as demais atividades da Universidade que não possuem condições de apresentar retorno financeiro, mas que são de grande relevância para o cumprimento de sua Missão. Nesse sentido, manter a PUC-Campinas econômica e financeiramente saudável deve ser compromisso de cada integrante da comunidade universitária, sem prejuízo da busca da qualidade, da iniciativa e da ação empreendedora.
- Próatividade: A PUC-Campinas adotará uma postura pró-ativa no conjunto das ações empreendidas pela Universidade, procurando antecipar-se aos acontecimentos e não apenas reagir às situações que se apresentem, assumindo efetivamente o comando do seu futuro.
- Participação e corresponsabilidade: A gestão da PUC-Campinas buscará permanentemente a participação de sua comunidade, como forma de melhorar a qualidade do processo de gestão e das decisões, em todos os níveis, propiciando o engajamento, o comprometimento e a responsabilidade de todos na viabilização dos empreendimentos e em seus resultados.

- Excelência: A Universidade buscará permanentemente implantar padrões de qualidade em todas as suas atividades, tanto na área acadêmica como na administrativa.
- Compromisso social: A PUC-Campinas, fiel à sua identidade católica e comunitária, possui o compromisso de colaborar para a transformação da sociedade numa perspectiva justa e solidária, estimulando o desenvolvimento desse compromisso junto à comunidade universitária.

3.3.3 Finalidades Estatutárias

A partir de sua Missão e de seus Valores, a PUC-Campinas tem como finalidades estatutárias:

- a) promover a formação integral de seus membros, respondendo às indagações e inquietações da pessoa humana e da sociedade;
- b) promover e cultivar, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, todas as formas de conhecimento, produzindo-as, sistematizando-as e difundindo-as, sempre comprometida com a ética e a solidariedade que priorizam a dignidade da vida;
- c) promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, formando e aperfeiçoando professores, pesquisadores, profissionais e técnicos, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos a uma inserção construtiva e crítica no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- d) promover a Pesquisa e estimular a atividade criadora nas Ciências, Letras e Artes, contribuindo, também, para a integração da cultura nacional;
- e) dedicar-se ao estudo da realidade do mundo presente, em particular, da realidade brasileira e regional, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;

- f) estabelecer uma relação de solidariedade e reciprocidade com a comunidade local, por meio de atividades de Extensão nas várias áreas do conhecimento, mediante a realização de estudos, Cursos e projetos;
- g) promover a integração do Ensino com a Pesquisa e a Extensão, otimizando seus recursos, de modo que se evite a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- h) promover o intercâmbio e a cooperação com outras instituições educacionais, científicas, tecnológicas, culturais, esportivas e artísticas nacionais e estrangeiras;
- i) promover a divulgação do conhecimento, por meio do Ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- j) incentivar e promover a formação continuada e criar condições e meios para a sua concretização;
- k) prover-se de meios e processos atualizados, que garantam a consecução de seus objetivos, dentro de padrões de excelência.

3.3.4 Áreas de Atuação Acadêmica e Inserção Regional

A PUC-Campinas tem como fonte de inspiração a produção e disseminação do conhecimento, por meio das atividades indissociáveis do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Fisicamente, está distribuída em três *Campi* universitários: o *Campus I*, *Campus II* e *Campus Central*, todos eles localizados no Município de Campinas.

Segundo dados do IBGE (2016), a Região Administrativa de Campinas, composta por 90 municípios, tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, o que lhe confere dinamismo. A cidade de Campinas conta com uma população de 1.173.370

habitantes. Por sua vez, a Região Metropolitana de Campinas - RMC é formada por 20 municípios⁵ e conta com uma população de 3.131.528 habitantes, o que representa 1,5% da população total do Brasil.

Nas últimas décadas, a RMC foi a mais dinâmica das regiões do interior paulista, apresentando intenso processo de urbanização, que resultou na sua acelerada metropolização, favorecendo a proliferação de inúmeros desequilíbrios típicos das regiões metropolitanas brasileiras. A região é, também, uma das mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro e representou 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista em 2010 (IBGE, 2016).

Os municípios pertencentes à RMC ocupam área de 3.645,16 km², o que corresponde a 1,47% do território paulista. A densidade demográfica da região é de 767,4 hab/km² e seu PIB *per capita* é de R\$ 35.209,24 (IBGE, 2016).

Nos últimos anos, a região de Campinas vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica, por meio de parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Destaca-se, em especial, pela presença de centros inovadores no campo das pesquisas científicas e tecnológicas. A região abriga aproximadamente 49.753 empresas e 4.180 organizações sem fins lucrativos. A densidade de atores econômicos presentes na região confere a Campinas o terceiro maior PIB dentre as cidades não capitais do país, o que dá mais evidências de seu protagonismo na economia do interior de São Paulo e sua relevância nacional (IBGE, 2014)

A evolução socioeconômica e espacial da região transformou-a em um espaço com estrutura moderna, de alto grau de complexidade e grande riqueza concentrada em seu território. Alguns dos fatores que favoreceram essa situação foram a infraestrutura de transportes, a proximidade do maior mercado consumidor do país (Região Metropolitana de São Paulo - RMSP), o sofisticado sistema de ciência e tecnologia, a mão-de-obra altamente qualificada, dentre outros. Além disso, a posição da região no cenário tem favorecido a instalação de novas

⁵ A RMC abrange 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

empresas e a formação de arranjos produtivos locais nas áreas de petroquímica, têxtil, cerâmica e flores, dentre outros (IBGE, 2016).

A localização da PUC-Campinas, em três *Campi*, favorece sua inserção regional, em especial, junto à comunidade do município de Campinas, bem como aos outros municípios que pertencem à Região Metropolitana e à Região Administrativa de Campinas. Além disso, a PUC-Campinas, Instituição de Ensino Superior com 75 anos de experiência, é amplamente reconhecida pelo serviço que presta ao país e, em especial, à região, fato comprovado pelo número e pela qualidade de seus egressos.

A Universidade tem, também, expressiva participação junto à comunidade do Jardim Ipaussurama e arredores, onde está localizado o *Campus II*, em especial, o Centro de Ciências da Vida (CCV), cujos Cursos voltados para a Área da Saúde estão agrupados, com o desenvolvimento de inúmeras atividades assistenciais e filantrópicas.

A PUC- Campinas está inserida no cotidiano da cidade de Campinas e região com assento em diversas Comissões e Grupos de Trabalho tais como:

- a) Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC;
- b) Conselho da Cidade de Campinas;
- c) Conselho Integrado de Segurança Pública e Defesa da Vida em Campinas;
- d) Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – CONDEMA;
- e) Conselho Municipal de Educação;
- f) Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN;
- g) Conselho Municipal de Saúde – CMS;

- h) Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA;
- i) Conselho Municipal de Turismo;
- j) Fundação Fórum Campinas;
- k) Fundação José Pedro de Oliveira – Mata de Santa Genebra;
- l) Fundo de Apoio à População de sub-habitação urbana FUNDAP;
- m) Grupo de Trabalho – Política municipal de atenção à pessoa com deficiência no município de Campinas da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social;
- n) Inova Campinas;
- o) Observatório Municipal de Trânsito.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo tem como finalidade apresentar os dados coletados por intermédio de análise documental, verificando a possibilidade de aplicação dos principais fatores de sustentabilidade à gestão dos *campi* universitários de uma IES Comunitária.

A coleta de dados foi dividida em três categorias conforme apontado por Elkington (2011) e descrito no referencial teórico deste estudo: dimensão econômica; dimensão social; dimensão ambiental. Cada categoria se encontra composta por:

- **Fatores extraídos do PDI da Universidade, praticados pela Universidade** – O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da PUC-Campinas é um documento institucional que contempla as principais ações estratégicas planejadas pela instituição nos âmbitos acadêmico, administrativo, financeiro, comunitário, social e ambiental. Portanto, este documento contém um conjunto de ações estratégicas voltadas para as três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), as quais serão expostas logo mais.

- **Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI** – As estratégias organizacionais podem ser divididas em deliberadas e emergentes. Deliberadas são as estratégias discutidas, acordadas e que constam no planejamento organizacional (Por exemplo, as ações estratégicas contidas no PDI da Universidade). Entretanto, existe também um conjunto de ações estratégicas que surge ao longo do processo administrativo, motivado pela dinâmica institucional: são as estratégias emergentes (Conforme MINTZBERG et al., 2010). Partindo destes pressupostos estratégicos, constatou-se nesta pesquisa que a Universidade pesquisada implementou um conjunto de estratégias emergentes visando a promoção da sustentabilidade em suas dimensões econômica, social e ambiental, ainda que tais estratégias não estivessem contidas no PDI. Tais ações foram implementadas motivadas pela dinâmica universitária. Tais ações serão expostas neste estudo.

- **Fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela Universidade** – Tratam-se de indicadores de sustentabilidade apresentados pela cartilha *GRI*, no seu nível inicial de aplicação (nível “C”), sugeridos para a elaboração do relatório de sustentabilidade na Universidade. Tais indicadores ainda não são adotados pela Universidade pesquisada, mas são considerados importantes que sejam adotados pela Universidade, dentro do contexto e objetivo deste estudo.

Relativamente aos fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela Universidade -, foi utilizado o Índice GAPIE (grau de aderência plena aos indicadores essenciais), o qual foi desenvolvido por Dias, Siqueira e Rossi (2006) em um estudo sobre a importância da adesão universitária às dimensões da sustentabilidade.

Assim, chegou-se aos seguintes fatores de sustentabilidade:

4.1 Dimensão Econômica:

Conforme visto no referencial teórico deste estudo, a dimensão econômica da sustentabilidade refere-se ao equacionamento dos recursos naturais investidos na produção de bens e serviços, prezando pela qualidade e economia de recursos, sempre que possível, visando melhoria nos processos.

Portanto, o desenvolvimento é sustentável, na dimensão econômica, quando a qualidade de vida tiver preponderância sobre a preocupação com a quantidade de produção e a acumulação pura e simples de recursos financeiros (ELKINGTON, 2011). A crise surge quando a economia, ou subsistema econômico, cresce de tal maneira que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa os seus limites (VAN BELLEN, 2008).

4.1.1 Fatores extraídos do PDI da Universidade:

- 1) Dentre os valores institucionais da universidade, diversos estão ligados ao desenvolvimento da sustentabilidade econômico-financeira, isto é, a universidade preocupa-se com a sintonia entre o seu crescimento e seu desenvolvimento econômico-financeiro;
- 2) A universidade realiza diversos estudos em busca de soluções para problemas relacionados com o desenvolvimento econômico;
- 3) A partir da missão e dos valores da PUC-Campinas, uma de suas finalidades estatutárias é dedicar-se ao estudo da realidade do mundo presente, em particular, da realidade brasileira e regional, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;
- 4) Sua responsabilidade social está extremamente relacionada ao entorno social e econômico;
- 5) Dentre os diversos planos de trabalho de extensão desenvolvidos pela universidade, 02 (dois) estão voltados à conjuntura econômica e à qualificação da gestão em práticas na área econômico-financeira;
- 6) A universidade possui um modelo de governança e sustentabilidade desencadeado na manutenção/melhoria de sua imagem institucional.

4.1.2 Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI:

- 1) Lâmpadas de Led – A universidade substituiu, aproximadamente, 16 mil lâmpadas fluorescentes por lâmpadas com tecnologia Led, oferecendo vantagens, principalmente, em termos de redução do custo de energia e, também, na manutenção para substituição das lâmpadas queimadas. Exemplo: Uma lâmpada led consome, aproximadamente, metade da energia de uma lâmpada fluorescente; a sua vida útil é aproximadamente quatro vezes à vida útil de uma lâmpada fluorescente;

- 2) Construção de uma usina fotovoltaica – Conhecida por ser fonte de energia limpa, renovável e inesgotável, a usina fotovoltaica funciona a partir da instalação de painéis fotovoltaicos que aproveitam a luz solar e as convertem parcialmente em energia elétrica. Atualmente, a usina existente na Universidade possui uma capacidade de 13,5 Kw pico que deve gerar aproximadamente 21.000 Kwh por ano;
- 3) Reuso de água de chuva – captação da água, por meio das calhas, que ficam armazenadas para aproveitamento nas descargas dos banheiros, gerando uma economia considerável à Universidade.

Vale ressaltar que os fatores acima citados encontram-se voltados às dimensões econômica e ambiental, porém, neste caso, a adoção de práticas sustentáveis foi realizada com base no fator econômico, considerando, também, a necessidade de preservação do meio ambiente.

4.1.3 Fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela Universidade:

- 1) EC6 – Apoio da organização aos negócios locais na cadeia de suprimentos. Segundo a Cartilha *GRI* (2013), uma organização pode atrair indiretamente investimentos adicionais para a economia local. Para tanto, a organização deve ter políticas ou práticas comuns de preferência aos fornecedores locais tanto para a organização como um todo como para locais específicos. Para alcançar a esse objetivo, a organização deve comparar a proporção de gastos com fornecedores locais *versus* fornecedores totais da organização relatora em unidades operacionais importantes, utilizando o mesmo princípio para “unidades operacionais importantes”, relatado no indicador EC5.

Quadro 8: Fatores de sustentabilidade – Dimensão econômica.

Fatores	Ocorrências
Fatores extraídos do PDI da Universidade	06
Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI	03
Fatores constantes da cartilha <i>GRI</i> - não adotados pela Universidade	01
Total de fatores econômicos encontrados	10

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Dimensão Social:

A dimensão social da sustentabilidade está cada vez mais presente nas organizações, pois é responsável por garantir o respeito aos Direitos Humanos e igualdade social.

Conforme demonstrado no referencial teórico deste estudo, a dimensão social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como forma de expansão de liberdades substantivas (SEN, 2010).

Viu-se também que diversos estudos mostram uma tentativa de concentrarem-se mais nas discussões sobre os aspectos econômicos e ambientais e menos na dimensão social da sustentabilidade (Conforme mencionado nos estudos de BRENT; LABUSCHAGNE, 2007; SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010; VIFELL; SONERYD, 2012).

Entretanto, a dimensão social defende que o ser humano, dentro ou no entorno das organizações, deve ser considerado como um componente significativo no debate sobre a questão da sustentabilidade (Conforme LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

4.2.1 Fatores extraídos do PDI:

- 1) A universidade possui sua responsabilidade social relacionada ao entorno social de seus *campi*;
- 2) Dentre os diversos grupos de Pesquisa e Extensão adotados pela universidade, diversos deles estão voltados, principalmente, à ação no campo social;
- 3) Em sintonia com seu caráter católico e comunitário, sua Política de Ensino é com intensa atuação social;
- 4) Dentre os valores institucionais da universidade, um deles está relacionado ao compromisso social;

- 5) A universidade realiza diversos estudos em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento social;
- 6) Dentre os diversos grupos de trabalho criados pela universidade, um deles é responsável pela política municipal de atenção à pessoa com deficiência;
- 7) A universidade possui métodos e técnicas de ensino adequado à realidade social, com intensa atuação social no âmbito da RMC;
- 8) A universidade pesquisada desenvolve diversas pesquisas voltadas ao avanço do conhecimento social;
- 9) A universidade possui cursos com atividades de cunho Social, divididos nas categorias abaixo:
 - Curso de Graduação: Curso de Ensino Superior, no primeiro nível da formação universitária, que permite ao aluno formado o exercício da profissão escolhida;
 - Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Curso de Especialização mais abrangente e direcionado para o mercado de trabalho;
 - Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Curso de Pós-Graduação mais específico, voltados às Pesquisas compreendidas aos Programas de Mestrado e Doutorado.
 - Curso de Extensão: Cursos com atividades articuladas e sistematizadas de transmissão de conhecimentos específicos relativos a determinadas áreas temáticas.
- 10) No curso de Terapia Ocupacional existem ações e intervenções nas áreas Social, de Assistência e Educação, com Prática Terapêutica Supervisionada (PTS) e Estágios nos seguintes locais: Hospital e Maternidade Celso Pierro, Serviço de Quimioterapia,

Clínica Escola de Terapia Ocupacional, Rede de Atenção Básica e Rede de Saúde Mental;

- 11) No curso de Direito, a população tem gratuitamente orientação jurídica e, inclusive, patrocínio de processos judiciais;
- 12) Dentre os diversos projetos de extensão, três deles estão voltados ao compromisso social, à comunicação comunitária e cidadania e ao esporte unificado, cuja finalidade é fortalecer o valor social da inclusão;
- 13) Existe a universidade da terceira idade, cuja sua finalidade é estimular a inserção social dos alunos e o exercício pleno da cidadania;
- 14) Dentre os Cursos de extensão, um deles está voltado ao empreendedorismo social;
- 15) A universidade possui um Centro Interdisciplinar de Apoio a Pessoas com Deficiência (CIAPD), com investimento em projetos de caráter comunitário, inseridos na proposta de integração e solidariedade da Universidade, cuja sua finalidade é proporcionar a inclusão social de pessoas com deficiência;
- 16) Existe, também, o Vestibular Social, que tem como finalidade possibilitar o ingresso de candidatos em situação de vulnerabilidade social, em Cursos de Licenciatura e Bacharelado, com bolsa de estudo integral, para todo os períodos de seus Cursos;
- 17) Existe o programa de incentivo à licenciatura, cuja finalidade é conceder descontos a todos os alunos dos Cursos de Licenciatura, incentivando a formação de docentes para atuarem na Educação Básica, reduzindo o déficit nacional de professores nesse nível de ensino;
- 18) A Escola da Família funciona em parceria com a UNESCO, proporcionando aos alunos dos Cursos de Licenciatura o contato com a vida acadêmica nas escolas públicas estaduais, cujo valor é repassado para o aluno do Curso de Graduação;

19) A universidade possui diversos programas de bolsa de estudo, divididos nas seguintes categorias:

- Bolsa de estudo não restituível - benefício concedido aos alunos carentes não atingidos pelo Programa Universidade para Todos (ProUni);
- Bolsa Estímulo que tem como finalidade incentivar a participação aos alunos selecionados em projetos da Universidade;
- Bolsa Extensão que tem como finalidade estimular a participação de alunos, dos Cursos de Graduação, na execução de Planos de Trabalho de Extensão vinculados aos Projetos de Extensão da Universidade;
- Bolsa Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação que possibilita aos alunos ingressantes a concessão de bolsas PIBIC/CNPq, FAPIC/Reitoria e PIBITI/CNPq;
- Bolsa Monitoria que proporciona aos alunos condições de aprofundamento teórico e desenvolvimento de habilidades relacionadas à docência por parte do aluno-monitor;
- Bolsa Pós-Graduação de Residência Multiprofissional em Saúde, para alunos de medicina residentes, beneficiados com bolsas integralmente financiadas pelo Ministério da Saúde;
- Bolsa Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) – concessão de bolsas de estudo equivalentes a 50% (cinquenta) do valor da mensalidade aos alunos de todos os seus Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que, embora tenham sido aprovados no Processo Seletivo de Ingresso, não obtiveram bolsas provenientes das agências federais – CAPES e CNPq;
- Bolsa de Estudo decorrente de convênio com Instituições Públicas;

- Bolsa intercâmbio acadêmico – programa realizado a partir de acordos de cooperação entre a PUC-Campinas e Universidades no exterior;
 - Bolsa PEC-G (Programa de Estudantes Convênio de Graduação);
 - Bolsa PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica): Ação conjunta do MEC e da CAPES, que tem como proposta apoiar a realização dos Cursos de Licenciatura, visando promover a melhoria da qualidade da educação para impulsionar a qualificação dos professores do magistério, por meio da concessão de bolsas;
 - Bolsa Cruzada: desconto parcial de 50% concedida a dependentes de docentes e funcionários da PUC-Campinas para estudarem no Colégio de Aplicação PIO XII ou a funcionários e docentes do Colégio de Aplicação PIO XII para estudarem na PUC-Campinas;
 - Bolsa CNPq (Mestrado e Doutorado): tem como finalidade apoiar a formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação;
 - Bolsa protocolo salarial: bolsa de estudo integral concedida aos professores e funcionários da PUC-Campinas e os seus dependentes, de acordo com critérios estabelecidos em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- 20) Plano de Carreira Docente: documento que estabelece normas e critérios para administrar a remuneração e estrutura de cargos dos empregados que exercem a função de docentes junto a universidade.
- 21) Assistência Médica de professores e funcionários: serviço oferecido por empresas privadas com intuito de prestar assistência médica e hospitalar ao Corpo Docente e Técnico Administrativo.

- 22) Projeto PUC de Bem com a Vida - cuja finalidade, além de integrar funcionários e professores da Instituição, é proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas, por meio de atividades físicas;
- 23) Pesquisa de Clima Organizacional.

4.2.2 Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI:

- 1) Trote Solidário – Trata-se de um projeto que tem como objetivo, além de integrar calouros e veteranos, proporcionar melhoria de vida às comunidades carentes e despertar no jovem universitário o interesse pela cidadania e participação social;

4.2.3 Fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela Universidade:

- 1) LA1 – Relatório sobre o tamanho do público interno. Este relatório fornece uma visão da extensão dos impactos gerados por questões trabalhistas.

Esse fator tem como finalidade identificar o total de trabalhadores que a organização relatora dispõe, excluindo os trabalhadores da cadeia de suprimentos. Sua identificação pode ser por tipo de emprego, divididos em tempo integral/ meio período, contrato de trabalho referente a prazo indeterminado ou permanente, prazo determinado ou temporário (diferenciar os trabalhadores CLTs dos demais), combinando estatísticas por regiões e usando uma discriminação geográfica baseada na escala das operações da organização.

- 2) LA6 - Comitê de segurança e saúde com representação conjunta buscando promover uma cultura positiva de segurança e saúde. O uso de comitês é uma forma de envolver os trabalhadores nas ações de melhoria da segurança e saúde ocupacional no local de trabalho.

O referido fator tem como finalidade identificar os comitês formais de segurança e saúde que ajudam a dar acompanhamento e aconselhamento em programas de segurança ocupacional tanto em nível de unidade operacional ou acima desse nível, com representação conjunta da gestão e dos trabalhadores. Um comitê formal refere-se ao fato de a existência e a função estarem integradas à estrutura organizacional e de poder da organização relatora e também que opera de acordo com certas regras acordadas por escrito.

- 3) LA8 - Programas de assistência aos empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.

Relatar se há trabalhadores envolvidos em atividades ocupacionais em que haja uma alta incidência ou um alto risco de doenças específicas.

- 4) LA11 - Programas de aprendizagem contínua visando promover o desenvolvimento de conhecimento e competências que possibilitarão que cada cidadão se adapte às rápidas mudanças do mercado de trabalho e participe ativamente de todas as esferas da vida econômica.

O treinamento ou o programa de capacitação dos empregados oferece alguns dos seguintes itens: Cursos internos, apoio financeiro para capacitação ou formação externa e períodos sabáticos com reinserção profissional garantida.

Os programas de apoio à transição para empregados que se aposentam ou foram demitidos oferece alguns dos seguintes itens: planejamento pré-aposentadoria para quem pretende aposentar, recapacitação para aqueles que pretendem continuar trabalhando, indenização por demissão (se há indenização por demissão, leva-se em conta a idade e o tempo de serviço), serviços de colocação no mercado de trabalho e assistência na transição para uma vida sem trabalho.

- 5) LA12 – Avaliação de desempenho de empregados. A avaliação de desempenho de empregados à luz de metas comuns ajudam no desenvolvimento pessoal dos empregados e contribuem tanto para a gestão de competências como para o desenvolvimento de capital humano na organização.

O referido fator deve relatar o percentual do total de empregados que receberam análise e acompanhamento formal de desempenho durante o período coberto pelo relatório.

- 6) HR2 – Desempenho em direitos humanos. As questões envolvendo o desempenho em direitos humanos por parte de empresas contratadas e fornecedores significativos podem resultar em danos à reputação de seus parceiros de negócios e/ou criar instabilidade nas operações de fornecedores.

Tal fator visa identificar o número total de empresas contratadas e fornecedores significativos. Relatar o percentual de empresas contratadas que incluíram critérios ou avaliação de direitos humanos. Relatar, também, o percentual de contratos com empresas contratadas e fornecedores significativos que foram recusados ou exigiram condições de desempenho, ou ainda estiveram sujeitos a outras ações como resultado de avaliação referente a direitos humanos.

Quadro 9: Fatores de sustentabilidade – Dimensão social.

Fatores	Ocorrências
Fatores extraídos do PDI da Universidade	23
Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI	01
Fatores constantes da cartilha <i>GRI</i> - não adotados pela Universidade	06
Total de fatores sociais encontrados	30

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Dimensão Ambiental:

Conforme já visto no referencial teórico deste estudo, a relação estabelecida entre os humanos e o meio ambiente está causando impactos cada vez mais complexos, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, nas condições de vida das populações, na capacidade de suporte planetária e na garantia da qualidade de vida das futuras gerações. Esta, portanto, pode ser denominada uma sociedade de riscos (JACOBI, 2007).

A dimensão ambiental da sustentabilidade está relacionada ao impacto das atividades humanas no meio ambiente. Os problemas ambientais são originados pelo uso do meio ambiente para ter os recursos necessários para a produção de bens e serviços.

A dimensão ambiental da sustentabilidade defende que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência (NASCIMENTO, 2012).

4.3.1 Fatores extraídos do PDI da Universidade:

- 1) Grupos de Trabalho ligados ao Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico, Ambiental, Documental e Paisagístico do Município de Jaguariúna – CONPHAAJ;
- 2) Grupos de Trabalho relacionados ao Grupo Técnico Municipal da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental;
- 3) Implementação de Programas que visam à perspectiva do atendimento aos indicadores de qualidade ambiental;

- 4) Planos de Trabalho de Extensão voltados ao desenvolvimento de atividades de conscientização sobre o uso correto de saneantes domissanitários, visando à prevenção de acidentes, intoxicações e contaminação ambiental;
- 5) Planos de Trabalho de Extensão voltados à educação permanente para a qualificação profissional na construção civil em relação à sustentabilidade ambiental de projetos e/ou construções;
- 6) Planos de Trabalho de Extensão voltado à sustentabilidade ambiental considerando o conforto térmico e a iluminação.

4.3.2 Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI

- 1) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – Conhecido pela sigla PGRS, é um documento técnico que identifica a tipologia e a quantidade de geração de cada tipo de resíduos e indica as formas ambientalmente corretas para o manejo, nas etapas de geração, acondicionamento, transporte, tratamento, reciclagem, destinação e disposição final.

4.3.3 Fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela Universidade

- 1) EN1 – Rastreamento interno de materiais utilizados. Este indicador descreve a contribuição da entidade relatora para a conservação da base de recursos globais e os esforços para reduzir a intensidade dos materiais e aumentar a eficiência da economia. O rastreamento interno desse consumo, tanto por produto como por categoria de produto, facilita o monitoramento da eficiência dos materiais e do custo de fluxos de materiais.

Identificar o total de materiais usados, incluindo os materiais comprados de fornecedores externos e os obtidos de fontes internas. No caso dos fundos de pensão e

prestadores de serviço, considerar materiais diretos utilizados no dia a dia de escritório.

- 2) EN2 Identificação de insumos reciclados. Este indicador visa identificar a capacidade da organização relatora de usar insumos reciclados.

Identificar o peso ou o volume total de materiais usados conforme o indicador EN1.

Identificar o peso total de insumos reciclados. Fazer a relação percentual.

- 3) EN5 – Programa de conservação de energia. Este indicador demonstra os resultados de esforços proativos para melhorar a eficiência energética por meio de melhorias tecnológicas de processos e outras iniciativas de conservação de energia. (ex. troca/substituição de lâmpadas).

Relatar o total de energia economizada em joules ou seus múltiplos, bem como os esforços para redução e aumento da eficiência energética.

- 4) EN29 – Programa de controle logístico interno. Os impactos ambientais decorrentes de sistemas de transportes têm um longo alcance, do aquecimento global à poluição atmosférica e sonora locais.

O referido fator tem como objetivo identificar os impactos ambientais significativos dos meios de transporte usados pela organização, incluindo: uso de energia (exemplo: petróleo, querosene, combustível e eletricidade); emissões (exemplo: emissões de gases de efeito estufa, substâncias destruidoras da camada de ozônio etc.); resíduos (exemplo: tipos diferentes de embalagens); poluição sonora e derramamentos.

Relatar os impactos ambientais significativos do transporte usado para fins logísticos e do transporte do público interno. Relatar também como esses impactos são mitigados.

Caso não seja aplicável para as atividades diretas, relatar se a instituição considera riscos e oportunidades de negócios relacionadas ao tema nos indicadores FS1, FS2 e FS11, nas políticas e nos procedimentos da área de Investimento.

Quadro 10: Fatores de sustentabilidade – Dimensão ambiental.

Fatores	Ocorrências
Fatores extraídos do PDI da Universidade	06
Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI	01
Fatores constantes da cartilha <i>GRI</i> - não adotados pela Universidade	04
Total de fatores ambientais encontrados	11

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir será apresentado um resumo geral dos (i) Fatores extraídos do PDI da Universidade; (ii) Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI e: Fatores constantes da cartilha GRI, não adotados pela Universidade. Cada fator se encontra associado a uma dimensão (econômica, social, ambiental), de acordo com a sua prática ou ausência na Universidade (Quadro 11).

Quadro 11: Fatores e Dimensões da Sustentabilidade – Quadro Geral

Fatores extraídos do PDI, praticados pela Universidade		Econômico	Social	Ambiental
1	Valores institucionais ligados ao desenvolvimento da sustentabilidade econômico-financeira;	X		
2	Estudos em busca de soluções para problemas relacionados com o desenvolvimento econômico;	X		
3	Finalidade estatutária dedicada ao estudo da realidade do mundo presente, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;	X		
4	Responsabilidade social relacionada ao entorno social e econômico;	X		
5	Planos de trabalho de extensão voltados à conjuntura econômica e à qualificação da gestão em práticas na área econômico-financeira;	X		
6	Modelo de governança e sustentabilidade desencadeado na manutenção/melhoria de sua imagem institucional;	X		
7	Responsabilidade social relacionada ao entorno social;		X	
8	Grupos de Pesquisa e Extensão voltados, principalmente, à ação no campo social;		X	
9	Política de Ensino com intensa atuação social;		X	
10	Valores institucionais relacionados ao compromisso social;		X	
11	Estudos em busca de soluções democráticas para os problemas com o desenvolvimento social;		X	
12	Grupo de trabalho responsável pela política municipal de atenção à pessoa com deficiência;		X	
13	Métodos e técnicas de ensino adequado à realidade social, com		X	

	intensa atuação social no âmbito da RMC;			
14	Desenvolvimento de pesquisas voltadas ao avanço do conhecimento social;		X	
15	Cursos com atividades de cunho Social;		X	
16	Curso com ações e intervenções na área Social, de Assistência e Educação, com Prática Terapêutica Supervisionada (PTS) e Estágios nos seguintes locais: Hospital e Maternidade Celso Pierro, Serviço de Quimioterapia, Clínica Escola de Terapia Ocupacional, Rede de Atenção Básica e Rede de Saúde Mental;		X	
17	Curso com orientação jurídica e patrocínio de processos judiciais;		X	
18	Projetos de extensão voltados ao compromisso social, à comunicação comunitária e cidadania e ao esporte unificado;		X	
19	Universidade da terceira idade;		X	
20	Curso de extensão voltado ao empreendedorismo social;		X	
21	Centro Interdisciplinar de Apoio a Pessoas com Deficiência (CIAPD), cuja sua finalidade é proporcionar a inclusão social de pessoas com deficiência;		X	
22	Vestibular Social para ingresso de candidatos em situação de vulnerabilidade social, em Cursos de Licenciatura e Bacharelado;		X	
23	Programa de incentivo à licenciatura;		X	
24	Escola da Família em parceria com a UNESCO;		X	
25	Programas de bolsa de estudo;		X	
26	Plano de Carreira Docente;		X	
27	Assistência Médica de professores e funcionários;		X	
28	Projeto PUC de Bem com a Vida;		X	
29	Pesquisa de Clima Organizacional;		X	
30	Grupos de Trabalho ligados ao Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico, Ambiental, Documental e Paisagístico do Município de Jaguariúna – CONPHAAJ;			X
31	Grupos de Trabalho relacionados ao Grupo Técnico Municipal da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental;			X
32	Programas que visam à perspectiva do atendimento aos indicadores de qualidade ambiental;			X
33	Planos de Trabalho de Extensão voltados ao desenvolvimento de atividades de conscientização sobre o uso correto de saneantes domissanitários;			X
34	Planos de Trabalho de Extensão voltados à educação permanente para a qualificação profissional na construção civil em relação à sustentabilidade ambiental de projetos e/ou construções;			X
35	Planos de Trabalho de Extensão voltado à sustentabilidade ambiental considerando o conforto térmico e a iluminação.			X
Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI		Econômico	Social	Ambiental
1	Lâmpadas de Led;	X		
2	Usina Fotovoltaica;	X		
3	Reuso de água de chuva;	X		
4	Trote Solidário;		X	
5	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.			X
Fatores constantes da Cartilha GRI, não adotados pela Universidade		Econômico	Social	Ambiental
1	EC6 – Apoio da organização aos negócios locais na cadeia de suprimentos;	X		
2	LA1 – Relatório sobre o tamanho do público interno;		X	
3	LA6 – Comitê de segurança e saúde com representação conjunta buscando promover uma cultura positiva de segurança e saúde;		X	

4	LA8 – Programas de assistência aos empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves;		X	
5	LA11 – Programas de aprendizagem contínua;		X	
6	LA12 – Avaliação de desempenho de empregados;		X	
7	HR2 – Desempenho em direitos humanos;		X	
8	EN1 – Rastreamento interno de materiais utilizados;			X
9	EN2 – Identificação de insumos reciclados;			X
10	EN5 – Programa de conservação de energia;			X
11	EN29 – Programa de controle logístico interno.			X

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 Discussão dos Resultados

Neste tópico, a partir dos dados apresentados no tópico anterior deste trabalho, será realizada uma análise tendo como foco a importância do relatório de sustentabilidade e as 03 (três) dimensões que norteiam o mesmo, ou seja, dimensão econômica, social e ambiental.

No que tange ao relatório de sustentabilidade, os dados coletados mostram potencialidades e fragilidades na IES Comunitária pesquisada. Por um lado existem muitos fatores importantes, envolvendo as três dimensões da sustentabilidade, sendo praticados pela IES pesquisada. No total, foram encontradas 51 (cinquenta e uma) ações planejadas e implementadas como estratégias deliberadas envolvendo as 03 (três) dimensões da sustentabilidade. Isto permite afirmar que na IES estudada há um compromisso e um engajamento na promoção da sustentabilidade. Por outro lado, existem diversos fatores de sustentabilidade que se encontram dispersos nos documentos institucionais ou até mesmo fora deles. Do total de ações sustentáveis encontradas na instituição, somente 35 (trinta e cinco) se encontram registradas no PDI da Universidade. Outras 05 (cinco) se encontram registradas em outros Documentos Normativos da Universidade. Outras ações consideradas estratégias emergentes estão sendo praticadas sem que estejam compondo os documentos norteadores da instituição. São ações importantes que resultam da dinâmica da Universidade, mas que deveriam estar registradas em documentos de acesso público.

Isto se torna um problema, pois, muitas ações estratégicas sustentáveis – tanto deliberadas quanto emergentes – estão sendo executadas, mas, afinal, quem de fato está tendo acesso direto aos resultados de tais práticas? O estudo permite concluir que o acesso a essas práticas se

restringe a comunidade acadêmica, àqueles que visitam os *campi* e um público externo que colhe os frutos de algumas ações sustentáveis apontadas na coleta de dados. Entretanto, o grande público do Brasil e de outras nações também poderiam conhecer mais de perto o conjunto de ações sustentáveis promovidas pela IES estudada.

Partindo do pressuposto de que as universidades são importantes veículos de disseminação da conscientização frente ao desenvolvimento sustentável, e por seu papel multiplicador das ações vivenciadas (KRAEMER, 2004; SALGADO, 2006), o estudo permite fazer as seguintes perguntas:

Para que serve um relatório de sustentabilidade? Um relatório de sustentabilidade ajudaria na solução desta problemática encontrada na Universidade pesquisada? Ao implantar o seu relatório de sustentabilidade a Universidade pesquisada conseguiria fazer com que suas ações sustentáveis sejam conhecidas pelo público externo nacional e internacional?

Como já mencionado, ancorado em diversos autores, e de acordo com o com Instituto Ethos de Responsabilidade Social (INSTITUTO ETHOS, 2014), os relatórios de sustentabilidade são demonstrativos anuais dos projetos, benefícios e ações estratégicas e sociais, cuja função é tornar pública a responsabilidade e preocupação da empresa em relação às pessoas e à vida no planeta, criando vínculos com a sociedade.

Assim como os relatórios de sustentabilidade ajudam a identificar os impactos das operações da organização sobre o meio ambiente, economia e sociedade civil (CUNHA; RIBEIRO, 2008), a coleta dos dados desta pesquisa permite inferir que o mesmo raciocínio pode ser aplicado às IES Comunitárias. No caso da IES estudada, um relatório de sustentabilidade iria apontar informações confiáveis, relevantes e padronizadas para que a instituição avalie oportunidades e riscos a partir desses impactos e tome decisões mais embasadas sobre um determinado assunto.

Os dados coletados permitem afirmar que as diretrizes de um relatório de sustentabilidade, conforme constam na cartilha *GRI*, podem ser aplicados na IES estudada, uma vez que são

universalmente aplicáveis a empresas de todos os tamanhos, tipos e setores do mercado. Afinal, conforme afirma Marimon (2012), a *GRI* tornou-se uma importante referência para a elaboração de relatório de sustentabilidade e a sua adesão pelas organizações empresariais tem crescido no mundo todo. Essa remodelagem, baseada nos padrões *GRI* de relatório de sustentabilidade, foram os primeiros padrões globais para criação de relatórios de sustentabilidade. Seus indicadores são dispostos em módulos inter-relacionados e representam as melhores práticas de relato dos impactos econômicos, ambientais e sociais dos negócios.

Após estudar minuciosamente a cartilha *GRI*, pode-se afirmar que os dados coletados na IES estudada, com base no *Triple Bottom Line* enfatizado por Elkington (2011) contendo indicadores das dimensões econômica, social e ambiental, são suficientes para que a Universidade possa iniciar o seu próprio relatório de sustentabilidade. Isto é possível porque, conforme já foi visto no referencial teórico, para desenvolver seu relatório de sustentabilidade, a IES pesquisada não precisa utilizar todos os padrões *GRI*. Basta utilizar partes específicas do documento para relatar apenas as informações que forem válidas para a Universidade. Sendo assim, a Universidade pode optar pela aplicação do *GRI* no nível inicial “C”. Posteriormente, com o avanço das ações estratégicas nas dimensões econômica, ambiental e social, a IES poderá migrar para a aplicação do *GRI* num nível mais avançado.

Entretanto, para estar em condição de produzir o seu próprio relatório de sustentabilidade, a IES estudada precisa realizar algumas ações, tais como: (i) tomar a decisão de produzir o seu próprio relatório de sustentabilidade; (ii) organizar as informações relatando as suas ações estratégicas, deliberadas e emergentes, em documentos, conforme já mencionado anteriormente; (iii) treinar pessoa(s) para organizar as informações e produzir o relatório; (iv) conscientizar e mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações sustentáveis; (v) tornar o seu relatório de sustentabilidade um documento público por meio do site institucional; (vi) adotar estratégias para que as ações sustentáveis sejam inseridas e praticadas cada vez mais, tornando-se parte da cultura nos *campi* da instituição, e; (vii) estabelecer metas sustentáveis anuais para que, a cada ano, o relatório de sustentabilidade seja ampliado e aprimorado, de acordo com as instruções da cartilha *GRI*.

A elaboração do seu próprio relatório de sustentabilidade permitirá à Universidade estudada:

- Demonstrar seu compromisso com os aspectos econômicos, sociais e ambientais;
- Planejar suas atividades, tornando-se mais sustentável a cada dia;
- Demonstrar organização nos vários segmentos que envolvem as suas atividades;
- Demonstrar que a educação não se atém apenas às discussões teóricas; ao contrário, envolve também ações práticas que auxiliam na resolução dos problemas enfrentados pela humanidade;
- Criar a cultura da prática de ações sustentáveis no âmbito da comunidade acadêmica;
- Obter transparência nas relações com a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo;
- Apresentar capacidade de participação e influência na comunidade em seu entorno e na sociedade mais ampla;
- Apresentar a disposição de cumprir a legislação vigente.

Todos esses benefícios e outros citados anteriormente somam valores positivos na IES estudada, proporcionam o aumento a chances de fidelização junto ao mercado e, também, possibilitam a análise periódica dos dados para comparação de desempenho junto à outras organizações.

Produzir um relatório de sustentabilidade é crucial para o aumento de valor do processo de relato integrado na IES estudada. Porém, a escolha de qual orientação usar ou consultar também influenciará fortemente os resultados obtidos por meio da análise dos fatores e dimensões econômica, social e ambiental, abaixo relacionados, tornando a organização com seu desenvolvimento cada vez mais sustentável.

Desse modo, este estudo demonstra que o relatório de sustentabilidade de uma Universidade estaria incompleto se faltar uma das dimensões mencionadas: econômica, ambiental e social. Conforme já visto no referencial teórico deste estudo, a dimensão econômica possui grande importância, pois, conforme Elkington (2011), o desenvolvimento somente é sustentável, na dimensão econômica, quando a qualidade de vida tiver preponderância sobre a preocupação com a quantidade de produção. Ainda, segundo Van Bellen (2002), a crise surge quando a economia, ou subsistema econômico, cresce de tal maneira que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa os seus limites.

A dimensão social é importante num relatório de sustentabilidade de uma IES, pois, conforme exposto por Lourenço e Carvalho (2013) esta dimensão leva a organização a pensar no ser humano como elemento-chave. Nesta perspectiva, um dos objetivos de uma IES será garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como forma de expansão de liberdades substantivas. Isso faz com que o ser humano, dentro ou no entorno das IES, seja considerado como um componente significativo no debate sobre a questão da sustentabilidade. Tal dimensão requer muita cautela e atenção, pois, estudos mostram uma tentativa de concentrarem-se mais nas discussões sobre os aspectos econômicos e ambientais e menos na dimensão social da sustentabilidade (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010; VIFELL; SONERYD, 2012).

A dimensão ambiental torna-se de extrema importância em um relatório de sustentabilidade, uma vez que permite mensurar os impactos das atividades humanas e organizacionais no meio ambiente. Como já descrito anteriormente, com base em Van Bellen (2002) e Elkington (2011), esta dimensão se encontra ligada ao denominado capital natural. Este conceito enxerga, sob a ótica dos custos de produção, o valor dos recursos naturais em relação a um produto ou serviço, tratando-os como capital, nos mesmos moldes como são tratados os recursos econômicos. Sendo assim, uma organização que depende da natureza para seu sucesso deve pensar nesses bens naturais como parte de seu capital. Afinal, uma eventual escassez desses recursos irá afetar diretamente a produtividade e a saúde financeira dos negócios, acarretando

consequências indesejáveis. No caso da IES estudada, é imprescindível mensurar os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente a fim de avaliar se está sendo ambientalmente sustentável.

Considerando todas as discussões teóricas, os dados e informações coletados neste trabalho visando discutir a viabilidade de elaboração do relatório de sustentabilidade em uma IES Comunitária, pode-se concluir que:

- No que se refere aos 35 (trinta e cinco) fatores extraídos do PDI da Universidade, pode-se considerá-los rotineiros e aplicáveis na organização estudada em todas as dimensões econômica, social e ambiental. Porém, necessitam de periódicas revisões, como já ocorre na instituição de ensino estudada.
- Os 05 (cinco) fatores adotados pela Universidade, não constantes no PDI, são extremamente importantes. Porém, necessitam ser disciplinados e, conforme o tempo de implantação, adequados e/ou fundidos aos demais fatores, ou seja, incluídos no PDI da universidade ou aproveitados da cartilha *GRI*.
- Os 11 (onze) fatores constantes da cartilha *GRI* - não adotados pela universidade, esses devem ser inicialmente implantados e, de acordo com a sua aderência junto à organização, aprimorados e ampliados gradativamente para os níveis de implantação “B” e, futuramente, “A”.

Os resultados obtidos apontam que os fatores de sustentabilidade estão alinhados com as questões tratadas neste estudo. Porém, são necessários ajustes e suplementações de modo que haja uma adequabilidade às atividades desenvolvidas na Instituição de Ensino Superior em estudo.

Com tais ajustes, a IES em referência pode obter um relato ainda melhor, mais abrangente, característico e assertivo das questões relativas à sustentabilidade. Como afirma Ashley (2013), a sociedade passou a exigir a responsabilização social pelas organizações, chegando ao ponto de se tornar necessária a divulgação periódica desses relatórios.

A estrutura de indicadores, proposta nesta pesquisa, possibilita que a IES faça uso de políticas, planos e ações, levando em conta a sustentabilidade como um todo, abrangendo de forma integral e integrada as dimensões econômica, ambiental e social, e não partindo de ações isoladas e desconexas.

Após o levantamento dos fatores de sustentabilidade, em suas dimensões econômica, social e ambiental, a IES estudada deve avaliá-los anualmente, classificando-os como “positivos ou satisfatórios” e “vulneráveis ou insatisfatórios”, respeitado a ordem de preenchimento conforme exposto no *template* apresentado a seguir, elaborado com base na *GRI* (2013).

4.5 Proposta de Relatório de Sustentabilidade para Universidades

O *template* apresentado a seguir é uma adaptação da cartilha GRI (Nível C) com a finalidade de ser aplicado nas Universidades.

TEMPLATE *GRI* – NÍVEL C

Nome da Instituição:	
Preenchido por:	
Nome:	
Cargo:	
E-mail:	
Telefone:	

ETAPA 01 - SOBRE A UNIVERSIDADE - PERFIL

Estratégia e Análise

Esta seção pretende fornecer uma visão estratégica da relação da Instituição com a sustentabilidade para dar o contexto para relatos subsequentes e mais detalhados em outras seções das Diretrizes. Tais relatos podem se basear em informações fornecidas em outras partes do relatório, mas esta seção visa propiciar o conhecimento sobre tópicos estratégicos, em vez de simplesmente resumir o conteúdo do relatório. A estratégia e a análise devem consistir na declaração esboçada.

Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na Instituição (como Reitor, Pró-Reitor, Diretor) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia. A declaração deverá apresentar a visão e a estratégia geral de curto, médio (entre três e cinco anos) e longo prazo, especialmente com relação à gestão dos principais desafios associados ao desempenho econômico, ambiental e social.

A declaração deverá incluir:

- Prioridades estratégicas e temas fundamentais de curto e médio prazo referentes a sustentabilidade, incluindo o respeito a normas internacionalmente aceitas, e como elas se relacionam à estratégia e ao sucesso organizacional de longo prazo;
- Tendências mais abrangentes (macroeconômicas ou políticas, por exemplo) que afetam a organização e influenciam as prioridades da sustentabilidade;
- Principais eventos, realizações e insucessos durante o período coberto pelo relatório;
- Visões sobre o desempenho em relação a metas;
- Perspectiva sobre os principais desafios e metas da organização para o próximo ano e objetivos para os próximos três ou cinco anos;
- Outros itens pertinentes à abordagem estratégica da organização.

2. Perfil Institucional

Nome da Instituição.

Principais serviços prestados.

Estrutura operacional da Instituição, incluindo principais divisões e unidades operacionais.

Localização da Instituição (Sede).

Nome do país em que suas principais operações estão localizadas e são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo Relatório.

Tipo e natureza jurídica da propriedade.

Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).

Porte da Instituição, incluindo:

- Número de empregados;
- Vendas líquidas (para organizações do setor privado) ou receita líquida (para Instituições do setor público);
- Capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido (para Instituições do setor privado);
- Quantidade de serviços oferecidos.

Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referente a porte, estrutura ou participação acionária, incluindo:

- Localização ou mudanças nas operações, inclusive abertura, fechamento e expansão de unidades operacionais;
- Mudanças na estrutura do capital social e outra formação de capital, manutenção ou alteração nas operações (para Instituições do Setor Privado).

Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.

Governança, Compromissos e Engajamento

Estrutura de governança da Instituição, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da Instituição.

Descrever o mandato e composição (incluindo número de membros independentes e/ou membros não executivos) do mais alto órgão de governança e seus comitês, e indique o cargo de cada indivíduo e qualquer responsabilidade direta por desempenho econômico, social e ambiental.

Relatar a porcentagem de indivíduos, discriminados por gênero, que fazem parte do mais alto órgão de governança da Instituição e de seus comitês, discriminados por faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.

Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da Instituição e as razões para tal composição).

Para Instituições com uma estrutura de administração unitária, declaração do número e gênero de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança.

Declarar como a Instituição define “independente” e “não executiva”. Esse elemento se aplica somente a Instituições que têm estruturas de administração unitária (Ver no glossário a definição de “membro independente”).

Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.

Incluir referência a processos relativos a:

- Uso de deliberações de acionistas ou outros mecanismos que permitam aos acionistas minoritários expressar opiniões à alta direção;
- Informações e consulta aos empregados sobre as relações de trabalho com órgãos de representação formal, como “comissões de trabalhadores”, em nível organizacional e representação de empregados no mais alto órgão de governança.

Identificar temas relacionados a desempenho econômico, ambiental e social, levantados por meio desses mecanismos durante o período coberto pelo relatório.

ETAPA 02 – SOBRE O RELATÓRIO

Parâmetros para o Relatório - Perfil do Relatório

Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas.

Data do relatório anterior mais recente (se houver).

Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.)

Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.

Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo:

- Determinação da materialidade;
- Priorização de temas dentro do relatório;
- Identificação de quais *stakeholders* a Instituição espera que usem o relatório.

Incluir uma explicação de como a Instituição aplicou as “Orientações para a Definição de Conteúdo do Relatório”, os Princípios a elas relacionados e o Protocolo Técnico – Aplicação dos Princípios do Conteúdo do Relatório.

Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores). Para outras orientações, consultar o protocolo para definição de limite da *GRI*.

Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.

Se o limite e o escopo do relatório não abordam toda a gama de impactos econômicos, ambientais e sociais relevantes da Instituição, declarar a estratégia e o cronograma estipulados para atingir uma cobertura completa.

Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre Instituições.

Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição).

Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.

ETAPA 03 – SOBRE OS *STAKEHOLDERS*

Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela Instituição.

Exemplos de grupos de *stakeholders*:

- Sociedade civil;
- Clientes;
- Empregados e trabalhadores terceirizados;
- Sindicatos;
- Comunidades locais;
- Consumidores;
- Acionistas e provedores de capital;
- Fornecedores;

- Órgãos governamentais;
- Outros.

Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar. Inclui o processo da Instituição para a definição de seus *stakeholders* e para a determinação dos grupos com os quais se engajar ou não.

ETAPA 04 – DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO

Parâmetros para o Relatório - Escopo e Limite do Relatório

Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo:

- Determinação da materialidade;
- Priorização de temas dentro do relatório;
- Identificação de quais *stakeholders* a Instituição espera que usem o relatório.

ETAPA 05 – DADOS SOBRE DESEMPENHO

Dados sobre desempenho. Identificar os Indicadores de sustentabilidade constante do *GRI* e, se houver, em outros documentos da Instituição.

Indicador 1:

Indicador 2:

Indicador 3:

Indicador 4:

Indicador 5:

Indicador 6:

Indicador 7:

Indicador 8:

Indicador 9:

Indicador 10:

Outros indicadores (se houver).

Indicador XX:

Indicador XX:

Indicador XX:

Indicador XX:

ETAPA 06 – AUTODECLARAÇÃO

	Nível de Aplicação do Relatório	C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 <small>RESULTADO</small>	Responda aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15;		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o Nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 <small>RESULTADO</small>	Não Exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial <small>RESULTADO</small>	Responda a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Social, Econômico e Ambiental.		Responda a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto		Responda a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao Indicador ou (b) explicando o motivo da omissão.	

* Suplemento Setorial em sua versão final

Nível de Aplicação C da GRI

Declaro neste ato que, no meu melhor entender, este relatório preenche, no mínimo, os requisitos do Nível de Aplicação C da *GRI* G3.

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____

Assinatura: _____

No *Template* apresentado, os fatores que forem considerados “positivos ou satisfatórios” devem ser seguidos e aplicados novamente, indicando como tais pontos podem contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais dentro de uma visão de sustentabilidade. Para os fatores considerados “vulneráveis ou insatisfatórios”, deve-se apontar como os resultados negativos podem atrapalhar o alcance dos objetivos organizacionais e, também, atrapalhar a imagem da organização junto ao público, além de não promover a sustentabilidade. Também, devem-se apontar possíveis medidas emergenciais para que tais pontos vulneráveis ou insatisfatórios sejam superados e transformados de forma positiva e satisfatória.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a possibilidade de elaboração e implantação de um relatório de sustentabilidade em uma IES Comunitária, com base nas diretrizes desenvolvidas pela *Global Reporting Initiative (GRI)*.

O estudo discutiu teoricamente aspectos relativos à importância da sustentabilidade nas organizações e na sociedade. O estudo evidenciou que viver numa sociedade sustentável parece, atualmente, a única forma de se viver em sociedade. Os caminhos da sustentabilidade não são fáceis de trilhar. Para “agir sustentavelmente” é preciso “pensar sustentavelmente” e “planejar ações sustentáveis”. Para isso, fazem-se necessárias determinadas mudanças de consciência na hora de explorar os recursos naturais. Contudo, essa tarefa também é árdua. Na constante transformação de conhecimentos, o caráter molda e transforma o indivíduo em cidadão. Dessa forma, é por meio da educação ou conscientização que se consegue alcançar uma sociedade sustentável.

Esta pesquisa buscou ampliar a discussão sobre a elaboração de um relatório de sustentabilidade como instrumento capaz de gerar um maior comprometimento no exercício de atitudes que melhoram a convivência local e do planeta, bem como a valorização de práticas sustentáveis que podem ser aplicadas no dia a dia profissional e, também, individual de cada pessoa. Diante disso, a participação com o foco nos objetivos tratados poderá contribuir para que a comunidade institucional tenha cada vez mais interesse pela promoção da sustentabilidade organizacional.

Visando reforçar o interesse pela promoção e aplicação da sustentabilidade organizacional, foram traçadas diretrizes básicas para alcançar tal sustentabilidade, pois, na visão deste estudo, uma Universidade é um espelho para a sociedade como um todo. A Universidade não pode ter medo da reforma do pensamento e a ciência moderna tem de conversar com o incerto, com as dúvidas, com a complexidade e suas inter-relações. Os *campi* são como as cidades e os alunos, professores e funcionários são os cidadãos em formação continuada. Futuros profissionais se tornarão futuros gestores e, assim, passarão a tomar medidas para o combate real às práticas

atuais não sustentáveis. As práticas da sustentabilidade permitem verificar possível mudança na forma de pensar e agir profissionalmente, conduzindo às ações sustentáveis no ambiente de trabalho.

O presente estudo demonstrou que por meio da identificação e dos apontamento de fatores de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social e ambiental, é possível administrar uma Instituição de Ensino Superior de forma eficaz, adaptando conceitos e valores já aplicados em outras organizações, superando os desafios da sociedade atual e fornecendo modelos de gestão ambiental condizentes com a IES.

A implantação de um relatório anual de sustentabilidade traz inúmeros benefícios a qualquer instituição ou organização, porém, o pontapé inicial deve ser fundamental. A implantação de tal relatório em uma IES Comunitária traz, além dos benefícios econômicos, sociais e ambientais, práticas “rotineiras” de sustentabilidade, que são consideradas efetivas, mas, ainda, não possuem a mesma popularidade.

O desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade, à luz das diretrizes criadas pela cartilha *Global Reporting Initiative*, relacionadas com documentos institucionais como o PDI, alinhado com práticas sustentáveis aplicadas na organização torna-se viável, porém, são necessárias adaptações dinâmicas nesse documento, bem como, necessidade de adequações no perfil da organização e seus indicadores de desempenho.

Diariamente, são vivenciados exemplos ou novas atitudes em prol da sustentabilidade, da preservação ao meio ambiente, etc. São atitudes importantes que foram apresentadas que devem levar como inspiração para que cada um faça sua parte. Cada pessoa e/ou organização necessita realizar algo novo para contribuir com a melhoria da sua própria qualidade de vida. É necessário abandonar velhos hábitos e cultivar novos, a fim de se reeducar, no que tange ao relacionamento para com a natureza. Dessa forma, pode-se abrir caminho para que outras pessoas sejam incentivadas a, também, mudar e melhorar seus hábitos.

Este trabalho evidenciou que é imprescindível a conscientização de que realmente existe um problema relativo à (in)sustentabilidade do planeta nas condições em que se encontra. Afinal, a degradação ambiental piorou nos últimos 50 anos. Por maiores que sejam os benefícios alcançados para o bem-estar humano neste período, seus efeitos podem reverter a condição humana no mesmo período de tempo no futuro. Entretanto, este estudo demonstra que é possível trabalhar para resolvê-lo, desde que haja uma transformação necessária de comportamento humano em relação à natureza, que deve ser entendida como um bem comum limitado e, por isso, sua exploração deve ser controlada. Esta é uma longa jornada que demanda um esforço constante, dia após dia, ano após ano. Porém, no final, os esforços certamente serão recompensados: a (in)sustentabilidade poderá ser revertida transformando-se em sustentabilidade.

As reflexões teóricas e dados analisados neste estudo apontam para a necessidade de se buscar um novo modelo de desenvolvimento, que inclua os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Somente um conjunto eficaz de ações pode garantir a gestão sustentável dos ecossistemas, o que exige uma profunda transformação em instituições e governança, em políticas e incentivos econômicos, em fatores sociais e comportamentais, tecnologia, e conhecimento. As IES aparecem nesse cenário com um papel importante na mudança de atitudes e pensamentos frente as problemáticas da sustentabilidade tanto locais quanto globais.

As IES assumem uma responsabilidade essencial na preparação das futuras gerações para um futuro mais sustentável e devem não somente advertir, mas também propor soluções racionais. Devem tomar a iniciativa e indicar possíveis alternativas, elaborando esquemas coerentes para o futuro e fazer com que haja maior consciência dos problemas e das soluções por meio de programas educativos e ações socioambientais, sendo as primeiras a dar o exemplo que a sociedade espera. As Universidades podem corroborar, tanto na formação de indivíduos críticos, reflexivos, éticos e promotores da sustentabilidade, quanto no próprio engajamento em ações sustentáveis e na elaboração de seus respectivos relatórios de sustentabilidade. Entretanto, para que as Universidades possam alcançar tais objetivos e atender as solicitações da sociedade, este estudo aponta para a necessidade de reconstrução da vida e da *praxis* universitária. Diante das vozes do mercado que, atualmente, soam mais alto - e, cujo discurso é repercutido pela mídia -, há uma urgente necessidade de restaurar o bom relacionamento entre Universidade e sociedade.

Os aspectos apontados neste estudo sobre a questão da prática da sustentabilidade e seu relatório é parte importante da reconstrução da vida universitária e sua boa relação com a sociedade.

Apesar de muitas organizações trabalharem em busca de novos conceitos de produção e reutilização de seus recursos, fazendo com que todos sejam beneficiados com a redução dos danos ao planeta, percebe-se que ainda falta divulgação e engajamento nessa causa. Tal divulgação torna-se de extrema importância, colaborando para incentivar que outras organizações percebam o quanto isso pode ser benéfico para a própria organização e, também, para o bem comum. O tempo de mudar é hoje, porém, é necessário viver em harmonia, respeitando o que o planeta tem a oferecer para cada indivíduo, cada organização, cada comunidade e, também, à sociedade como um todo.

Diante do exposto, acredita-se que o objetivo deste trabalho tenha sido alcançado. Porém, é necessário reconhecer que o estudo não esgotou o tema, uma vez que o mesmo é amplo e complexo. Reconhece-se também que um estudo de caso não permite que seus resultados sejam replicados a todas as IES Comunitárias. Desse modo, fica a recomendação de que outros estudos de caso sejam realizados em outras IES Comunitárias a fim de permitir que os resultados sejam comparados e melhor compreendidos.

Serão úteis estudos futuros relacionados à análise dos impactos da sustentabilidade nas organizações, a partir do balizamento dos critérios do tripé da sustentabilidade, privilegiando efetivamente sua implantação e desenvolvendo outras metodologias de trabalho com maior participação dos atores, bem como, o uso de novas tecnologias de avaliação e monitoramento das ações sustentáveis.

6. REFERÊNCIAS

AHMED, A.; MCQUAID, R. W. Entrepreneurship, management, and sustainable development. **World Review of Entrepreneurship, Management, and Sustainable Development**, v. 1, n. 1, p. 6-30, 2005.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade, uma ruptura urgente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARRUDA, L.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim Técnico Senac**, v. 36, n.3, set./dez. 2010.

ALSHUWAIKHAT, H. M.; ABUBAKAR, I. An integrated approach to achieving campus sustainability: assessment of the current campus environmental management practices. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 16, p. 1777-1785, 2008.

ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BARBIER, E. B. The Concept of Sustainable Economic Development. **Environmental Conservation**, v. 14, n.2, p.101-110, jun. 1987.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEURON, T. A.; ALMEIDA, F. J. R.; MADRUGA, L. R. R. G. **Sustentabilidade Aplicada na Universidade: alguns Campos Estratégicos de Ação de uma Universidade Europeia secular**. Disponível em: <<http://engemasp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/152.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BINKOWSKI, G. **Aderir à GRI é um investimento**. 2008. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/sustentabilidade/150908_GRI_investimentos.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BOSSSEL, H. **Indicators for Sustainable Development. Theory, Method, Applications: a report to the Balaton Group**. Winnipeg: IISD, 1999.

BRENT, A. C.; LABUSCHAGNE, C. An appraisal of social aspects in project and technology life cycle management in the process industry. **Management of Environmental Quality**, v. 18, n. 4, p. 413-426, 2007.

CABRAL, R. E. **Articulação de interesses do empresariado industrial no processo de produção da regulação ambiental: convergências e divergências**. 2007. 414 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento Ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CAMARGOS, M. R. **Análise do uso do modelo *Global Reporting Initiative* para elaboração do relatório de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no Brasil**. 2012. 106 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CAMPOS, L. M. S. et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

CARVALHO I. C. M.; SILVA, R. S. Ambientalização do ensino superior e a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. In: RUSCHEINSKY A. et al. (Eds.). **Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014. v. 1, p. 125-144.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASSOL, M. **Uma proposta de *Balanced Scorecard* e mapa estratégico para a gestão estratégica de uma instituição de ensino superior privada**. Porto Alegre, 2006. 188 p. Dissertação (Mestrado) - PUCRS, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Porto Alegre, 2006.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

CONSTANZA, R.; PATTERN, B. C. Defining and Predicting Sustainability. **Ecological Economics**, v. 15, n.3, p.193-195, dez. 1995.

COOPER, D. R., SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo de caso nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008.

DERRICK S. Time and Sustainability Metrics in Higher Education. In: In: CAEIRO, S. et al. (Eds). **Sustainability Assessment Tools in Higher Education**. Kardiffi, UK: Springer International Publishing, 2013. P. 47-63.

DEBENEDICTO, S. C. et al. A relação valores de potenciais consumidores de Cursos de graduação. **Revista GUAL**, v. 5, n. 2, p. 174-195, ago. 2012.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental nas Empresas**. São Paulo: Atlas, 1995.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2011.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 3, n. 12, p. 621-637, 2002.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo, Atlas, 2009.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Sobre a GRI. 2012. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para relatório de sustentabilidade. Versão G4. Amsterdã: GRI, 2013.

GUTHRIE, J.; FARNETI, F. GRI sustainability reporting by Australian public sector organizations. **Public Money and Management**, v.28, n.6, p. 361–366, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350950&search=saopaulo|campinas>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

IGALENS, J. Comment évaluer les rapports de développement durable?. **Revue Française de Gestion**, v. 30, n. 152, p. 151-166, 2004.

INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

JACOBI, P. R. Educar na sociedade de riscos: o desafio de construir alternativas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2007.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: IICA, 1998.

KRAEMER, M. E. Responsabilidade social: uma alavanca para a sustentabilidade. **Revista Pensar Contábil**, v. 3, n. 9, p. 19-26, 2000.

- KRAEMER, M. E. P. A Universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.3, n° 2, p. 01-21, 2004.
- LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C.; ERCK, R. P. G. Assessing the sustainability performances of industries. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, n. 4, p. 373-385, march 2005.
- LABUSCHAGNE C.; BRENT, A. C. Sustainable project life cycle management: the need to integrate life cycles in the manufacturing sector. **International Journal of Project Management**, v. 23, n. 2, p. 159-168, 2005.
- LEAL, F. W. About the role of universities and their contribution to sustainable development. **Higher Education Policy**, v 24, n. 4, p. 427-438, 2011.
- LEVY, B. R. M., e Marans, R. W. Towards a campus culture of environmental sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v 13, n 4, p. 365-377, 2012.
- LEGITIMUS. **Relações governamentais e institucionais. GRI**. Disponível em: <<http://www.legitimus.com.br/index.php/content/view/265/GRI.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- LELÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. **World development**, v. 19, n.6, p. 607-621, 1991.
- LOZANO, R. Envisioning sustainability three-dimensionally. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 17, p. 1838-1846, nov. 2008.
- LOURENÇO; M. A.; CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE**, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013.
- LYNCH, B. An Examination of Environmental Reporting by Australian State Government Departments. **Accounting Forum**, v. 34, n. 1, 32-45, march 2010.
- MARIMON, F. et al. The worldwide diffusion of the *Global Reporting Initiative*: what is the point? **Journal of Cleaner Production**, v. 33, p. 132-144, 2012.
- MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, p. 49-59, julho/dezembro 2009.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MINTZBERG, H. et al. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2010.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira: Ações prioritárias**. Brasília: MMA, 2004.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MOLINA. E. S. **Turismo e ecologia**. São Paulo. Edusc, 2001.

MONEVA, J. M., ARCHEL, P., CORREA, C. *GRI and the camouflaging of corporate unsustainability*. **Accounting Forum**, v.30, n. 2, p. 121-137, 2006.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, Â. D.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NAVARRETE, J. M. Sobre la investigación cualitativa: Nuevos conceptos y campos de desarrollo. **Investigaciones Sociales**, v. 8, n. 13, p. 277-299, 2004.

NKOMO, S. M.; COX JUNIOR, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S.; HARDY, C. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. Volume 1. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma ecoeconômico para as organizações modernas. **Domus on line**, v.1, n.1, p. 92-113, jan./jun.2004.

OLIVEIRA, L. R. et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

ONUBR – ORGANIZAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Acordo de Paris sobre o clima**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acordodeparis/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

PEARCE, D.; ATKINSON, G. The concept of sustainable development: An evaluation of its usefulness ten years after Brundtland. **Swiss Journal of Economics and Statistics**, v. 134, n.3, p. 251-269, 1998.

PERALTA, N. F. Análisis histórico-tendencial de la educación ambiental en la educación universitaria venezolana. **Revista Transformación**, v. 7, n. 2, p. 50-62, 2011.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PUC-Campinas 2013 - 2017**. Disponível em: <<https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/PDI-Outubro-2014-Resumido-Aditamentos-1.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

PHILIPPI, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, A. L. T. A.; MININNI-MEDINA, N. **Educação Ambiental (Curso básico à distância)**. 2. ed, v.5. Brasília: MMA, 2001.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: fev. 2017.

PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **As Normas ISO 14000**. Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br>>. Acesso em: 22 ago 2016.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RAMOS T.; PIRES, S. M. Sustainability Assessment: The Role of Indicators. In: CAEIRO, S. et al. (Eds). **Sustainability Assessment Tools in Higher Education**. Kardiffi, UK: Springer International Publishing, 2013. p. 81-100.

RATTNER, H. Por caminhos alternativos da sustentabilidade. In: SEMINÁRIO DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO NA ERA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, 2., 2001, Natal. **Anais...**, Natal: Seminário, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBINSON, S. Key survival issues: practical steps toward corporate environmental sustainability. **Corporate Environmental Strategy**, v. 7, n. 1, p. 92-105, 2000.

ROCHA, T. A. C. **Análise do relatório GRI como uma ferramenta para a mensuração de sustentabilidade empresarial**. 2012. 247 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROGERS, P. P; KAZI, F; BOYD, J. A. **An introduction to sustainable development**. Londres: Earthscan, 2008.

RUBIO, S.; CHAMORRO, A.; MIRANDA, F. Characteristics of the research on reverse logistics (1995-2005). **International Journal of Production Research**, v. 46, n. 4, p. 1099-1120, 2008.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALGADO, M. F. M. A. **Desenvolvimento de programa de gestão ambiental para Instituições de Ensino Superior**. 2006. 144 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SARKIS, J.; HELMS, M. M.; HERVANI, A. A. Reverse logistics and social sustainability. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, n. 17, n. 6, p. 337-354, 2010.

SAVITZ, A. W. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SECRETARIA GERAL. **Dados históricos da PUC-Campinas**. Campinas: PUC-Campinas, 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SPIRA F, T. V.; MEYER, A. Perspectives on Sustainability Governance from Universities in the USA, UK, and Germany: How do Change Agents Employ, Different Tools to Alter, Organizational Cultures and Structures? In: CAEIRO, S. *et al.* (Eds). **Sustainability Assessment Tools in Higher Education**. Cardiff, UK: Springer International Publishing, 2013. p. 175-187.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v.13, n.3, p.503-515, set./dez. 2006.

TERMIGNONI, L. D. F. **Framework de sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior Comunitárias**. 2012. 173 p. Mestrado (Administração e Negócios) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

UNESCO. **United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005–2014): International Implementation Scheme**. Paris, UNESCO, 2005.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 235 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

VIEGAS, S. F. S. S. **Sustentabilidade em instituições de ensino superior: um estudo na Universidade Federal Rural da Amazônia**. 2014. 121 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade da Amazônia, Belém, 2014.

VIFELL, A. C.; SONERYD, L. Organizing matters: how ‘the social dimension’ gets lost in sustainability projects. **Sustainable Development**, v. 20, n. 20, p. 18-27, 2012.

VILCHES, A. *et al.* The Need for contributions to the decade of educate for a sustainable future: an ethical commitment. In: LEAL FILHO, W. (Ed.). **Environmental Education, Communication and Sustainability**. Frankfurt: Peter Lang, 2012. p. 11-32.

WACHHOLZ, C. B. A sustentabilidade na universidade: o desafio da ambientalização na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: ANPED SUL, 2014.

ANEXO A – DIMENSÕES, SUBDIVISÕES E INDICADORES DA GRI – G4

CATEGORIA: ECONÔMICA

Introdução

A dimensão econômica da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global.

A Categoria Econômica ilustra o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo.

Aspecto: Desempenho Econômico

G4-EC1

Veja as referências 14, 15, 16, 18.

VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

a. Relate o valor econômico direto gerado e distribuído, com base no regime de competência de exercícios, incluindo os componentes básicos das operações globais da organização listados abaixo. Se os dados forem apresentados em regime de caixa, relate a justificativa dessa decisão e os componentes básicos, conforme listados abaixo:

- Valor econômico direto gerado:
 - Receitas
- Valor econômico distribuído:
 - Custos operacionais
 - Salários e benefícios de empregados
 - Pagamentos a provedores de capital
 - Pagamentos ao governo (por país)
 - Investimentos comunitários
- Valor econômico retido (calculado como “valor econômico direto gerado” menos “valor econômico distribuído”)

b. Para melhor avaliar impactos econômicos locais, relate o valor econômico gerado e distribuído separadamente no nível de país, região ou mercado, quando significativo. Relate os critérios usados para a definição da significância.

G4-EC2

Veja as referências 6, 9.

IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

a. Relate riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas, inclusive:

- Uma descrição do risco ou oportunidade e sua classificação como física, regulatória ou de outra natureza
- Uma descrição do impacto associado ao risco ou oportunidade
- As implicações financeiras do risco ou oportunidade antes de serem tomadas medidas
- Os métodos utilizados para gerir o risco ou oportunidade
- Os custos de medidas tomadas para gerir o risco ou oportunidade

G4-EC3

Veja a referência 16.

COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE PENSÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA ORGANIZAÇÃO

- a. Quando as obrigações do plano forem diretamente cobertas pelos recursos gerais da organização, relate o valor estimado dessas obrigações.
- b. Se houver um fundo específico para o pagamento das obrigações do plano de pensões, relate:
 - Uma estimativa de até que ponto o passivo do esquema é coberto pelos ativos alocados para esse fim
 - A base de cálculo para essa estimativa
 - Quando a estimativa foi feita.
- c. Se um fundo criado para o pagamento das obrigações do plano de pensões não for totalmente coberto, explique a estratégia adotada pelo empregador, se houver, para garantir uma cobertura completa e o cronograma, se houver, segundo o qual o empregador espera atingir a cobertura completa.
- d. Relate o percentual do salário contribuído pelo empregado ou empregador.
- e. Relate o nível de participação em planos de aposentadoria (p. ex.: participação em esquemas obrigatórios ou voluntários, esquemas regionais ou nacionais ou aqueles com impactos financeiros).

G4-EC4

Veja a referência 17.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA DO GOVERNO

- a. Relate o valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização de governos no decorrer do período coberto pelo relatório, inclusive, no mínimo:
 - Benefícios e créditos fiscais
 - Subsídios
 - Subvenções para investimentos, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões
 - Prêmios
 - *Royalty holidays* (incentivos que retardam o pagamento de royalties)
 - Assistência financeira de Agências de Crédito a Exportação (ECAs, na sigla em inglês)
 - Incentivos financeiros
 - Outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação
- b. Apresente as informações solicitadas acima por país.
- c. Relate se o governo participa da estrutura acionária da organização e, em caso afirmativo, até que ponto.

Aspecto: Presença no Mercado

Veja a referência 82.

G4-EC5

VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO, DISCRIMINADO POR GÊNERO, COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

- Quando uma parcela significativa dos empregados recebe salários sujeitos às regras do salário mínimo, relate a variação entre o salário mais baixo por gênero em unidades operacionais importantes e o salário mínimo.
- Relate se há um salário mínimo local ou se ele varia entre unidades operacionais importantes, discriminado por gênero. Em circunstâncias em que diferentes salários mínimos podem ser usados como referência, informe qual salário mínimo está sendo usado.
- Relate a definição usada para “unidades operacionais importantes”.

G4-EC6

PROPORÇÃO DE MEMBROS DA ALTA DIREÇÃO CONTRATADOS NA COMUNIDADE LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

- Relate o percentual de membros da alta direção de unidades operacionais importantes contratados na comunidade local.
- Relate a definição de “membros da alta direção” usada.
- Relate qual é a definição geográfica de “local” adotada pela organização.
- Relate a definição usada para “unidades operacionais importantes”.

Aspecto: Impactos Econômicos Indiretos

G4-EC7

DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

- Relate o nível de desenvolvimento de investimentos significativos em infraestrutura e serviços apoiados.
- Relate os impactos atuais ou esperados sobre comunidades e economias locais. Relate impactos positivos e negativos que considerar importantes.
- Relate se esses investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos.

G4-EC8

IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS, INCLUSIVE A EXTENSÃO DOS IMPACTOS

- a. Relate exemplos identificados de impactos econômicos indiretos significativos da organização, tanto positivos como negativos, tais como:
- Mudanças na produtividade de organizações, setores ou da economia como um todo
 - Desenvolvimento econômico em áreas com alto índice de pobreza
 - Impacto econômico da melhoria ou deterioração das condições sociais ou ambientais
 - Disponibilidade de produtos e serviços para pessoas de baixa renda
 - Fortalecimento das habilidades e conhecimentos de uma comunidade profissional ou em uma região geográfica
 - Empregos indiretos na cadeia de fornecedores ou distribuição
 - Estímulo, viabilização ou restrição a investimentos externos diretos
 - Impacto econômico de mudanças no local de operações ou atividades
 - Impacto econômico do uso de produtos e serviços
- b. Relate o grau de importância dos impactos no contexto de referências externas e prioridades para *stakeholders*, como normas, protocolos e agendas de políticas nacionais e internacionais.

Aspecto: Práticas de Compra

G4-EC9

PROPORÇÃO DE GASTOS COM FORNECEDORES LOCAIS EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES

- a. Relate o percentual do orçamento de compras e contratos gasto de unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais (p. ex.: percentual de produtos comprados e serviços contratados localmente).
- b. Relate a definição geográfica de "local" adotada pela organização.
- c. Relate a definição usada para "unidades operacionais importantes".

Aspecto: Energia

G4-EN3

CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO

- a. Relate o consumo total de combustíveis oriundos de fontes não renováveis em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados.
- b. Relate o consumo total de combustíveis oriundos de fontes renováveis em joules ou seus múltiplos, inclusive os tipos de combustíveis usados.
- c. Relate, em joules, watts-horas ou múltiplos, o total do seguinte:
 - Consumo de eletricidade
 - Consumo de aquecimento
 - Consumo de refrigeração
 - Consumo de vapor
- d. Relate, em joules, watts-horas ou múltiplos, o total do seguinte:
 - Energia elétrica vendida
 - Aquecimento vendido
 - Refrigeração vendida
 - Vapor vendido
- e. Relate o consumo total de energia em joules ou seus múltiplos.
- f. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- g. Relate a fonte dos fatores de conversão usados

G4-EN4

Veja a referência 131.

CONSUMO DE ENERGIA FORA DA ORGANIZAÇÃO

- a. Relate a energia consumida fora da organização, em joules ou seus múltiplos.
- b. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- c. Relate a fonte dos fatores de conversão usados.

G4-EN5

Veja as referências 130, 134.

INTENSIDADE ENERGÉTICA

- a. Relate a taxa de intensidade energética.
- b. Relate a métrica específica (o denominador do índice) escolhida pela organização para calcular essa taxa.
- c. Relate os tipos de energia incluídos na taxa de intensidade: combustível, eletricidade, aquecimento, refrigeração, vapor ou todos.
- d. Relate se a taxa usa a energia consumida dentro da organização, fora dela ou ambas.

G4-EN6

REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

- Relate o volume das reduções de consumo de energia obtidas diretamente em decorrência de melhorias na conservação e eficiência, em joules ou seus múltiplos.
- Relate os tipos de energia incluídos nas reduções: combustível, energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor.
- Relate a base usada para o cálculo das reduções do consumo de energia, como ano de referência ou linha de base, e as razões para a sua escolha.
- Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.

G4-EN7

REDUÇÕES NOS REQUISITOS DE ENERGIA RELACIONADOS A PRODUTOS E SERVIÇOS

- Relate as reduções obtidas nos requisitos de energia de produtos e serviços vendidos durante o período coberto pelo relatório, em joules ou seus múltiplos.
- Relate a base usada para o cálculo das reduções do consumo de energia, como ano de referência ou linha de base, e as razões para a sua escolha.
- Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.

Aspecto: Água

Veja a referência 8.

G4-EN8

TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE

- Relate o volume total de água retirada das seguintes fontes:
 - Águas superficiais, incluindo áreas úmidas, rios, lagos e oceanos
 - Águas subterrâneas
 - Águas pluviais diretamente coletadas e armazenadas pela organização
 - Efluentes de outra organização
 - Abastecimento municipal de água ou outras empresas de abastecimento de água.
- Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.

G4-EN9

Veja a referência 68.

FONTES HÍDRICAS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADAS POR RETIRADA DE ÁGUA

- Relate o número total de fontes hídricas significativamente afetadas pela retirada de água por tipo:
 - Tamanho da fonte hídrica
 - Se a fonte é ou não designada como área protegida (nacional ou internacionalmente)
 - Valor para a biodiversidade (p. ex.: diversidade e endemismo de espécies, número total de espécies)

G4-EN10

PERCENTUAL E VOLUME TOTAL DE ÁGUA RECICLADA E REUTILIZADA

- a. Relate o volume total de água reciclada e reutilizada pela organização.
- b. Relate o volume total de água reciclada e reutilizada como um percentual do total de água retirada relatado no Indicador G4-EN8.
- c. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.

Aspecto: Biodiversidade

Veja as referências 3, 67, 68, 78, 83, 84, 115, 116.

G4-EN11

UNIDADES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS DENTRO OU NAS ADJACÊNCIAS DE ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

- a. Relate as seguintes informações para cada unidade operacional própria, arrendada ou administrada dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas:
 - Localização geográfica
 - Áreas subsuperficiais e subterrâneas próprias, arrendadas ou administradas pela organização
 - Posição em relação à área protegida (dentro da área, nas suas adjacências ou abrangendo partes da área protegida) ou à área de alto valor para a biodiversidade situada fora de áreas protegidas
 - Tipo de operação (escritório, fabricação/produção ou operação extrativa)
 - Tamanho da unidade operacional em km²
 - Valor para a biodiversidade caracterizado:
 - Pelo atributo da área protegida ou de alto valor para a biodiversidade situada fora da área protegida (ecossistema terrestre, de água doce ou marinho)
 - De acordo com uma listagem de status de proteção (como do Sistema IUCN de Categorias de Gestão de Áreas Protegida⁶⁷, da Convenção de Ramsar⁷⁸, da legislação nacional)

G4-EN12

DESCRIÇÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

- a. Relate a natureza de impactos diretos e indiretos significativos sobre a biodiversidade em relação a um ou mais dos seguintes Aspectos:
- Construção ou uso de fábricas, minas e infraestrutura de transportes
 - Poluição (introdução de substâncias que não ocorrem naturalmente no habitat, oriundas de fontes pontuais e não pontuais)
 - Introdução de espécies invasoras, organismos nocivos e agentes patogênicos
 - Redução de espécies
 - Conversão de habitats
 - Mudanças em processos ecológicos fora da faixa natural de variação (p. ex.: salinidade ou mudanças no nível do lençol freático)
- b. Relate os impactos diretos e indiretos significativos, tanto positivos como negativos, em relação ao seguinte:
- Espécies afetadas
 - Extensão de áreas impactadas
 - Duração dos impactos
 - Reversibilidade ou irreversibilidade dos impactos

G4-EN13

HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS

- a. Relate o tamanho e a localização de todas as áreas de habitat protegido ou restaurado e se o sucesso das medidas de restauração foi aprovado por especialistas externos independentes.
- b. Relate se há parcerias com terceiros para proteger ou restaurar áreas de habitat diferentes daquelas nas quais a organização supervisionou e implementou medidas de restauração ou proteção.
- c. Relate o status de cada área com base na sua condição no final do período coberto pelo relatório.
- d. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.

G4-EN14

Veja a referência 68.

NÚMERO TOTAL DE ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA IUCN E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO COM HABITATS SITUADOS EM ÁREAS AFETADAS POR OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, DISCRIMINADAS POR NÍVEL DE RISCO DE EXTINÇÃO

- a. Relate o número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção:
- Criticamente ameaçadas de extinção
 - Ameaçadas de extinção
 - Vulneráveis
 - Quase ameaçadas

Aspecto: Emissões

Veja as referências 100, 102, 118, 130, 131, 134.

Introdução

Nas Diretrizes, o Aspecto referente a emissões inclui indicadores de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e de substâncias que destroem a camada de ozônio, NO_x , SO_x e de outras emissões atmosféricas importantes.

A divulgação de informações sobre emissões de GEE deve se basear nos requisitos para elaboração de relatórios previstos no padrão *GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard* do WRI/WBCSD.

O Protocolo GEE inclui uma classificação de emissões de GEE chamada "Escopo" - Escopo 1, Escopo 2 e Escopo 3.

Escopo é uma classificação dos limites operacionais dentro dos quais ocorrem emissões de GEE. O escopo classifica se as emissões de GEE são geradas pela própria organização ou por outras organizações relacionadas, tais como fornecedores de energia elétrica ou empresas de transporte, da seguinte maneira:

- Emissões diretas (Escopo 1) provenientes de operações próprias ou controladas pela organização
- Emissões indiretas (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia na forma de eletricidade ou vapor consumidos dentro da organização
- Outras emissões indiretas (Escopo 3) são todas as emissões indiretas (não incluídas no Escopo 2) que ocorrem fora da organização, inclusive emissões a montante e a jusante

Os Escopos 1, 2 e 3 do Protocolo sobre Gases de Efeito Estufa estão alinhados com as definições da Norma ISO 14064 e com os indicadores da GRI da seguinte maneira:

- Escopo 1 = emissões diretas de GEE (Indicador G4-EN15 da GRI)
- Escopo 2 = emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia (Indicador G4-EN16 da GRI)
- Escopo 3 = outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (Indicador G4-EN17 da GRI)

Segundo o Protocolo sobre Gases de Efeito Estufa, devem ser relatadas emissões diretas (Escopo 1) e emissões indiretas provenientes da aquisição de energia (Escopo 2). A inclusão de informações sobre outras emissões indiretas (Escopo 3) no relatório é opcional. O padrão *GHG Protocol Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard* do WRI/WBCSD prescreve a apresentação de informações sobre outras emissões indiretas (Escopo 3).

G4-EN15

Veja as referências 7, 12, 13, 102, 130, 134.

EMISSIONES DIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (ESCOPO 1)

- a. Relate as emissões diretas brutas de GEE (Escopo 1) em toneladas métricas de CO_2 equivalente, independentemente de quaisquer negociações de GEE, como compras, vendas ou transferências de compensações ou licenças.
- b. Relate os gases incluídos no cálculo (CO_2 , CH_4 , N_2O , HFCs, PFCs, SF_6 , NF_3 ou todos).
- c. Relate emissões biogênicas de CO_2 em toneladas métricas de CO_2 equivalente separadamente das emissões diretas brutas (Escopo 1) de gases de efeito estufa.
- d. Relate o ano base escolhido, as justificativas usadas para a sua escolha, emissões no ano base e o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano base.
- e. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- f. Relate a fonte dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global usadas ou uma referência à fonte de GWP.

G4-EN16

Veja as referências 7, 12, 13, 102, 130.

EMISSÕES INDIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA (ESCOPO 2)

- a. Relate as emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia (Escopo 2) em toneladas métricas de CO₂ equivalente, independentemente de quaisquer negociações de GEE, como compras, vendas ou transferências de compensações ou licenças.
- b. Relate os gases incluídos no cálculo, se essa informação estiver disponível.
- c. Relate o ano base escolhido, as justificativas usadas para a sua escolha, emissões no ano base e o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de recalculer emissões no ano base.
- d. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- e. Relate a fonte dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global (GWP) usadas ou uma referência à fonte de GWP, se essas informações estiverem disponíveis.
- f. Relate a abordagem de consolidação escolhida para as emissões (participação acionária, controle financeiro, controle operacional).

G4-EN17

Veja as referências 5, 7, 12, 13, 102, 131, 133, 134.

OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (ESCOPO 3)

- a. Relate outras emissões indiretas brutas de GEE em toneladas métricas de CO₂ equivalente, excluindo emissões indiretas provenientes da geração de energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor comprados e consumidos pela organização (essas emissões indiretas são relatadas no Indicador G4-EN16). Exclua quaisquer negociações de GEE, como compras, vendas ou transferências de offsets ou licenças.
- b. Relate os gases incluídos no cálculo, se essa informação estiver disponível.
- c. Relate as emissões biogênicas de CO₂ em toneladas métricas de CO₂ equivalente separadamente de outras emissões indiretas brutas (Escopo 3) de gases de efeito estufa.
- d. Relate outras categorias de emissões indiretas (Escopo 3) e atividades incluídas no cálculo.
- e. Relate o ano base escolhido, as justificativas usadas para a sua escolha, emissões no ano base e o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de recalculer emissões no ano base.
- f. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- g. Relate a fonte dos fatores de emissão usados e as taxas de potencial de aquecimento global (GWP) usadas ou uma referência à fonte de GWP, se essas informações estiverem disponíveis.

G4-EN18

Veja as referências 7, 130, 134.

INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

- a. Relate a taxa da intensidade de emissões de GEE.
- b. Relate a métrica específica (o denominador do índice) escolhida pela organização para calcular esse índice.
- c. Relate os tipos de emissões de GEE incluídos no índice de intensidade: diretas (Escopo 1), indiretas provenientes da aquisição de energia (Escopo 2) ou outras emissões indiretas (Escopo 3).
- d. Relate os gases incluídos no cálculo.

G4-EN19

Veja as referências 7, 102, 130, 131, 132, 134.

REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

- a. Relate o volume de reduções de emissões de GEE obtidas como resultado direto de iniciativas de redução de emissões, em toneladas métricas de CO₂ equivalente.
- b. Relate os gases incluídos no cálculo (CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFCs, SF₆, NF₃ ou todos).
- c. Relate o ano base ou a linha de base escolhida e as razões para essa escolha.
- d. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- e. Relate se as reduções de emissões de GEE foram obtidas para emissões diretas (Escopo 1), emissões indiretas provenientes da aquisição de energia (Escopo 2) ou outras emissões indiretas (Escopo 3).

G4-EN20

Veja as referências 12, 13, 120, 121.

EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO (SDO)

- a. Relate a produção, importações e exportações de SDO em toneladas de CFC-11 equivalente.
- b. Relate as substâncias incluídas no cálculo.
- c. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- d. Relate a fonte dos fatores de emissão usados.

G4-EN21

Veja as referências 110, 111, 112, 113, 119.

EMISSÕES DE NO_x, SO_x E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS

- a. Relate o volume de emissões atmosféricas significativas, em quilogramas ou múltiplos, para cada uma das seguintes categorias:
 - NO_x
 - SO_x
 - Poluentes orgânicos persistentes (POP)
 - Compostos orgânicos voláteis (COV)
 - Poluentes atmosféricos perigosos (HAP, na sigla em inglês)
 - Material particulado (MP)
 - Outras categorias padrão de emissões atmosféricas identificadas em regulamentos
- b. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.
- c. Relate a fonte dos fatores de emissão usados.

Aspecto: Efluentes e Resíduos

Veja as referências 2, 65, 66, 78.

G4-EN22

DESCARTE TOTAL DE ÁGUA, DISCRIMINADO POR QUALIDADE E DESTINAÇÃO

- a. Relate o volume total de descartes de água planejados e não planejados por:
- Destinação
 - Qualidade da água, inclusive seu método de tratamento
 - Se a água foi reutilizada por outra organização
- b. Relate as normas, metodologias e premissas adotadas.

G4-EN23

PESO TOTAL DE RESÍDUOS, DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO

- a. Relate o peso total de resíduos perigosos e não perigosos para cada um dos seguintes métodos de disposição:
- Reutilização
 - Reciclagem
 - Compostagem
 - Recuperação, inclusive recuperação de energia
 - Incineração (queima de massa)
 - Injeção subterrânea de resíduos
 - Aterro
 - Armazenamento no local
 - Outros (a serem especificados pela organização)
- b. Relate como o método de disposição de resíduos foi determinado:
- Descarte direto pela organização ou por terceiros, ou ainda confirmado diretamente pela organização
 - Informações fornecidas pela empresa contratada responsável pela disposição de resíduos
 - Métodos padronizados adotados pela empresa contratada responsável pela disposição de resíduos

G4-EN24

NÚMERO TOTAL E VOLUME DE VAZAMENTOS SIGNIFICATIVOS

- a. Relate o número total e volume total de vazamentos significativos registrados.
- b. Para vazamentos informados nas demonstrações financeiras da organização, relate as seguintes informações adicionais para cada um dos referidos vazamentos:
- Localização do vazamento
 - Volume do vazamento
 - Material do vazamento, categorizado por:
 - Vazamentos de petróleo (no solo ou em superfícies hídricas)
 - Vazamentos de combustível (no solo ou em superfícies hídricas)
 - Vazamentos de resíduos (no solo ou em superfícies hídricas)

G4-EN25

PESO DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS, IMPORTADOS, EXPORTADOS OU TRATADOS CONSIDERADOS PERIGOSOS NOS TERMOS DA CONVENÇÃO DA BASILEIA², ANEXOS I, II, III E VIII, E PERCENTUAL DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS INTERNACIONALMENTE

- a. Relate o peso total de cada um dos seguintes resíduos:
 - Resíduos perigosos transportados
 - Resíduos perigosos importados
 - Resíduos perigosos exportados
 - Resíduos perigosos tratados
- b. Relate o percentual de resíduos perigosos transportados internacionalmente.

G4-EN26

Veja a referência 68.

IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO, STATUS DE PROTEÇÃO E VALOR DA BIODIVERSIDADE DE CORPOS D'ÁGUA E HABITATS RELACIONADOS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADOS POR DESCARTES E DRENAGEM DE ÁGUA REALIZADOS PELA ORGANIZAÇÃO

- a. Relate os corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água de acordo com os critérios descritos na seção Compilação abaixo, incluindo informações sobre:
 - Tamanho do corpo d'água e habitat relacionado
 - Se o corpo d'água e habitat relacionado é designado como área protegida (nacional ou internacionalmente)
 - Valor da biodiversidade (p. ex.: número total de espécies protegidas)

Aspecto: Produtos e Serviços

G4-EN27

EXTENSÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

- a. Relate quantitativamente até que ponto os impactos ambientais causados por produtos e serviços foram mitigados no decorrer do período coberto pelo relatório.
- b. Se valores relacionados ao uso forem utilizados, relate os pressupostos relacionados aos padrões de consumo ou fatores de normalização adotados.

G4-EN28

PERCENTUAL DE PRODUTOS E SUAS EMBALAGENS RECUPERADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PRODUTOS VENDIDOS, DISCRIMINADO POR CATEGORIA DE PRODUTOS

- a. Relate o percentual de produtos e suas embalagens recuperados para cada categoria de produto.
- b. Relate como os dados usados para compor esse indicador foram coletados.

Aspecto: Conformidade

G4-EN29

VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS

- a. Relate multas significativas e sanções não monetárias nos seguintes termos:
 - Valor monetário total de multas significativas
 - Número total de sanções não monetárias
 - Processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem
- b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e regulamentos, uma breve declaração desse fato será suficiente.

Aspecto: Transportes

Veja a referência 103.

G4-EN30

IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS DECORRENTES DO TRANSPORTE DE PRODUTOS E OUTROS BENS E MATERIAIS USADOS NAS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, BEM COMO DO TRANSPORTE DE SEUS EMPREGADOS

- a. Relate os impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados. Se não forem fornecidos dados quantitativos, informe a razão.
- b. Relate como os impactos ambientais decorrentes do transporte de produtos, da força de trabalho da organização e de outros bens e materiais são mitigados.
- c. Relate os critérios e a metodologia usados para determinar quais impactos ambientais são significativos.

Aspecto: Geral

Veja as referências 21, 109.

G4-EN31

TOTAL DE INVESTIMENTOS E GASTOS COM PROTEÇÃO AMBIENTAL, DISCRIMINADO POR TIPO

- a. Relate os investimentos e gastos totais da organização com medidas de proteção ambiental por:
 - Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação
 - Custos de prevenção e gestão ambiental

Aspecto: Avaliação Ambiental de Fornecedores

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-EN32

PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS AMBIENTAIS

- a. Relate o percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.

G4-EN33

IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

- a. Relate o número de fornecedores submetidos a avaliações de impacto ambiental.
- b. Relate o número de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais.
- c. Relate os impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais identificados na cadeia de fornecedores.
- d. Relate o percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais com os quais foram acordadas melhorias em decorrência da avaliação realizada.
- e. Relate o percentual de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais significativos negativos reais e potenciais com os quais a organização encerrou relacionamento com base em avaliações realizadas e por que razão.

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-EN34

NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS AMBIENTAIS PROTOCOLADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL

- a. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas por meio de mecanismos formais durante o período coberto pelo relatório.
- b. Entre as queixas e reclamações identificadas, relate quantas delas foram:
 - Processadas durante o período coberto pelo relatório
 - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório
- c. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas antes do período coberto pelo relatório que foram resolvidas no decorrer desse período.

CATEGORIA: SOCIAL

Introdução

A dimensão social da sustentabilidade diz respeito aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua.

A Categoria Social inclui as seguintes subcategorias:

- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
- Direitos Humanos
- Sociedade
- Responsabilidade pelo Produto

A maior parte do conteúdo das subcategorias baseia-se em normas universais internacionalmente reconhecidas ou outras referências internacionais relevantes.

SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE

Introdução

Os Aspectos abordados na Subcategoria relativa a Práticas Trabalhistas baseiam-se em normas universais internacionalmente reconhecidas, tais como:

- Declaração das Nações Unidas (ONU), "Declaração Universal de Direitos Humanos", 1948
- Convenção das Nações Unidas (ONU), "Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos", 1966
- Convenção das Nações Unidas (ONU), "Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais", 1966
- Convenção das Nações Unidas (ONU) "Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)", 1979
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho", 1998 baseada nas oito convenções fundamentais da OIT:
 - Convenção nº 89 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Convenção Sobre o Trabalho Forçado", 1930
 - Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical", 1948
 - Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Liberdade de Associação e Negociação Coletiva", 1949
 - Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Igualdade de Remuneração", 1951
 - Convenção nº 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Erradicação do Trabalho Forçado", 1957
 - Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Discriminação em relação a Emprego e Profissão", 1958
 - Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Idade Mínima", 1973
 - Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Piores Formas de Trabalho Infantil", 1999
- Declaração das Nações Unidas (ONU), "Declaração de Viena e Programa de Ação", 1993

Os indicadores de práticas trabalhistas baseiam-se também em dois instrumentos que abordam a questão da responsabilidade social das empresas:

- Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Declaração Tripartite de Princípios sobre as Empresas Multinacionais", 1977
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), *Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais*, 2011

Aspecto: Emprego

Veja as referências 28, 32, 33, 34, 35, 38, 42, 43, 46, 49.

G4-LA1

NÚMERO TOTAL E TAXAS DE NOVAS CONTRATAÇÕES DE EMPREGADOS E ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, GÊNERO E REGIÃO

- a. Relate o número total e a taxa de novas contratações de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região.
- b. Relate o número total e a taxa de rotatividade de empregados durante o período coberto pelo relatório, discriminados por faixa etária, gênero e região.

G4-LA2

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS DE TEMPO INTEGRAL QUE NÃO SÃO OFERECIDOS A EMPREGADOS TEMPORÁRIOS OU EM REGIME DE MEIO PERÍODO, DISCRIMINADOS POR UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES DA ORGANIZAÇÃO

- a. Relate os benefícios concedidos regularmente a empregados de tempo integral da organização, mas não a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes. Esses benefícios incluem, pelo menos:
 - Seguro de vida
 - Plano de saúde
 - Auxílio deficiência e invalidez
 - Licença maternidade/paternidade
 - Fundo de pensão
 - Plano de aquisição de ações
 - Outros
- b. Relate a definição usada para “unidades operacionais relevantes”.

G4-LA3

TAXAS DE RETORNO AO TRABALHO E RETENÇÃO APÓS LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE, DISCRIMINADAS POR GÊNERO

- a. Relate o número total de empregados com direito a tirar licença maternidade/paternidade, discriminado por gênero.
- b. Relate o número total de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade, discriminado por gênero.
- c. Relate o número total de empregados que retornaram ao trabalho após tirar licença maternidade/paternidade, discriminado por gênero.
- d. Relate o número total de empregados que retornaram ao trabalho após licença maternidade/paternidade e continuaram empregados doze meses após seu retorno ao trabalho, discriminado por gênero.
- e. Relate as taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que tiraram licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero.

Aspecto: Relações Trabalhistas

Veja as referências 25, 26, 36, 40, 44, 53, 54, 55, 61, 62.

G4-LA4

PRAZO MÍNIMO DE NOTIFICAÇÃO SOBRE MUDANÇAS OPERACIONAIS E SE ELAS SÃO ESPECIFICADAS EM ACORDOS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- a. Relate o prazo mínimo, em semanas, de notificação geralmente dado a empregados e seus representantes eleitos antes da implementação de mudanças operacionais significativas que podem afetá-los substancialmente.
- b. Para organizações com acordos coletivos de trabalho, relate se esses acordos especificam um prazo mínimo de notificação e incluem disposições relativas a consultas e negociações.

Aspecto: Saúde e Segurança no Trabalho

Veja as referências 41, 45, 56, 60.

G4-LA5

PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO REPRESENTADA EM COMITÊS FORMAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA, COMPOSTOS POR EMPREGADOS DE DIFERENTES NÍVEIS HIERÁRQUICOS, QUE AJUDAM A MONITORAR E ORIENTAR PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

- a. Relate em que nível cada comitê formal de saúde e segurança constituído por empregados de diferentes categorias funcionais opera normalmente dentro da organização.
- b. Relate o percentual do total da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança constituídos por empregados de diferentes níveis hierárquicos da organização

G4-LA6

TIPOS E TAXAS DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, DIAS PERDIDOS, ABSENTEÍSMO E NÚMERO DE ÓBITOS RELACIONADOS AO TRABALHO, DISCRIMINADOS POR REGIÃO E GÊNERO

- a. Relate os tipos de lesões, a taxa de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho para o total de trabalhadores (ou seja, empregados próprios e terceirizados), discriminados por:
 - Região
 - Gênero
- b. Relate os tipos de lesões, a taxa de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho para autônomos que trabalham no local e cuja segurança geral no ambiente de trabalho é de responsabilidade da organização, discriminados por:
 - Região
 - Gênero
- c. Relate o sistema de normas aplicado ao registro e relato de estatísticas de acidentes.

G4-LA7

EMPREGADOS COM ALTA INCIDÊNCIA OU ALTO RISCO DE DOENÇAS RELACIONADAS À SUA OCUPAÇÃO

- a. Relate se há empregados envolvidos em atividades ocupacionais que apresentam alta incidência ou alto risco de doenças específicas.

G4-LA8

TÓPICOS RELATIVOS À SAÚDE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS

- a. Relate se acordos formais (locais ou globais) com sindicatos abordam tópicos de saúde e segurança.
b. Em caso afirmativo, relate até que ponto, em termos percentuais, os diversos tópicos de saúde e segurança são abordados nesses acordos.

Aspecto: Treinamento e Educação

Veja as referências 38, 39, 41, 46.

G4-LA9

NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE TREINAMENTO POR ANO POR EMPREGADO, DISCRIMINADO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL

- a. Relate o número médio de horas de treinamento realizado pelos empregados da organização durante o período coberto pelo relatório, discriminado por:
- Gênero
 - Categoria funcional

G4-LA10

PROGRAMAS DE GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM CONTÍNUA QUE CONTRIBUEM PARA A CONTINUIDADE DA EMPREGABILIDADE DOS EMPREGADOS EM PERÍODO DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA.

- a. Relate o tipo e escopo de programas implementados e a assistência prestada para aperfeiçoar as habilidades de empregados.
b. Relate os programas de transição oferecidos para facilitar a continuidade da empregabilidade em caso de aposentadoria ou de rescisão de contrato de trabalho.

G4-LA11

PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBEM REGULARMENTE ANÁLISES DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA, DISCRIMINADO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL

- a. Relate o percentual do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira durante o período coberto pelo relatório.

Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Veja as referências 31, 82, 87, 90, 91, 93, 99, 114, 117.

G4-LA12

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA E DISCRIMINAÇÃO DE EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL, DE ACORDO COM GÊNERO, FAIXA ETÁRIA, MINORIAS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE

- a. Relate o percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade:
- Gênero
 - Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, mais de 50 anos
 - Grupos minoritários
 - Outros indicadores de diversidade, quando relevantes
- b. Relate o percentual de empregados por categoria funcional em cada uma das seguintes categorias de diversidade:
- Gênero
 - Faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, mais de 50 anos
 - Grupos minoritários
 - Outros indicadores de diversidade, quando relevantes

Aspecto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens

Veja as referências 27, 31, 82, 99, 117.

G4-LA13

RAZÃO MATEMÁTICA DO SALÁRIO E REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS, DISCRIMINADA POR CATEGORIA FUNCIONAL E UNIDADES OPERACIONAIS RELEVANTES

- a. Relate a razão matemática entre o salário e remuneração entre mulheres e homens em cada categoria funcional, discriminada por unidades operacionais importantes.
- b. Relate a definição usada para "unidades operacionais relevantes".

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-LA14

PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A PRÁTICAS TRABALHISTAS

- a. Relate o percentual de novos fornecedores selecionados a partir de critérios relativos a práticas trabalhistas

G4-LA15

IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS PARA AS PRÁTICAS TRABALHISTAS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

- a. Relate o número de fornecedores submetidos a avaliações de impactos em relação às práticas trabalhistas.
- b. Relate o número de fornecedores que geram impactos negativos significativos reais e potenciais em relação às práticas trabalhistas.
- c. Relate os impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas identificados na cadeia de fornecedores.
- d. Relate o percentual de fornecedores que geram impactos negativos significativos reais e potenciais sobre práticas trabalhistas com os quais melhorias foram acordadas com base em avaliações.
- e. Relate o percentual de fornecedores que geram impactos negativos significativos reais e potenciais em relação às práticas trabalhistas que tiveram contratos rescindidos com base em avaliações e os motivos dessa medida.

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-LA16

NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A PRÁTICAS TRABALHISTAS REGISTRADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL

- a. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas protocoladas por meio de mecanismos formais durante o período coberto pelo relatório.
- b. Entre as queixas e reclamações identificadas, relate quantas delas foram:
 - Processadas durante o período coberto pelo relatório
 - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório
- c. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas protocoladas antes do período coberto pelo relatório que foram solucionadas nesse período.

SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS

Introdução

A Subcategoria referente a Direitos Humanos aborda até que ponto processos foram implementados, casos de violações de direitos humanos e mudanças na capacidade de *stakeholders* de desfrutar e exercer seus direitos humanos.

As questões relativas a direitos humanos incluídas nessa subcategoria são as seguintes: não discriminação, igualdade de gênero, liberdade de associação, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo e direitos dos povos indígenas e tribais.

Observa-se um crescente consenso global de que as organizações têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos^V.

O marco jurídico internacional sobre os direitos humanos consiste em um conjunto de leis composto por tratados, convenções, declarações e outros instrumentos. A pedra angular dos direitos humanos é a Carta Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), constituída por três instrumentos:

- Declaração das Nações Unidas (ONU), "Declaração Universal de Direitos Humanos", 1948
- Convenção das Nações Unidas (ONU), "Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos", 1966
- Convenção das Nações Unidas (ONU), "Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais", 1966

Essas são as principais referências para qualquer organização que elabore relatórios sobre direitos humanos. Além desses três instrumentos fundamentais, o marco jurídico internacional para os direitos humanos é apoiado por mais de 80 outros instrumentos, que incluem desde declarações e princípios orientadores a tratados e convenções vinculantes, variando de âmbito regional a universal.

As organizações podem afetar uma ampla gama de direitos humanos. Ao avaliar quais direitos humanos são relevantes, a organização deve considerar todos os direitos humanos.

Outros instrumentos úteis que a organização deve considerar:

- Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho", 1998, baseada nas oito Convenções fundamentais da OIT^V:
 - Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo", 1930
 - Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical", 1948
 - Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Liberdade de Associação e Negociação Coletiva", 1949
 - Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Igualdade de Remuneração", 1951
 - Convenção nº 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Erradicação do Trabalho Forçado", 1957
 - Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Discriminação em relação a Emprego e Profissão", 1958
 - Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Idade Mínima", 1973
 - Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Piores Formas de Trabalho Infantil", 1999
- Convenções regionais que observam ao princípio da universalidade previsto na Carta Internacional dos Direitos Humanos, para áreas em que a organização atua, entre as quais:
 - Carta da União Africana, "Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos", 1981
 - Liga dos Estados Árabes, "Carta Árabe sobre os Direitos Humanos", 1994

V • Nações Unidas (ONU), "Princípios orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementação do quadro da ONU de 'proteger, respeitar e remediar'", 2011.

• Nações Unidas (ONU), *Proteger, Respeitar e Remediar: Quadro para Empresas e Direitos Humanos*, 2008.

• Nações Unidas (ONU), *Relatório do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Direitos Humanos e Empresas Transnacionais e Investimentos*, 2011.

- Organização dos Estados Americanos (OEA), “Convenção Americana sobre os Direitos Humanos”, 1969
- Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, “Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais”, 1950
- Convenções que protegem os direitos de indivíduos que possam sofrer impactos decorrentes das atividades da organização, incluindo, sem limitação:
 - Convenção das Nações Unidas (ONU), “Convenção da Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)”, 1979
 - Convenção das Nações Unidas (ONU), “Convenção dos Direitos das Crianças”, 1989
 - Convenção das Nações Unidas (ONU), “Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação”, 1965
 - Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Convenção sobre a Proteção e Integração das Populações Indígenas e outras Populações Tribais e Semitribais de Países Independentes”, 1957
 - Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais”, 1991
 - Declaração das Nações Unidas (ONU), “Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas”, 2007
 - Convenção das Nações Unidas (ONU), “Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, 2006

É importante observar que muitos Aspectos que fornecem informações sobre desempenho e impactos sobre direitos humanos podem ser encontrados em outras (sub)categorias das Diretrizes e não se limitam à Subcategoria referente a Direitos Humanos.

Veja também as referências adicionais 52, 57, 64, 88, 91, 92, 96, 98, 106, 107, 108.

Aspecto: Investimentos

G4-HR1

NÚMERO TOTAL E PERCENTUAL DE ACORDOS E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS QUE INCLUEM CLÁUSULAS DE DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÃO REFERENTE A DIREITOS HUMANOS

- a. Relate o número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos.
- b. Relate a definição de “acordos de investimentos significativos” usada pela organização.

G4-HR2

NÚMERO TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO DE EMPREGADOS EM POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS OU PROCEDIMENTOS RELACIONADOS A ASPECTOS DE DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, INCLUINDO O PERCENTUAL DE EMPREGADOS TREINADOS

- a. Relate o número total de horas dedicadas, no período coberto pelo relatório, a treinamento em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a Aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações da organização.
- b. Relate o percentual de empregados treinados, no período coberto pelo relatório, em políticas de direitos

Aspecto: Não discriminação

Veja as referências 27, 31, 82, 87, 89, 90, 91, 93, 99, 114, 117.

G4-HR3

NÚMERO TOTAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E MEDIDAS CORRETIVAS TOMADAS

- a. Relate o número total de casos de discriminação ocorridos durante o período coberto pelo relatório
- b. Relate a situação atual dos casos e as providências tomadas com referência ao seguinte:
 - A organização analisou o caso
 - Um plano de reparação está sendo implementado
 - O plano de reparação foi implementado e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de análise da gestão interna
 - O caso não está mais sujeito a medidas corretivas

Aspecto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Veja as referências 25, 26, 40, 55, 58.

G4-HR4

OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA POSSA ESTAR SENDO VIOLADO OU HAJA RISCO SIGNIFICATIVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO

- a. Relate operações e fornecedores em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou estar correndo risco de violação, discriminados por:
 - Tipo de operação (por exemplo, fábrica) e fornecedor
 - Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco
- b. Relate as medidas tomadas pela organização no período coberto pelo relatório no sentido de apoiar o exercício da liberdade de associação e da negociação coletiva.

Aspecto: Trabalho Infantil

Veja as referências 39, 48, 86.

G4-HR5

OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE CASOS DE TRABALHO INFANTIL E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A EFETIVA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

- a. Relate as operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de:
 - Trabalho infantil
 - Trabalhadores jovens expostos a trabalho perigoso
- b. Relate as operações e fornecedores que possam apresentar riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho infantil, discriminados por:

Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo

Veja as referências 24, 29, 70, 104.

G4-HR6

OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO DE RISCO SIGNIFICATIVO PARA A OCORRÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO E MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

- a. Relate as operações e fornecedores que apresentam riscos significativos de ocorrência de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo, discriminados por:
 - Tipo de operação (por exemplo, fábrica) e fornecedor
 - Países ou áreas geográficas com operações e fornecedores considerados em situação de risco
- b. Relate as medidas tomadas pela organização durante o período coberto pelo relatório para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.

Aspecto: Práticas de Segurança

Veja as referências 20, 128.

G4-HR7

PERCENTUAL DO PESSOAL DE SEGURANÇA QUE RECEBEU TREINAMENTO NAS POLÍTICAS OU PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO RELATIVOS A DIREITOS HUMANOS QUE SEJAM RELEVANTES ÀS OPERAÇÕES

- a. Relate o percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento formal nas políticas ou procedimentos específicos de direitos humanos da organização e sua aplicação na segurança.
- b. Relate se os requisitos de treinamento também se aplicam a empresas contratadas para fornecer pessoal de segurança.

Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais

Veja as referências 22, 30, 47, 95.

G4-HR8

NÚMERO TOTAL DE CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

- a. Relate o número total de casos identificados de violação de direitos de povos indígenas no decorrer do período coberto pelo relatório.
- b. Relate a situação atual dos casos e as medidas tomadas com referência ao seguinte:
 - A organização analisou o caso
 - Um plano de reparação está sendo implementado
 - O plano de reparação foi implementado e seus resultados analisados por meio de processos rotineiros de

Aspecto: Avaliação

Veja as referências 106, 107, 108, 122, 126.

G4-HR9

NÚMERO TOTAL E PERCENTUAL DE OPERAÇÕES SUBMETIDAS A ANÁLISES OU AVALIAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE IMPACTOS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS

- a. Relate o número total e o percentual de operações que foram submetidas a análises ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos, discriminadas por país.

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos

Veja as referências 106, 107, 108, 122, 126.

G4-HR10

PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELACIONADOS A DIREITOS HUMANOS

- a. Relate o percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos.

G4-HR11

IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS EM DIREITOS HUMANOS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

- a. Relate o número de fornecedores submetidos a avaliações de impactos em direitos humanos.
- b. Relate o número de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos.
- c. Relate os impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos identificados na cadeia de fornecedores.
- d. Relate o percentual de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos com os quais melhorias foram acordadas com base em avaliações.
- e. Relate o percentual de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos com os quais os contratos foram rescindidos com base em avaliações e os motivos dessa medida.

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-HR12

NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS EM DIREITOS HUMANOS REGISTRADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL

- a. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas por meio de mecanismos formais durante o período coberto pelo relatório.
- b. Entre as queixas e reclamações identificadas, relate quantas delas foram:
 - Processadas no período coberto pelo relatório
 - Solucionadas no período coberto pelo relatório
- c. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas antes do período coberto pelo relatório que foram solucionadas durante esse período.

SUBCATEGORIA: SOCIEDADE

Introdução

A Subcategoria Sociedade aborda os impactos gerados por uma organização na sociedade e em comunidades locais. Membros de comunidades têm direitos individuais baseados nos seguintes instrumentos:

- Declaração das Nações Unidas (ONU), "Declaração Universal dos Direitos Humanos", 1948
- Convenção das Nações Unidas (ONU), "Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos", 1966
- Convenção das Nações Unidas (ONU), "Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais", 1966
- Declaração das Nações Unidas (ONU), "Declaração das Nações Unidas pelo Direito ao Desenvolvimento", 1986

Direitos comunitários coletivos e os direitos de povos indígenas e tribais são reconhecidos pelos seguintes instrumentos:

- Convenção nº 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Convenção OIT sobre a Proteção e Integração das Populações Indígenas e outras Populações Tribais e Semitribais de Países Independentes", 1957
- Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais", 1991
- Declaração das Nações Unidas (ONU), "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas", 2007

Em termos de identidade, os direitos desses povos baseiam-se tanto no componente coletivo como no individual. Seu direito à consulta livre, prévia e informada com vistas ao seu consentimento constitui um direito fundamental expressamente reconhecido nos instrumentos de referência mencionados acima.

Aspecto: Comunidades Locais

Veja as referências 22, 23, 76.

G4-SO1

PERCENTUAL DE OPERAÇÕES COM PROGRAMAS IMPLEMENTADOS DE ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- a. Relate o percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impactos e de desenvolvimento local, incluindo, entre outros, o uso de:
- Avaliações de impactos sociais, inclusive avaliações de impactos em gênero, com base em processos participativos
 - Avaliações de impactos ambientais e monitoramento contínuo
 - Divulgação pública dos resultados de avaliações de impactos ambientais e sociais
 - Programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais
 - Planos de engajamento de *stakeholders* com o devido mapeamento dessas partes.
 - Comitês e processos de consulta ampla à comunidade local incluindo grupos vulneráveis
 - Conselhos de trabalho, comissões de saúde e segurança no trabalho e outras entidades representativas de trabalhadores para discutir impactos
 - Processos formais de queixas e reclamações por parte de comunidades locais

G4-SO2

OPERAÇÕES COM IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NAS COMUNIDADES LOCAIS

- a. Relate as operações com impactos negativos significativos reais e potenciais em comunidades locais, incluindo:
- A localização das operações
 - Os impactos negativos significativos reais e potenciais das operações

Aspecto: Combate à corrupção

Veja as referências 4, 10, 71, 72, 79, 80, 81, 123, 129.

G4-SO3

NÚMERO TOTAL E PERCENTUAL DE OPERAÇÕES SUBMETIDAS A AVALIAÇÕES DE RISCOS RELACIONADOS À CORRUPÇÃO E OS RISCOS SIGNIFICATIVOS IDENTIFICADOS

- a. Relate o número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.
b. Relate os riscos significativos relacionados à corrupção identificados com base em avaliações de riscos.

G4-SO4

COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

- a. Relate o número total e percentual de membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por região.
b. Relate o número total e percentual de empregados aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por categoria funcional e região.
c. Relate o número total e percentual de parceiros comerciais aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização, discriminados por tipo de parceiro e região.
d. Relate o número total e percentual de membros do órgão de governança que receberam treinamento no combate à corrupção, discriminados por região.
e. Relate o número total e percentual de empregados que receberam treinamento no combate à corrupção, discriminados por categoria funcional e região.

G4-SO5

CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO E MEDIDAS TOMADAS

- a. Relate o número total e a natureza dos casos confirmados de corrupção.
b. Relate o número total de casos confirmados em que empregados foram demitidos ou punidos por corrupção.

Aspecto: Políticas Públicas

Veja as referências 74, 75.

G4-SO6

VALOR TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PARTIDOS POLÍTICOS E POLÍTICOS, DISCRIMINADO POR PAÍS E DESTINATÁRIO/BENEFICIÁRIO

- a. Relate o valor monetário total de contribuições para partidos políticos e políticos em dinheiro e em espécie^{ll} feitas pela organização direta ou indiretamente, discriminado por país e destinatário/beneficiário.
- b. Relate como o valor monetário de contribuições em espécie foi estimado, se aplicável.

Aspecto: Concorrência Desleal

G4-SO7

NÚMERO TOTAL DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUSTE E MONOPÓLIO E SEUS RESULTADOS

- a. Relate o número total de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período coberto pelo relatório referentes à concorrência desleal e a violações de leis antitruste e da regulamentação de monopólio em que a organização tenha sido identificada como participante.
- b. Relate os principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças.

Aspecto: Conformidade

G4-SO8

VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

- a. Relate multas e sanções não monetárias significativas nos seguintes termos:
 - Valor monetário total de multas significativas
 - Número total de sanções não monetárias
 - Processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem
- b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não observância de leis ou regulamentos, uma breve declaração desse fato será suficiente.
- c. Relate o contexto em que multas significativas e sanções não monetárias foram aplicadas.

Aspecto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-S09

PERCENTUAL DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELATIVOS A IMPACTOS NA SOCIEDADE

- a. Relate o percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade.

G4-S010

IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS DA CADEIA DE FORNECEDORES NA SOCIEDADE E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

- a. Relate o número de fornecedores submetidos a avaliações de impactos na sociedade.
- b. Relate o número de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais na sociedade.
- c. Relate os impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade identificados na cadeia de fornecedores.
- d. Relate o percentual de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade com os quais melhorias foram acordadas com base em avaliações.
- e. Relate o percentual de fornecedores identificados que podem gerar impactos negativos significativos reais e potenciais para a sociedade com os quais contratos foram encerrados como resultado da avaliação e a razão dessa medida.

Aspecto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade

Veja as referências 106, 107, 108.

G4-S011

NÚMERO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A IMPACTOS NA SOCIEDADE REGISTRADAS, PROCESSADAS E SOLUCIONADAS POR MEIO DE MECANISMO FORMAL

- a. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas por meio de mecanismos formais durante o período coberto pelo relatório.
- b. Entre as queixas e reclamações identificadas, relate quantas delas foram:
 - Processadas durante o período coberto pelo relatório
 - Solucionadas durante o período coberto pelo relatório
- c. Relate o número total de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade protocoladas antes do período coberto pelo relatório que foram solucionadas nesse período.

SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

Introdução

Os Aspectos abordados na Subcategoria de Responsabilidade pelo Produto se referem a produtos e serviços que afetam *stakeholders* diretamente e clientes em particular.

Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente

G4-PR1

PERCENTUAL DAS CATEGORIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS SIGNIFICATIVAS PARA AS QUAIS SÃO AVALIADOS IMPACTOS NA SAÚDE E SEGURANÇA BUSCANDO MELHORIAS

- a. Relate o percentual de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias

G4-PR2

NÚMERO TOTAL DE CASOS DE NÃO CONFORMIDADE COM REGULAMENTOS E CÓDIGOS VOLUNTÁRIOS RELACIONADOS AOS IMPACTOS CAUSADOS POR PRODUTOS E SERVIÇOS NA SAÚDE E SEGURANÇA DURANTE SEU CICLO DE VIDA, DISCRIMINADO POR TIPO DE RESULTADO

- a. Relate o número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos gerados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o período coberto pelo relatório, discriminado por:
 - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou penalidade
 - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência
 - Casos de não conformidade com códigos voluntários
- b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente.

Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços

G4-PR3

TIPO DE INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS EXIGIDAS PELOS PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO REFERENTES A INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS E PERCENTUAL DE CATEGORIAS SIGNIFICATIVAS SUJEITAS A ESSAS EXIGÊNCIAS

- a. Relate se as seguintes informações sobre produtos e serviços são exigidas pelos procedimentos da organização relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços:

	SIM	NÃO
Terceirização de componentes do produto ou serviço		
Conteúdo, particularmente de substâncias que possam gerar impactos ambientais ou sociais		
Uso seguro do produto ou serviço		
Disposição do produto e impactos ambientais/sociais		
Outras (explique)		

- b. Relate o percentual de categorias de produtos ou serviços significativas cobertas e avaliadas pela conformidade com os procedimentos da organização.

G4-PR4

NÚMERO TOTAL DE CASOS DE NÃO CONFORMIDADE COM REGULAMENTOS E CÓDIGOS VOLUNTÁRIOS RELATIVOS A INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DISCRIMINADO POR TIPO DE RESULTADOS

- a. Relate o número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por:
- Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou penalidade
 - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência
 - Casos de não conformidade com códigos voluntários
- b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente.

G4-PR5

RESULTADOS DE PESQUISAS DE SAFISFAÇÃO DO CLIENTE

- a. Relate os principais resultados ou conclusões de pesquisas de satisfação do cliente (com base em amostragens

Aspecto: Comunicações de Marketing

Veja a referência 19.

G4-PR6

VENDA DE PRODUTOS PROIBIDOS OU CONTESTADOS

- a. Relate se a organização vende produtos que:
 - Estão proibidos em determinados mercados
 - São objeto de questionamento de *stakeholders* ou de debate público
- b. Relate como a organização respondeu a dúvidas ou preocupações em torno desses produtos.

G4-PR7

NÚMERO TOTAL DE CASOS DE NÃO CONFORMIDADE COM REGULAMENTOS E CÓDIGOS VOLUNTÁRIOS RELATIVOS A COMUNICAÇÕES DE MARKETING, INCLUINDO PUBLICIDADE, PROMOÇÃO E PATROCÍNIO, DISCRIMINADOS POR TIPO DE RESULTADOS

- a. Relate o número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios, discriminados por:
 - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram na aplicação de multa ou sanção
 - Casos de não conformidade com regulamentos que resultaram em advertência
 - Casos de não conformidade com códigos voluntários
- b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários, uma breve declaração desse fato será suficiente.

Aspecto: Privacidade do Cliente

G4-PR8

NÚMERO TOTAL DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES COMPROVADAS RELATIVAS À VIOLAÇÃO DE PRIVACIDADE E PERDA DE DADOS DE CLIENTES

- a. Relate o número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente, categorizadas por:
 - Queixas e reclamações recebidas de partes externas e comprovadas pela organização
 - Queixas e reclamações de agências reguladoras
- b. Relate o número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes que foram identificados.
- c. Se a organização não tiver identificado nenhuma queixa comprovada, uma breve declaração desse fato será suficiente.

Aspecto: Conformidade

G4-PR9

VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS POR NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO E USO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

- a. Relate o valor monetário total de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.
- b. Se a organização não tiver identificado nenhum caso de não observância de leis ou regulações, uma breve declaração desse fato será suficiente.